

## *CORPO-TERRITÓRIO*

lugares grafados por *travessias* afrodiáspóricas



Trabalho de Graduação Integrado II

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
de São Paulo (IAU-USP)



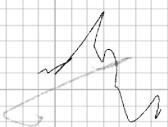
## **CORPO-TERRITÓRIO**

lugares grafados por *travessias* afrodiáspóricas



**Fabiana Oliveira Palmeira**

Aline Coelho Sanches (orientadora)  
Camila Moreno de Camargo  
Luciana Bongiovanni Martins Schenk  
**comissão de acompanhamento permanente**



Joana D'Arc de Oliveira  
**orientadora da comissão do grupo temático**



Dezembro de 2023

ESTA OBRA É DE ACESSO ABERTO. É PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, DESDE QUE CITADA A FONTE E RESPEITANDO A LICENÇA CREATIVE COMMONS INDICADA

Trabalho de Graduação Integrado II

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP)

Fabiana Oliveira Palmeira

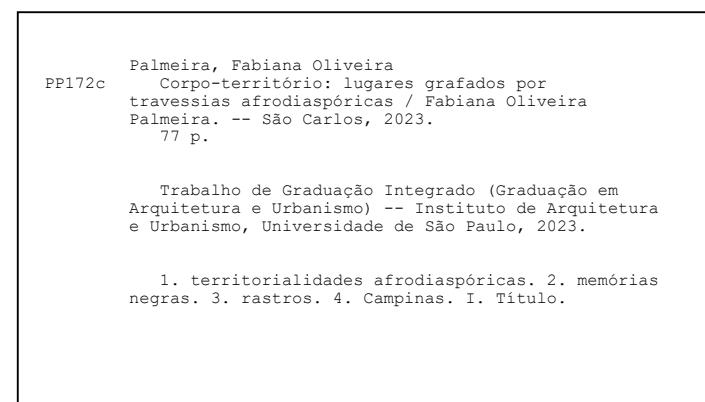
## ***CORPO-TERRITÓRIO***

lugares grafados por *travessias* afrodispóricas



AtribuiçãoNãoComercial-Compartilhualgual-CC BY-NC-SA

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)



Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:  
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

### **Banca examinadora**

---

Aline Coelho Sanches

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP)

---

Joana D'Arc de Oliveira

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP)

---

Ana Cláudia Castilho Barone

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)

Aprovado em:

À Joana D'Arc, orientadora e amiga, responsável por me abrir perspectivas e criar novas lentes que me trouxeram a este trabalho, minha eterna admiração,

Aos docentes e colaboradores, em especial Aline, pela orientação ímpar e companheirismo em um processo nem tanto linear, e David, pelas discussões enriquecedoras que tanto aqui semearam,

À Ana Barone, por ter accedido o convite de participar desta banca,

Ao grupo Cartografias Pretas, por ter representado uma virada crucial na minha formação, junto aos colegas Gê, Maju, Márcio e Vitor,

À Alice, por fazer tudo sempre ser mais e melhor,

À Mayara e Yasmin, eternas carlopolitanas, pela amizade e memórias que tornaram o caminho mais prazeroso,

À Giovana e Giovanna, pela boa surpresa deste ano,

Às pessoas queridas que, dentro e fora dessa jornada, compartilharam desafios e vitórias ao longo desses anos,

À Ana e Fabio, que possibilitaram que este caminho fosse trilhado, pelo incentivo e amor,

À Palmira, minha avó, em memória.

## RESUMO



O trabalho propõe uma leitura crítica sobre o tecido urbano e suas camadas e sobreposições, partindo de uma análise crítica à colonialidade da prática urbanística em função da deliberada desconexão entre as culturas dos povos afrodiáspóricos e as narrativas universais de produção das cidades, as quais, vem instrumentalizando uma série de apagamentos materiais e imateriais, reconhecidos nas densidades e vazios que compõem as territorialidades e suas poéticas. Sob as camadas sobrepostas e emergidas no arcabouço histórico-temporal das cidades brasileiras, e aqui como recorte espacial o município de Campinas (SP), revelam-se os territórios enquanto testemunhos arqueológicos de aspectos identitários e simbólicos, onde a teatralidade do cotidiano e do ordinário é irrompida pelo rastro como exposição da ausência. Discute-se, aqui, a memória afrodiáspórica para além do patrimônio documentado e musealizado, considerando a cidade enquanto espaço vivo e grafado pelas manifestações do povo de matriz africana, sobretudo no que Ramos (2013) conceitua enquanto uma *forma urbana negra*. Nesse sentido, ler a cidade se torna ferramenta essencial para o seu desvendamento, que pode ocorrer por meio de lugares grafados, permitindo novas interpretações da paisagem, resgatando e (re)conferindo novas perspectivas de apreensão da forma construída, colocando o corpo enquanto mediador entre o físico e o imagético, no resgate à perspectiva de *corpo-território* conceituada por Sodré (1999).

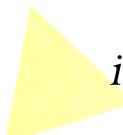
**Palavras-chave:** territorialidades afrodiáspóricas; memórias negras; rastros; Campinas;

## SUMÁRIO



resumo (8)

apresentação (10)  
e questões do projeto



i.

*sobre as travessias diáspóricas (17)*  
a forma urbana negra (26)  
*corpo-território* e constelações (31)  
algumas constelações (36)



ii.

*campinas e suas outras cidades (43)*  
leituras do território (52)  
recorte pela memória (68)



iii.

*projeto, narrativa e representação (87)*  
poéticas projetuais (94)  
intervenções urbanas (101)  
considerações (144)

referências (146)  
bibliográficas e audiovisuais

## APRESENTAÇÃO

### *e questões do projeto*

As pesquisas em torno das práticas africanas e afro-brasileiras, atreladas ao campo da arquitetura e do urbanismo, têm ganhado cada vez mais visibilidade nas academias, ao trazerem à tona as contribuições dos povos negros em solo nacional. Os levantamentos, mapeamentos, registros e análises dessas contribuições descontinam as histórias desses povos e como, desde a vigência do sistema escravista, buscaram diferentes maneiras para expressar e preservar suas manifestações culturais, como os batuques nos terreiros de café e as rezas nas senzalas. Os desdobramentos das lutas insurgentes no campo da experiência histórica e de relações de poder nas sociedades colonizadas direcionam tais abordagens decoloniais evidenciando esses indivíduos enquanto **sujeitos políticos** no protagonismo pelo reconhecimento e justiça social.

Dentro da variedade de instituições culturais advindas com povos e etnias distintas para o território brasileiro, é reconhecida uma complexidade e multiplicidade cultural que, às custas da maneira como as relações étnicas foram, e ainda são, conduzidas no Brasil, sofre apagamentos e perdas materiais e imateriais relevantes. Ainda assim, para além do imenso patrimônio cultural afro-brasileiro acumulado, difundido e reelaborado, a cidade se destaca nesse contexto enquanto *lócus* da memória coletiva, sendo a sede desse patrimônio cultural dinâmico, passível de ser desvendado ao longo das camadas e registros de tempos históricos. Nesse sentido, linhas de pensamento de teóricos como Rossi (1995) e Pesavento (2004) aqui nos interessam para subsidiar nosso diálogo com as geopolíticas diáspóricas.

Dessa forma, o pós-abolição se apresenta como um campo de investigação em permanente construção, onde novas abordagens emergem pautas e questões que demonstram que os enfrentamentos sociais empreendi-

dos pelos sujeitos negros perpetuam até os dias atuais e, sobretudo, que esses indivíduos não mediram esforços em buscar estratégias de manutenção de suas instituições culturais diversas. Nessa pluralidade de formas de apropriação, dão continuidade à difusão de seus valores e apresentam perspectivas outras da forma urbana e social, resgatando relações de produção econômica, cultural e espacial para além das de cunho capitalista e características da sociedade burguesa. Tais valores são reverenciados em seus ancestrais, respeitados em sua essência e prática, e passados de geração a geração cada qual a sua maneira, o que expressa a **autonomia** desses povos em criar, negociar, adaptar e somar suas heranças africanas em suas dinâmicas socioespaciais cotidianas. Para o presente trabalho, concordamos com Martins e Santos (2017) na compreensão de *heranças africanas* como ancestral, cultural, territorial, monumental, linguística e organizacional, encontrada tanto em documentos quanto em vestígios urbanos ou transmitidos oralmente pelos negros africanos escravizados e preservados pela memória através de **manifestações, reinvenções e reterritorializações**, em ações permanentes, práticas religiosas, comunidades tradicionais de terreiro e manifestações culturais.

Dialogando com teóricos como Maria Estela Ramos (2013), Beatriz Nascimento (1985), Cunha Júnior (2019) e Muniz Sodré (1988), atentamo-nos para a investigação dos *bairros negros* e demais espaços de convivência dos povos afrodiáspóricos, configurando-se um *continuum* africano na transposição, manutenção e reformulação de suas heranças e instituições culturais e sociais.

No município de **Campinas**, no interior de São Paulo, esse processo se apresenta no pós-abolição em bairros centrais como o Cambuí, o Taquaral e o Ponte Preta, e atualmente em bairros como a Vila Castelo Branco, a Vila São Bernardo e a região do Campo Grande, cuja análise nos permite significativas interpretações acerca das dinâmicas de ocupação da população negra no meio urbano, seja em sua consolidação nas áreas periféricas ou os confrontos encontrados na permanência dessas famílias em áreas centrais. Isso porque a região central que contempla o perímetro histórico de Campinas, desde meados do século XX e sobretudo com os Planos de Melhoramentos Urbanísticos empregados na cidade, espacializou um conjunto de estratégias urbanísticas onde, à medida que a articulação segregacionista promovia reformas nas áreas centrais das cidades, também colocava a população negra e de baixa renda nas brechas dos centros urbanos.

Com o ato de morar e ocupar o espaço urbano se apresentando para além da habitação enquanto espaço físico, sendo parte da memória e da identidade coletiva em construção que ali se manifesta, a apropriação da cidade se destaca aqui sob **novos olhares e instrumentais** que devem ser levados em conta na produção urbanística. É relevante o questionamento crítico da compreensão da vida urbana, dos modos de vida e da produção do espaço, e em que medida ainda se restringem a uma perspectiva única e limitada, que não abrange tal dimensão **multicultural** da cidade. Isso porque a continuidade da prática e produção intelectual/acadêmica urbanística alinhada aos modelos eurocêntricos e capitalistas, ou mesmo as adaptações destes, evidencia o que Sodré (1988) interpreta enquanto uma *consciência ocidental* hegemônica, com a produção pautada em um valor único e universal. Na contramão dessa hierarquia, as produções dissonantes estão, aos poucos, ganhando palco nos estudos e discussões

sôes urbanas recentes, evidenciando ser um campo que demanda maiores aprofundamentos e colaborações.

Diante desta ausência, o presente trabalho parte das investigações emergentes ao longo de minha trajetória acadêmica acerca da constatada **desconexão** entre povos afrodescendentes e as narrativas nacionais de produção do espaço urbano, discutindo a memória do patrimônio documentado e musealizado.

Nesse sentido, questiona-se:

**Quais formas e representações arquitetônicas poderiam assumir as *inter-relações conceituais* nas organizações **afro-brasileiras**, e suas significâncias imateriais, enquanto *lócus de preservação* dos aspectos identitários e simbólicos dessas culturas?**

presenças e ausências; **rastros**; corpo-território

De que maneira as investigações e atuações nos **lugares grafados** pela **memória** devem ser trabalhadas enquanto *estratégias* de evidenciação e preservação dos aspectos identitários e simbólicos das culturas afrodescendentes?

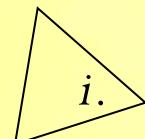
lugares grafados; diálogo; denúncia; **confronto**

As questões do trabalho serão aprofundadas estruturando-se em:

**I. Sobre as travessias diáspóricas** — contextualiza as discussões do Movimento Moderno acerca do espaço urbano e como a urbanização brasileira se desenvolve a partir desses referenciais, dando luz às leituras críticas elencadas a partir das narrativas dos povos afrodiáspóricos. A partir de conceitos trabalhados por Ramos (2013) e Sodré (1988), discorre brevemente sobre as tradições, heranças e dinâmicas características das arquiteturas africanas, e seus reflexos e correspondências nas organizações espaciais afro-brasileiras, atribuindo perspectivas outras de investigar a memória e a apropriação da cidade em suas múltiplas camadas.

**II. Campinas e suas outras cidades** — desbrincha análises teórico-projetuais do município de Campinas no entendimento dos desdobramentos da colonialidade da prática urbanística e nas operações de apagamento e opressão veiculadas pelas relações de poder, sobretudo no pós-abolição. Ilumina a constelação de espaços de atuação negra sob o recorte da memória e do imaterial.

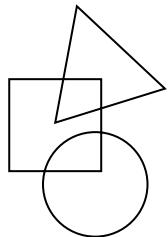
**III. Projeto, narrativa e representação** — estabelece diálogos acerca dos lugares grafados e as estratégias de intervenção. A partir do partido projetual e suas diretrizes, apresenta as narrativas e nível de espacialidade das intervenções sob a linguagem projetual do trabalho.



*i.* sobre  
**TRAVESSIAS  
DIASPÓRICAS**

Contextualiza as discussões do Movimento Moderno acerca do espaço urbano e como a urbanização brasileira se desenvolve a partir desses referenciais, dando luz às leituras críticas elencadas a partir das narrativas dos povos afrodiáspóricos.

A partir de conceitos trabalhados por Ramos (2013) e Sodré (1988), discorre brevemente sobre as tradições, heranças e dinâmicas características das arquiteturas africanas, e seus reflexos e correspondências nas organizações espaciais afro-brasileiras, atribuindo perspectivas outras de investigar a memória e a apropriação da cidade em suas múltiplas camadas.



*sobre*

## TRAVESSIAS DIASPÓRICAS

As investigações acerca da trajetória dos desdobramentos das práticas urbanísticas conciliadas sobretudo no século XX dialogam diretamente com o empreendimento de territorialização das relações de poder colonialistas. Mais ainda, vale analisar como propostas eurocêntricas, alinhadas a práticas higienistas para a cidade moderna foram universalizadas e apropriadas pelos moldes de produção do espaço urbano. Debruçar-se nos estudos da produção do espaço urbano nas cidades latino-americanas perpassa sobre o caldo teórico efervescente nas novas conformações do modo de viver e habitar o espaço urbano ditados pelo Movimento Moderno no pós-guerra, onde a arquitetura e o urbanismo têm protagonismo na transposição dessas utopias para a cidade moderna. Alianhado aos avanços industriais e às técnicas de produção, o conceito de cidade máquina se fez presente: a padronização dos materiais e das resoluções construtivas permitindo a replicabilidade da habitação independente de seu sítio e suas pré-existências. Não se pode aqui deixar de lado a pertinência das intenções no suprimento do déficit habitacional e na promoção de um espaço urbano alinhado à sociedade e ao sistema capitalista, nem generalizar tal produção pelos pontos aqui explanados. No entanto, as críticas acerca de seus resultados também se fazem pertinentes: a moradia reduzida a um invólucro equipado do mínimo para viver, tal qual a cidade estruturada para cumprir sua funcionalidade.

Contrapondo-se às apostas do Movimento Moderno e do tratamento do meio urbano como uma tábula rasa para a aplicação desses referenciais, emergiram várias críticas e discussões quanto à sua efetividade e suas consequências, e como o conceito de morar aos poucos perdia suas subjetividades, memórias e sensibilidades em função da racionalização da produção. Nesse sentido, Adorno<sup>1</sup>

nos instiga ao questionamento: **o que significa estar em casa?** A consolidação desse ato se faz pelo físico e o material ou pelas afinidades e o imaterial? Ou então, por uma junção dos dois, quando o espaço físico estimula essas vivências e o vínculo de pertencimento? E trazendo para uma perspectiva macro, se essa produção parte da funcionalidade, da replicabilidade e da consequente dificuldade de diferenciação entre o espaço de trabalho, de lazer e de morar, onde acontece a vivência coletiva, o encontro e as sociabilidades, na cidade racionalmente estruturada?

As indagações aqui colocadas ganham capilidades quando estudadas sob o viés racial e das produções urbanas e culturais provenientes da diáspora africana, às quais aqui nos interessam. Isso pois, ao passo que a tomada da prática urbanística moderna coloca a cidade enquanto tábula rasa para que novos conceitos e ferramentas sejam explorados, às custas de quais apagamentos e processos de opressão e dominação esse plano se realiza? Ou ainda, sob quais pré-existências a expansão capitalista e urbanística tem seus desdobramentos estratégicos? A partir do momento em que cidades e territórios passam a ser concebidos e desenhados sob a régua prática urbanística, concordamos com Velloso (2020) que há continuidade de padrões de poder **colonialistas** que dão manutenção a velhas engrenagens garantidoras de uma formação socioespacial segregadora, onde a raça, o racismo científico e estrutural estão enraizados nas estratégias de atuação territorial. Para isso, vê-se indispensável compreender conceitos de **raça** para além de construções biológicas, restritamente, sendo a existência do sujeito negro uma construção externa, ocidental e colonialista, dissonante de suas cosmo-sensações de mundo. Para o presente trabalho, partimos das discussões elencadas por Mbembe (2014), Fanon (2008) e Quijano (1971) sobre o assujeitamento do negro enquanto *ser outro*, imbuídas de questões da exis-

<sup>1</sup> ADORNO, Theodor W. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

tência e subjetividade diretamente alocadas pelo sistema colonialista.

Em Quijano (1971), o desvio existencial do negro pela noção de raça se constrói sob as premissas da colonialidade, da invenção do outro na perspectiva colonial e geopolítica do conhecimento. O enclausuramento despontado pela diáspora forçada dos povos africanos para os territórios das colônias, interdita o negro à cosmovisão do homem branco e impede o acesso destes à sua própria condição de sujeito. O **homem-objeto** e o mito do escravo amnésico gestados em torno da narrativa ocidental atuam na universalização de tais preceitos em distintas áreas e disciplinas que aqui serão abordadas, sobretudo no saber urbanístico. A noção de raça supracitada pela Modernidade e sua inscrição nas relações de opressão, exclusão e apagamento tornam-se estruturalmente associados, uma vez que hierarquiza a sociedade e organiza os papéis produtivos imbuídos no sistema capitalista. Mais ainda, alimenta a construção de arquétipos e estereótipos sobre os negros em suas subjetividades e corporeidades, perpetuações conservadas pelos grupos dominantes como forma de manutenção destas hierarquias a partir da questão racial, responsáveis pela invisibilização do negro e sua redução e aprisionamento à referenciais de inferioridade difundidos por meio das teorias do racismo científico.

Nesse viés, Fanon (2008) também apresenta a importância do *de vir do homem negro* de jamais renegar a liberdade conquistada por seus ancestrais e abraçar a cultura negra, como forma de afirmação de uma identidade emancipada dos estereótipos a ela atribuídos. Nos aproximamos aqui também do conceito de **travessia** de Beatriz Nascimento (1989) enquanto possibilidade de reconquista de suas *escrevivências*<sup>2</sup>, rompendo com o eixo imaginário imposto ao ser negro e gestado pela perspecti-



va ocidental e colonial no apagamento e negação de suas existências e instituições simbólicas. Trata-se do momento de incorporação de uma narrativa em que migrações e travessias coexistem e exigem o exercício de morte do negro-africano amnésico e reconstrução do *ser negro* diaspróico. Sobre a compreensão do negro enquanto **corpo-território**, imbuído de suas instituições culturais e políticas e das persistências de sobrevivências processadas, aprofundaremos mais adiante.

É sob tais leituras que podemos, assim, compreender a urbanização dos territórios latino-americanos. Tendo a formulação e naturalização da ideia de raça enquanto marcador social internalizado na lógica colonial e capitalista, em processos que se verificam para além dos momentos de independência e de abolição formalizada da escravidão, implementa-se gradualmente a inferiorização e apagamento histórico-cultural dos povos originários dentro das perspectivas eurocêntricas. Sobre isso, Mbembe (2014) nos bem posiciona sobre a figura do inimigo negro na construção do racismo estrutural, onde a segregação, a violência colonial e outras constantes do racismo e das ferramentas capitalistas atribuem ao *ser negro* um elemento ameaçador e irradiam, assim, maneiras de controle e gerenciamento não apenas das hierarquias sociais como também da produção de território e as relações espaciais advindas. Nesse sentido, destacamos:

*A fantasia do Branco teve sucesso, porque, por fim, tornou-se o cunho de um modo ocidental de estar*

**Figura 1**

Manchete sobre a demolição da Igreja do Rosário em Campinas (1956). Em: Acervo do Centro de Memória da Unicamp (2023)

<sup>2</sup> Sobre o conceito de *escrevivências*, recomenda-se a leitura: EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

*no mundo, de uma determinada figura de brutalidade e crueldade, de uma forma singular de predação e uma capacidade desigual de submissão e de exploração de povos estrangeiros. (MBEMBE, 2014, p. 87)*

Dentro desse contexto, nos interessa aqui compreender como a espacialização dessas premissas raciais e estruturais virão a reforçar padrões de poder colonialistas e darem manutenção às lógicas de raça e padrões de poder territorial. Aqui concordamos com Velloso (2020, p. 156) que a cidade moderna atua enquanto territorialização da relação colonial, ou seja, empreendimento de ocupação territorial que encontra no urbanismo suas ferramentas de atuação. Trata-se do **substrato espacial** exigido pelos processos capitalista, e aqui também salientamos os processos coloniais, para que, assim, aperfeiçoassem mecanismos de opressão e extração de valor às custas do subjugamento dos espaços e práticas pré-coloniais consolidadas. Os estudos e abordagens sobre tais temáticas, bem como as práticas urbanísticas brasileiras e latino-americanas, em constante reinvenção e reconstrução de conceitos e noções, colocam novos horizontes que evidenciam a urgência de crítica do saber urbano, dadas as experiências históricas nas sociedades colonializadas. Para tal, aqui seguimos apreendendo lógicas de protesto e ocupação em conflitos que gradualmente ganham novos padrões e, como resposta, novos protagonismos.



Enquanto *diáspora africana*, concordamos com Ramos (2013) no entendimento do termo para além do simples deslocamento do contingente africano para o Brasil, mas sim de mulheres e homens munidos não

apenas de seus corpos, como também de suas instituições culturais de origens diversas e que passam a coexistir com as demais presentes em território nacional, implicando em reelaborar, substituir, construir e somar novas instituições culturais. Assim, compreendemos também que a pluralidade de grupos de origens distintas e dotados de culturas e lógicas de mundo próprias resulta em uma produção espacial múltipla, regida de acordo com seus ideais, princípios e tradições. Vale também novamente a contribuição do conceito de **travessias** de Beatriz Nascimento (1989), no que diz respeito à compreensão da diáspora enquanto *percurso corpo-território*, onde narrativas e sensibilidades resistem e se ressignificam às custas de legitimações e apagamentos.

No cenário nacional, a difusão e importação das teorias científicas e dos moldes urbanísticos eurocêntricos também era atuante, partindo de tais discursos para atuar no isolamento da população negra e na construção negativa do negro no imaginário coletivo, tanto por enclaves físicos quanto por estigmas difundidos no saber popular e reforçados pelos meios de comunicação. Ramos (2013, p. 27), em concordância com Lira (1999) na análise da história urbanística brasileira, confirma uma tendência pautada, em primeiro momento, no discurso sanitária, higienista e por vezes eugênico; em outro, a estética europeia enquanto mote para as reformas urbanas e, mais adiante, o urbanismo modernista submetido ao Estado neoliberal. Também de acordo com Cunha (2019), essa constante não se faz diferente ao longo da história:

*Podemos deduzir que a fundamentação teórica do urbanismo se limita ao exame da tradição eurocêntrica, dialoga apenas com parte das culturas europeias, produzindo uma mentalidade eurocêntrica e disfarçada como conhecimento científico e*

*universal. [...] O padrão de urbanização brasileiro imprimiu nas metrópoles e cidades, conceitos e formas de concebê-las baseado na coletânea técnica utópica europeia. (CUNHA JUNIOR, 2019, p. 25-26)*

A existência dos **bairros negros** é, nesse sentido, o horizonte que exige ser visto em seu potencial emancipatório. As territorialidades negras no meio urbano aqui nos interessam ao serem espaços produzidos nos interstícios das estratégias das estruturas de poder, e que fogem da lógica do capital e do urbanismo moderno ao criarem suas dinâmicas e linguagem próprias, na manutenção, interpolação e construção de suas práticas culturais. Tais formas de produção de conhecimento e de espaço são reconhecidas por Sodré (1988) enquanto um *contra-lugar*, ao se desprenderem da régua técnica empreendida pela ordem hegemônica e elaborarem seus territórios seguindo suas culturas.

Para o presente trabalho, utiliza-se da etimologia de *bairro negro* articulada por autores como Cunha Júnior (2019), Muniz Sodré (1988), Beatriz Nascimento (1985), dentre outros, enquanto áreas geográficas de existência de formas de vida da população negras, obstruídas e limitadas pelas estruturas do racismo estrutural. A correspondência entre esses bairros negros e bairros denominados como populares, muitas vezes estigmatizados enquanto lugares de produção urbana informal, nos indica que o estudo desses bairros também abriga discussões políticas, históricas e econômicas. Os estudos dos quilombos por Beatriz Nascimento (1985) confirmam como essa coexistência se apresenta desde o período colonial, uma vez que os remanescentes de quilombos de grande porte hoje se encontram em áreas periféricas das cidades.

Ramos (2013), ao estabelecer paralelos entre o ra-

ciocínio de Aldo Rossi (1995) e o estudo da forma urbana negra empreendido por Sodré (1988), identifica o terreiro, os quintais e demais territórios (re)formulados pelas famílias afrodescendentes enquanto fatos urbanos. Os estudos rossianos aqui dão luz à concepção de cidade pela essência de suas camadas históricas e sociais, atentando-se às pré-existências e ao ato de projetar em continuidade com a paisagem urbana. Partindo do entendimento da cidade enquanto locus da memória coletiva, na apreensão dos artefatos comuns a essa constante imagética, Rossi evidencia a falência do tratamento urbanístico da cidade enquanto tábula rasa. Sob a proposição de cidade enquanto estrutura construída gradualmente no tempo — ou então, enquanto **palimpsesto**, conceito trabalhado por Pesavento (2004) e a ser aprofundado posteriormente —, elementos de reconhecimento na memória individual e coletiva coexistem na sobreposição de camadas temporais, aos quais Rossi reconhece enquanto **fatos urbanos**. A relação estabelecida por Ramos (2013) entre os territórios negros e os fatos urbanos, ainda que os estudos rossianos não contemplem leituras raciais e etnográficas, dá-se por sua arquitetura e forma singulares atreladas aos valores espirituais e coletivos ali presentes. Nesses espaços, a ancestralidade e a coletividade apresentam-se de variadas formas, no que Sodré (1988) conceitua como **jogo negro**, compreendendo a ludicidade enquanto estratégia de resistência e manutenção desses valores e tradições e sua reelaboração no processo diaspórico. Na contramão do lúdico enquanto entretenimento, *mas de uma outra perspectiva quanto à consciência de si* (SODRÉ, 1988, p. 23), os territórios negros atuam enquanto palco e ferramenta de invenção do urbano em sua apropriação e produção, carregando o espaço de novos sentidos e, dialogando com Rossi (1995) e Pesavento (2004), novas camadas de uma cidade que cresce gradualmente sobre si mesma.



## a forma urbana negra

*Poeta falou*

*Que São Paulo enterrou o samba  
Que não tinha gente bamba  
E não entendi porque  
Fui a Barra Funda, fui lá no Bixiga, fui lá na  
Nené  
Me perdoa poeta, mas discordo de você  
(Me perdoa poeta, música de Leci Brandão, 1987)*

Entender as relações desenvolvidas nos espaços negros urbanos significa compreender a convergência entre espaço e identidade. Sodré (2019, p. 22) analisa o espaço enquanto resultado do morar, do uso da terra como meio de registro da identidade de um grupo. Na matriz africana, a relação com a terra vai além de sua configuração física e integra a dimensão do sagrado: torna-se objeto de concretização da sobrevivência material e simbólica. Dessa forma, a produção do espaço pela comunidade negra sinaliza uma perspectiva diferente do fazer arquitetônico tradicional, uma vez que as lógicas culturais, ancestrais e sagradas são princípios organizadores do território, configurando o que Sodré denomina como a forma social negro-brasileira. Dialogando com essa perspectiva, é reconhecida a autonomia particular criativa, de pensamento, de reelaboração e de atuação dos povos negros em sua formação espacial, ao passo que expõe a falência do urbanismo convencional em apreender a multiplicidade de sentidos e relações construídas entre os grupos e os elementos que compõem a forma urbana. Nessa pluralidade de formas de apropriação, os territórios afro-brasileiros têm características inerentes ao seu processo de formação, os quais Maria Estela Ramos (2013) reúne em cinco núcleos conceituais para a interpretação da forma urbana negra — convivibilidade, afro-consci-

ência espacial, assentamentos familiares, caminalhidade e multifuncionalidade.

Em resumo, os núcleos conceituais abarcam o processo de diáspora africana e a coexistência entre suas instituições culturais com as existentes em território nacional, e como valores inerentes a essas culturas são ressaltados nas relações de convivência entre esses indivíduos no meio urbano. Assim, compreende-se por *forma urbana negra* a construção conceitual que parte da convergência entre população negra e espacialidade urbana, denotando a possibilidade de se pensar a produção da urbe para além das relações de produção, “incorporando culturas negras como eixo de análise de cidade e apontando esta nova possibilidade para proposições dos estudos urbanos voltados para a elaboração de políticas públicas” (RAMOS, 2013, p. 314).

Processos como esse são investigados, por exemplo, no processo projetual do arquiteto Diébêdo Francis Kéré (2012), e reforçam como o estudo e aprofundamento nesses valores socioculturais diaspóricos não consiste na mimese das técnicas e tipologias incorporadas, e sim na apreensão das heranças africanas e nos sentidos de sociabilidade e comunidade inerentes a esses povos. O arquiteto também tece críticas à urbanização vigente, onde estilos e planejamento ocidentais permanecem como regra nas cidades africanas desde os processos de modernização regidos pela colonização, sem considerar as especificidades locais de ordem cultural, social e territorial. Trata-se de uma investigação em constante mudança, uma vez que é proveniente da lógica da cultura e das demais condições econômicas, sociais e políticas de um lugar, e assim, que deve se atentar às adaptações segundo as novas demandas e dinâmicas.

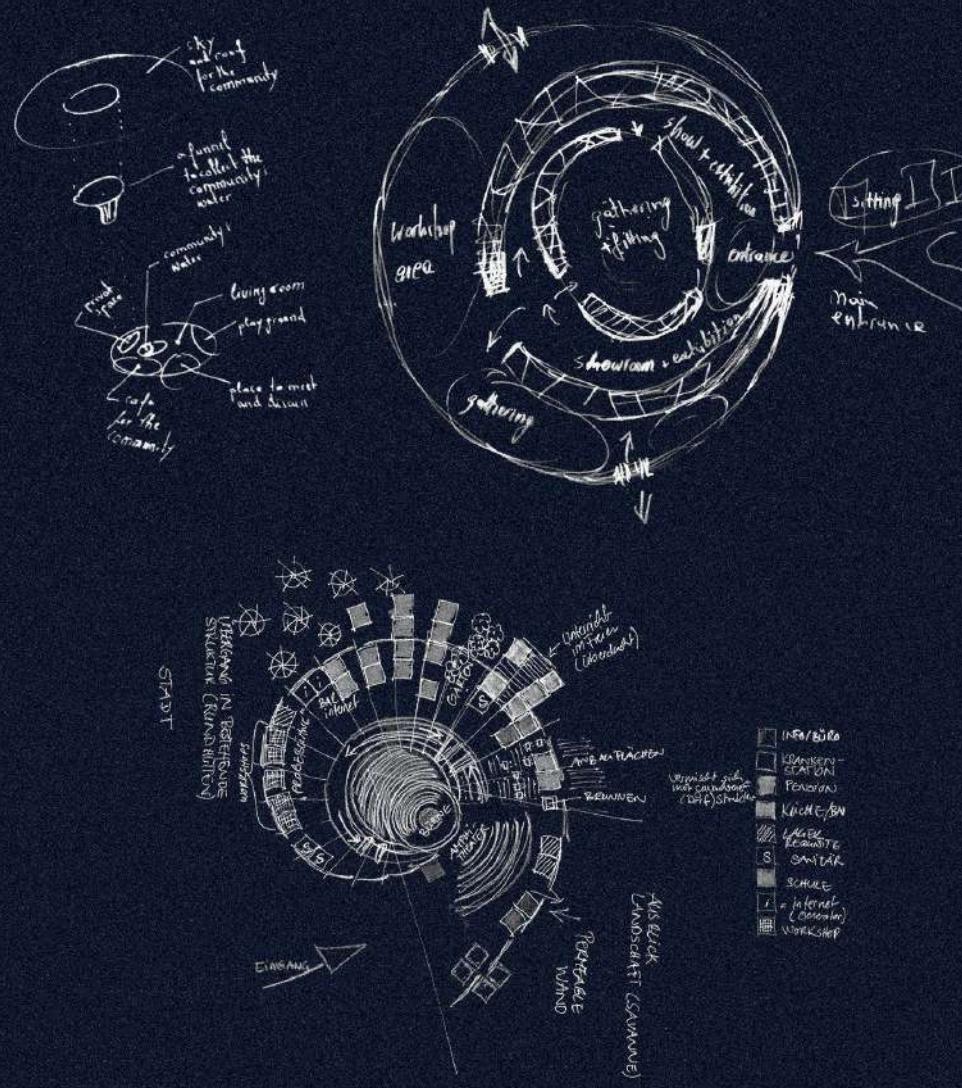


Figura 2

*Processo projetual de Francis Kéré (s/d), de Kéré Architecture, evidenciando a apreensão das heranças e valores inerentes ao lócus e cultura da comunidade.*

Em: Kéré Architecture

Sendo assim, concordamos com Sodré (2019) que o sentido de **patrimônio** extrapola aqui seu significado etimológico, abrigando também o legado de uma memória coletiva culturalmente comum a um grupo, e “fende, assim, o sentido fixo que a ordem industrialista pretende atribuir aos lugares e, aproveitando-se das fissuras, dos interstícios, infiltra-se” (SODRÉ, 2019, p. 75). Nesta narra-

tiva, faz-se relevante as leituras de Pesavento (2004) acerca da cidade enquanto **palimpsesto**<sup>3</sup>, munida das múltiplas combinações das camadas em superposição, substituição ou composição, as quais aqui nos interessam a investigação e revelação sob as leituras racial e social. Ancorar a urbe a uma única forma e temporalidade, impedindo o desvelamento de correspondências, rupturas e continuidades com relação às suas outras narrativas, colabora no apagamento e impedimento de uma produção urbana plural.

Enquanto exemplo, se faz relevante o trabalho *Todo material é memória, Todo resíduo, também* (2022) do Coletivo Mouraria 53, apresentado na XIII Bienal de Arquitetura de São Paulo, acerca do espaço enquanto registro ambiental e cultural do que a cidade se desfaz. Em um mural de acúmulos de rastros provenientes da constante reconstrução urbana, onde extratos recentes sobrepõem extratos mais antigos, a praia se apresenta enquanto registro cultural dos vestígios do que a cidade outrora foi. O conceito de leitura de rastros e discussões sobre o perceptível e o imperceptível perpassam os estudos da filósofa alemã Sybille Krämer. Na fundamentação da concepção de **rastro** (em alemão, *spur*), a autora estabelece atributos inerentes à presença do rastro e que aqui nos interessam no entendimento dos apagamentos e das camadas de memória e simbólicas associadas às culturas afrodiáspóricas e suas territorialidades. Segundo Krämer (2007), um rastro testemunha a ausência do que o formou, e ainda que permita enunciar deduções, a reconstrução sempre se debruçará sobre o caráter imagético e sua reprodução. Ao não evidenciar o ausente, e sim a sua ausência, o rastro torna-se manifesto da perturbação da ordem hegemônica e evidência dos regimes de tempo se cruzando, uma vez que é resultado do apagamento de uma forma existente em razão da sobreescrita de uma nova.

<sup>3</sup> De acordo com Pesavento (2004, p. 26), entende-se por *palimpsesto* um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto, sendo assim uma imagem arquetípica para a leitura do mundo.



Nesta medida, se faz relevante para o presente trabalho a investigação, desvendamento e mapeamento da cidade sob o viés racial e cultural aqui explorados, revelando assim suas camadas e vestígios correspondentes aos espaços de atuação e memória da comunidade negra para além do patrimônio documentado e musealizado. É reconhecida, assim, a importância de debruçar-se sobre as diferentes estratégias encontradas pelos negros para manter os batuques, as festas, os terreiros e demais práticas em sua materialidade e imaterialidade, no entendimento das *travessias* em suas permanências e ressignificações no território nacional. A reformulação e construção de suas tradições tomavam corpo tanto nos espaços públicos, nas ruas dos bairros negros ou em seus quintais e espaços de morar, tanto objetivando reunir as famílias do meio urbano e rural, como também para evitar denúncias à vigilância municipal ou nos meios de comunicação.



## corpo-território e constelações

*Quando eu estiver velho, gostaria de ter no corredor da minha casa  
Um mapa de Berlim  
Com uma legenda  
Pontos azuis designariam as ruas onde morei  
Pontos amarelos, os lugares onde moravam minhas namoradas  
Triângulos marrons, os túmulos  
Nos cemitérios de Berlim onde jazem os que foram próximos a mim  
E linhas pretas redesenhariam os caminhos no Zoológico ou no Tiergarten que percorri conversando com as garotas  
E flechas de todas as cores apontariam os lugares nos arredores  
Onde repensava as semanas berlinesas  
E muitos quadrados vermelhos marcariam os aposentos  
Do amor da mais baixa espécie ou do amor mais abrigado do vento*

*(Fragmento, de Walter Benjamin, 1932. Em: Fisiognomia da Metrópole Moderna. São Paulo, 1994, p. 313)*

Sob o olhar antropológico, entender as inter-relações corpo-lugar no âmbito da arquitetura implica na compreensão entrelaçada entre o espaço urbano e as relações subjetivas e afetivas que evocam novas camadas sobre a cidade. Em Walter Benjamin (1932), o referencial cartográfico se desloca da mera sistematização geográfica e recebe um direcionamento afetivo, na monumentalização dos espaços a partir das **sensibilidades subjetivas**, também associadas a uma memória coletiva simbólica. Também, em *Me perdoa poeta* (1987), de Leci Brandão,

Figura 3

Exposição *Todo material é memória. Todo resíduo, também* (2022), de Coletivo Mouraria 53 e Arquivo.

Dialoga com as linhas de pensamento de Calvino (2003) e Pesavento (2004) da cidade enquanto arquivo dos acúmulos materiais do que outrora foi. Trabalho apresentado na XIII Bienal de Arquitetura de São Paulo.

Em: Coletivo Mouraria 53



revelam-se outras camadas agregadas ao discurso da historiografia, e em que medida as leituras de cidade sob o recorte racial são reconhecidas ou invisibilizadas no imaginário coletivo. A canção reverencia em seu verso figuras públicas de reconhecimento local em bairros estabelecidos com população majoritariamente negra, evidenciando a apreensão da vivência, história oral e demais instrumentais da pesquisa empírica e qualitativa enquanto metodologias contribuintes nas leituras para além do referencial teórico.

Ainda sob o escopo conceitual do *jogo negro* (SODRÉ, 1988, p. 23), a dupla existência da forma construída e das camadas sensíveis atribuídas são perpassadas pelo que Sodré conceitua como **corpo-território**. Uma vez que todo indivíduo percebe o mundo a partir de si mesmo, “[...] de um campo que lhe é próprio e que se resume, em última instância, a seu corpo” (SODRÉ, 1988, p. 123), o corpo torna-se lugar-zero do campo perceptivo. Sob o contexto da diáspora africana, novas perspectivas são evidenciadas, pois o desprendimento do território e a perda da terra e da comunidade como extensão física e material tensionam o **corpo** como principal instrumento documental e de resistência, pelo qual o indivíduo negro manifesta suas instituições culturais, celebra sua ligação com as heranças africanas e transmite a memória coletiva. Dessa forma, o levantamento, reconhecimento, valorização e manutenção das dimensões territoriais e simbólicas desses grupos têm sua fundamental importância para trazer à tona novas reflexões no âmbito da identidade.

No sentido da apropriação do espaço urbano a partir do *corpo-território*, os lugares grafados pela memória e pelas práticas negras compõem constelações de testemunhos relevantes para o presente trabalho. A seguir, obras e instalações de artistas negros e/ou correlatas às

narrativas e heranças negras e que se fazem relevantes no presente campo investigativo.

No pavilhão *Terra* (2023), os arquitetos Gabriela de Matos e Paulo Tavares exploram as simbologias da terra miradas ao patrimônio cultural, artístico e paisagístico construído por populações indígenas e afro-brasileiras, enquanto crítica às representações hegemônicas da nacionalidade historicamente estruturadas por visões idealizadas e racializadas que subalterizam os povos originários e as populações afro-brasileiras. O pavilhão parte desta perspectiva *outra* para pensar o Brasil e o mundo: da **terra** como chão, solo, terreiro, mas também em seu sentido cósmico e ancestral.

No âmbito formal, intervêm na tipologia “pavilhão” em diálogo crítico com este patrimônio e seus legados, a partir de uma série de intervenções *site-specific* por eles nomeada como **aterramentos**. Do chão de terra batida, das ornamentações com panos da Costa e gradis com desenhos adinkras, o público é convidado a pisar sobre a terra, reconhecendo o Brasil como território

#### Figuras 4 e 5

Pavilhão *Terra* (2023), de Gabriela de Matos e Paulo Tavares para a 18<sup>a</sup> Mostra Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza.

Os gradis com desenhos adinkras expostos na fachada frontal do edifício, os panos da Costa e o convite à terra.

Em: Terra, disponível em <<https://terra.bienal.org.br/>>, acesso em 28 out. 2023.



ancestral e diaspórico.

Em outra perspectiva, os trabalhos da artista negra Aline Motta reconfiguram memórias **afro-atlânticas** na construção de novas narrativas que evocam uma ideia não-linear do tempo. Em *A água é uma máquina do tempo* (2023), instalação na 35º Bienal de São Paulo, bem como na vídeo-instalação *Trilogia* no Museu de Arte do Rio, a artista evoca sua matrilinearidade a partir do elemento da água aludido às cosmologias Congo-Angola, em que a noção de “*kalunga*” é uma tênue linha d’água que separa os mundos dos vivos e dos mortos. Perspectivas de oralidade, ancestralidade, matrilinearidade emergem enquanto **resistência poética** à amnésia histórica. Ainda nesse campo, o trabalho da artista negra Rosana Paulino também tensiona meios de autorrepresentação e subjetivação desvelando, à luz da história brasileira, o racismo científico e a memória seletiva. Em *Parede da memória* (1994/2015), as peças assimiladas aos **patuás**, amuletos utilizados por praticantes do candomblé, não conferem proteção a partir da matéria, mas a própria reconfiguração da imagem na busca por compor uma memória coletiva.

Sobre resistência poética e testemunhos do **rastro**, a instalação *site-specific* da artista Maria Thereza Alves, *Um vazio pleno* (2017), é uma tentativa de discutir o branqueamento da presença indígena na história da formação de Sorocaba (SP). Traçando relações entre o passado e o presente, a obra lança luz sobre as práticas coloniais e os vestígios materiais remanescentes. Da réplica de urnas fúnebres, jarras de águas e cacos de cerâmicas expostas no Museu Histórico de Sorocaba, a instalação consiste no alocamento estratégico desse material em locais públicos da cidade, na instigação e no rastro que irrompe com a ordem urbana. A seguir, outras referências teórico-projetuais direcionantes do trabalho.

#### Figura 6

Instalação *Parede da Memória* (2015), de Rosana Paulino. Fotografia de Claudia Melo.

Os elementos em alusão aos patuás, em tecido, com imagem digital sobre papel, linha e aquarela.

Em: Rosana Paulino disponível em <<https://rosanapaulino.com.br/>>, acesso em 28 out. 2023.

#### Figura 7

Instalação *Um vazio pleno* (2017), de Maria Thereza Alves. Fotografia de Michely Aquino Vargas.

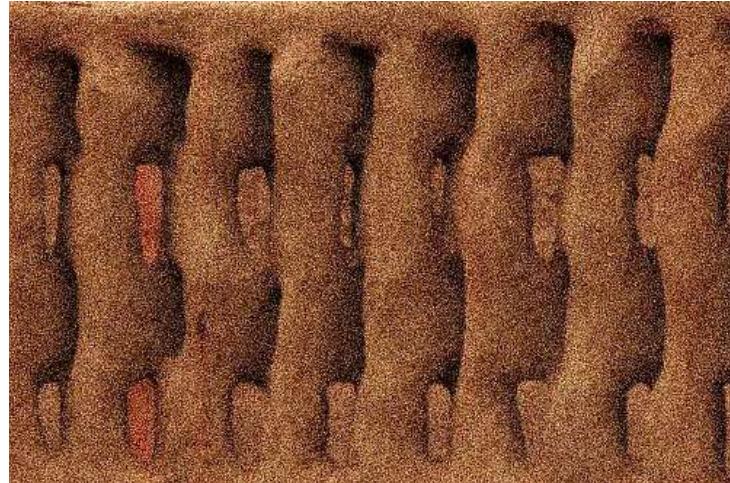
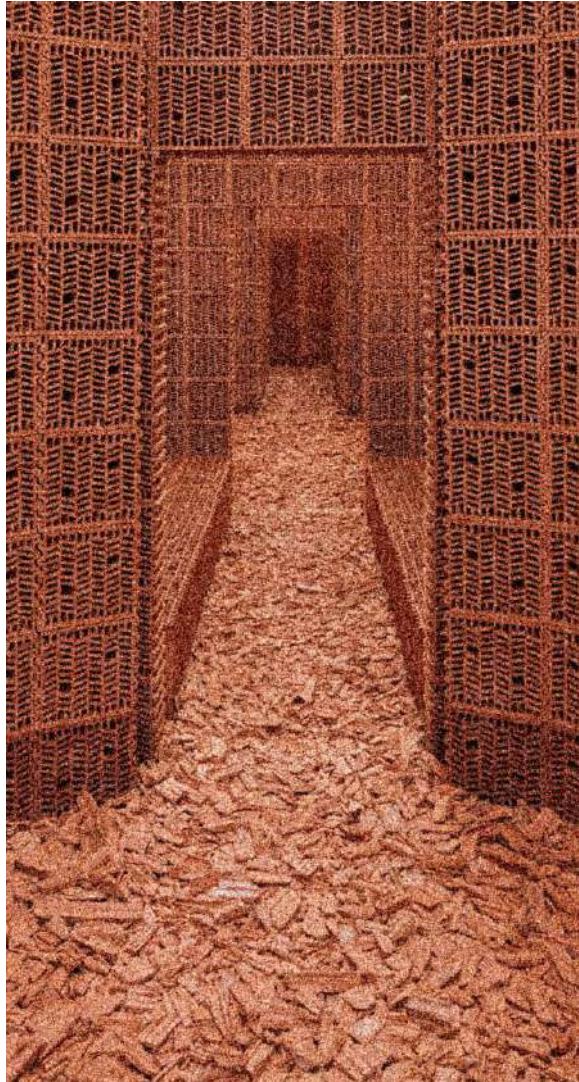
Em: Frestas, disponível em <<https://frestas2017.sescsp.org.br/en/artista/maria-theresa-alves/index.html>>, acesso em 28 out. 2023.





*algumas*  
CONSTELAÇÕES

2023



*Types of Spaces*, Hanghar e Palma  
*Qui es-tu brique?*, Ámaco  
*Atelier Gando*, Kéré Architecture

Nas obras dessa constelação, aproximações e experimentações com **memória**, matéria e volume. Na **materialidade** e elementos em diálogo em potencialidade, a importância da terra em referenciais de lugar, cultura e manufatura. A aproximação do objeto final com o transeunte e o espaço. Misclânea de atos com o mesmo elemento, ora moldado, ora espalhado e ora combinado entre si.



**Figura 8** (primeira à esquerda)

*Types of Spaces* (2021), de Hanghar e Palma. Em: <<https://divisare.com/projects/449338-palma-hanghar-luis-diaz-diaz-types-of-spaces>>. Acesso em: 23 out. 2023

**Figura 9**

*Atelier Gando* (2014), de Kéré Architecture. Em: <<https://www.kerearchitecture.com/work/knowledge/atelier-gando>>.

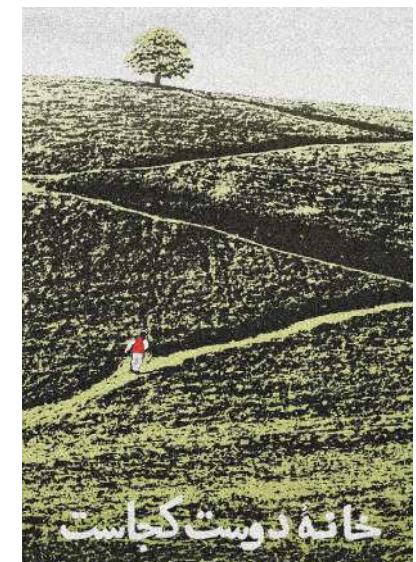
**Figura 10**

*Qui es-tu brique?* (2017), Ámaco. Em: <<https://amaco.org/>>. Acesso em: 23 out. 2023.



*The Green Line*, Francis Alÿs  
*Where's My Friend's House?*, Kiarostami  
*Running Fence*, Christo e Jeanne-Claude

Nas obras desses artistas, práticas de **territorialidade das poéticas**: traçados de distâncias, constatação de densidades e vazios, ultrapassando as noções de projeto enquanto começo e fim. Uma imaginação desenfreada de possibilidades, na contramão da natureza arbitrária dos limites *políticos e geográficos*. Diálogos com memória coletiva, fatos urbanos e intervenção na forma urbana para ressalva desses elementos.



**Figura 11** (primeira à direita)

*The Green Line* (2004), de Francis Alÿs.

Em: <<https://www.antiatlas.net/francis-alyss-the-green-line-en/>>. Acesso em: 26 jun 2023

**Figura 12** (segunda à direita)

*Where Is My Friend's House?* (1987), filme de Abbas Kiarostami. Em: <<https://www.kiarostami.org/poster-where-is-my--friends-home>>. Acesso em: 04 jan 2023

**Figura 13**

*Running Fence* (1976), de Christo e Jeanne-Claude. Em: <<https://www.artforum.com/print/201704/the-politics-of-christo-and-jeanne-claude-s-running-fence-67188>>. Acesso em: 26 jun 2023





*Tezontle Ludens, SUMA Estúdio  
Berlin Wall Memorial, SINAI  
1973-2021, Lanza Atelier*

Constelação sobre projetos a partir das potencialidades das pré-existências, da memória e do imaterial. Intervenções site-specific e materialização dos espaços completando-se com a história do **lugar**. Resgate da camada da memória coletiva, trabalhada a partir da **materialidade**. Irromper com o traçado urbano, evocar o estranhamento.

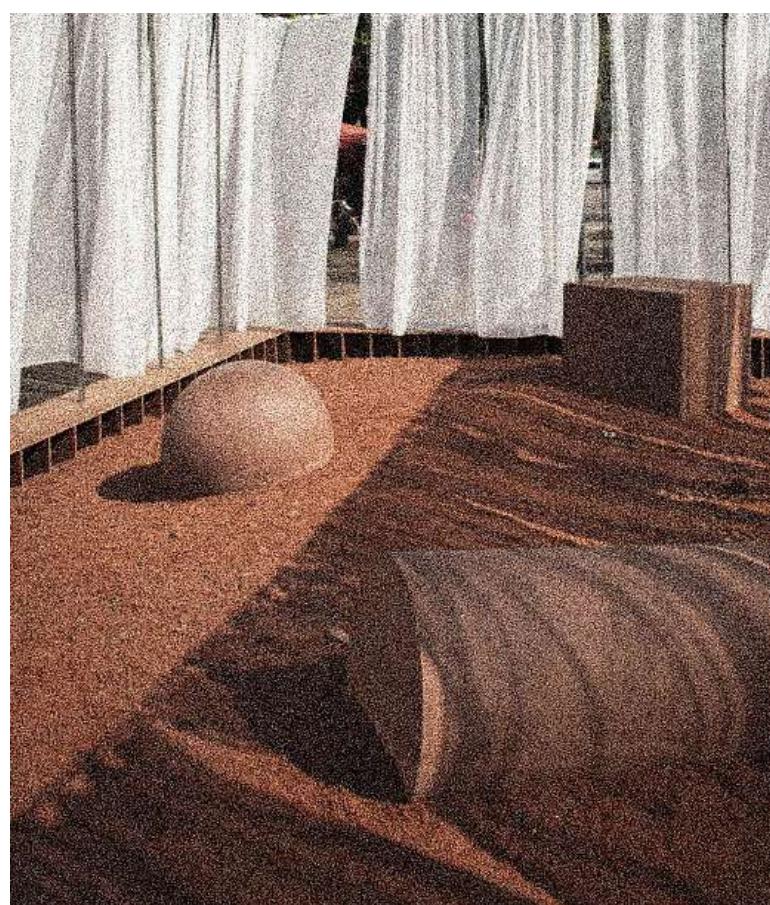


**Figura 14** (acima)

*Berlin Wall Memorial (2014)*, Sinai. Em: <<https://landezine.com/berlin-wall-memorial-by-sinai/>>. Acesso em: 23 out. 2023.

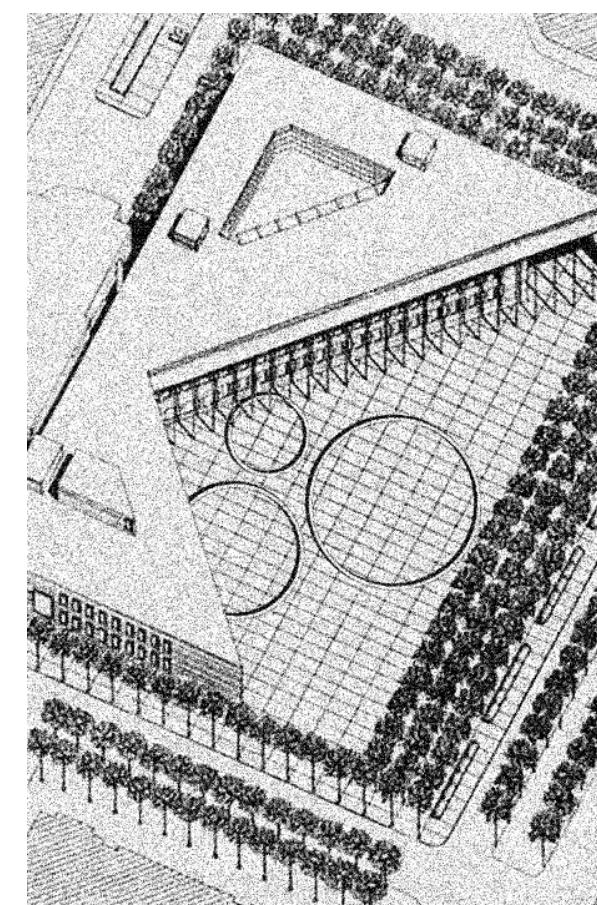
**Figura 15** (primeira à direita)

*Tezontle Ludens (2019)*, de SUMA Estúdio. Em: <<https://www.archdaily.cl/cl/913311/conoce-la-propuesta-construida-del-concurso-arquine-n-1-pabellon-mextropoli-2019>>. Acesso em: 23 out. 2023



**Figura 16** (segunda à direita)

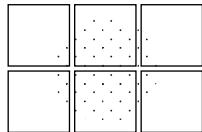
*1973-2021 (2021)*, por Lanza Atelier. Em: <<https://lanzaatelier.com/proyectos/1973-2021/>>. Acesso em: 26 jun. 2023.



*ii.*

**CAMPINAS**  
*e suas outras  
cidades*

Destrincha análises teórico-projetuais do município de Campinas no entendimento dos desdobramentos da colonialidade da prática urbanística e nas operações de apagamento e opressão veiculadas pelas relações de poder, sobretudo no pós-abolição. Ilumina a constelação de espaços de atuação negra sob o recorte da memória e do imaterial.



## CAMPINAS *e suas outras cidades*

As origens e desenvolvimento da cidade de Campinas, assim como demais ~~municípios históricos paulistas~~ acompanham os principais cenários socioeconômicos que ocorrem em nível nacional, sob a égide das relações de produção do sistema mercantilista. A partir de meados do século XIX, a então província de São Paulo utilizava-se dos lucros do café advindos das fazendas remanescentes da economia açucareira, e inseria-se no contexto da **expansão** da fronteira agrícola para exportação. Ainda em seus primeiros ensaios com mão de obra livre de imigrantes, escravos eram trazidos de outras áreas do país. As presentes leituras da cidade de Campinas também dizem respeito a dinâmicas operadas em nível nacional, sobretudo no estudo da atuação do urbanismo sanitarista e políticas públicas operadas pelo Estado que influenciam mais diretamente o recorte racial desta pesquisa.

Segundo Martins (2016, p. 18.), e em concordância com Teixeira (2011, p. 40), os princípios do século XVIII e o início do ciclo do açúcar referem-se a um momento de transformação econômica e demográfica campineira. Originada do pouso dos tropeiros ao longo do percurso de São Paulo aos atuais estados de Goiás e Mato Grosso nos tempos da economia mineradora, a região de terrenos descampados torna-se freguesia em 1774 e, posteriormente, à condição de vila em 1797. Em meios do século XVIII, a população de 475 habitantes chegaria a contabilizar 2.107 habitantes, dos quais 700 eram afrodescendentes (Tabela 1). No entanto, apenas nas primeiras décadas do século XIX que a população escrava alcança participação expressiva no total do contingente populacional da cidade, confirmando-a como o maior mercado comprador e distribuidor de escravos da província ao concentrar 5% da população escrava total de São Paulo.



são paulo, brasil



campinas, sp

Tabela 1 — População total por condição social em Campinas (1774, 1794, 1814, 1829, 1854)<sup>4</sup>

ANO	CONDIÇÃO SOCIAL					
	livres		escravos		total	
	nº	%	nº	%	nº	%
1774	388	81,7	87	18,3	475	100
1794	1.384	73,3	498	26,7	1.862	100
1814	3.700	66,2	1.893	33,8	5.593	100
1829	3.746	43,8	4.799	56,2	8.545	100
1854	6.052	42,6	8.149	57,4	14.201	100

No que diz respeito ao processo de abolição do sistema escravista na região, se por um lado havia a constante luta dos escravos pela liberdade, por parte do Estado e da elite agrária havia o controle conservador da emancipação para que ela se fizesse a lentos passos, de forma a não afetar as formas de trabalho e as relações de poder por eles estabelecidas (SCOTT, 1991 *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 25). Como argumentação para a manutenção desse sistema, da garantia do lucro e da sobressalência no processo de emancipação, as elites cafeeiras partiam da negociação de acordos de manutenção das relações senhoriais e da **depreciação** da figura do negro e sua livre circulação.

Ao mesmo tempo, esse argumento nos confirma como as revoltas e movimentações dos escravizados tinham repercussão entre os fazendeiros e, principalmente, o Estado, que se alinha aos desejos da elite agrária e traça um gradual caminho a partir das leis emancipacionistas. Ainda assim, segundo Maciel (1987, p. 138) e em concordância com demais historiadores, a cidade de Campinas detém uma série de registros de práticas escravistas entre 1888 e

<sup>4</sup> Listas Nominativas de Campinas (AEL — Unicamp) *apud* Teixeira (2011, p. 42)

1923, conferindo-a com o título de última cidade a abolir a escravidão. Sobre essa expressão, reproduzida até os dias atuais, Martins (2016, p. 209) corrige: a abolição chega em Campinas em 13 de maio de 1888, com a homologação da Lei Áurea, assim como nas demais províncias, mas os contrários à abolição deram continuidade a tais estruturas de poder, negociações e vínculos análogos à escravidão.



Mais adiante, a transição das relações de produção da economia cafeeira de sua fase escravista para capitalista confere à Campinas um aumento significativo de imigrantes na gradual substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre, dentre outros fatores e suas implicações econômicas, sociais, políticas e culturais. Essa reposição estava alicerçada fundamentalmente num **projeto** de branqueamento da população brasileira, e as primeiras experiências com mão-de-obra livre convergia pouco a pouco com a conquista da liberdade pelos escravos e adeptos à causa abolicionista. Uma vez que o modelo de ocupação territorial brasileiro tem suas raízes na economia latifundiária e na propriedade da terra enquanto critério de ascensão de grupos sociais, a negação do acesso à terra aos negros toma sua maior expressão a partir da Lei de Terras, de 1850, que atribui a compra como única forma de garantia de terras. De acordo com Martins (2016, p. 24), a tomada de novas configurações nas políticas de distribuição e oferecimento de terra impedem financeiramente os negros recém-libertos e imigrantes pobres de terem acesso à terra, obrigando-os a permanecerem como mão de obra barata nas fazendas, ou se alocarem no meio urbano em cortiços e demais moradias periféricas sem auxílios dos governantes.



Ao passo que a abolição escravista não se precedeu de políticas de reparação ou inserção social do contingente liberto, vê-se que a urbanização e a marginalização do negro se configuravam como processos correlacionados, mantendo a raça e o racismo científico como critérios de estruturação do espaço, das relações sociais e econômicas que perduram até a atualidade.

Acompanhando o proveito da acumulação cafeeira, na segunda metade do século XIX, Campinas amplia e reestrutura a ocupação do solo urbano, sob a égide de uma série de melhoramentos e modernizações de seus equipamentos e serviços, interrompidas pelo hiato causado pelas epidemias de febre amarela de 1889 a 1897. A conexão estabelecida com o interior paulista pela Companhia Mogiana a partir de 1875 também gerava condições para a elevação da cidade à função de polo regional, dada a integração dos três ramais ferroviários existentes. Acerca do processo de modernização da cidade e a discriminação acentuada das desigualdades nos níveis de renda e social, Martins (2016, p. 36) destaca algumas premissas do passado que permanecem na antiga Vila de São Carlos: o poder e controle dos ex-senhores sob formas de representações políticas, partidárias e religiosas e; os Códigos de Postura, que ao longo de suas versões permanece influente ao apagamento da presença da matriz africana e da contribuição negra na memória da cidade, como veremos adiante. Sobre isso, também concordamos com Lapa (2008, p. 27):

*O poder investe nesse processo de normatização da vida urbana, procurando introduzir padrões e comportamentos que implicam numa racionalidade individual e coletiva. Não se pode viver impunemente na cidade. O uso das horas de trabalho, lazer e ociosidade dos seus moradores – escravos e livres – é melhor e mais disciplinado*

*tendo em vista explicitamente a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento de todos, só que com um detalhe: que esse processo assegure e legitime a posse e propriedade dos primeiros [os escravos] pelos segundos [livres]. (LAPA, 2008, p. 27)*

Dessa forma, Campinas se insere no cenário dos municípios brasileiros desenvolvidos sob os efeitos da economia, da ferrovia e a consequente urbanização. Incluídos nos eixos de forças dos processos de ocupação da cidade, nos interessa aqui a **atuação** e apropriação do grande contingente de afrodescendentes que, às custas das relações de poder e suas estratégias de apagamentos, mantiveram seus laços e redes de parentescos no pós-abolição. Ainda sob o contexto brevemente introduzido, a cidade é reconhecida pelos movimentos e organizações negras atuantes enquanto exceção no campo étnico-racial do pós-abolição e presentes em uma rede de resistência e atuação até os dias atuais. Como exemplo, o trabalho de Maciel (1987) destaca-se frente às produções historiográficas do período por sua abordagem interdisciplinar pioneira nos estudos e interpretações da cidade de Campinas, a partir do mapeamento das práticas e relações sociais afrodescendentes no espaço urbano. O autor também destaca o surgimento de jornais negros como *O Getulino*, que atuam na contramão da construção negativa da figura do negro liberto no imaginário social.

Figura 17

*Mapa da cidade de Campinas (1900).* Grifos da autora (2023)

Em: Acervo do Centro  
de Memória da Unicamp  
(2023)

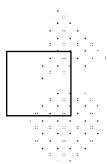


isso, Lapa (2008, p. 124) também verifica em Campinas a existência de múltiplas cidades em um convívio forçado, sob os marcos do urbanismo moderno e da emergência capitalista de desenvolvimento urbano que confronta com a outra cidade. Nesse ato, participam aqueles que detém o poder público e atuam sob condutas de postura, vigilância e autoridade diante dos pobres e negros recém libertos. De antemão, concluímos aqui que os enfrentamentos da comunidade negra na luta por sua liberdade e no comando de sua trajetória, perduraram na sociedade pós-emancipação: ora antes, contra as conjunturas do sistema e as relações de poder e controle; ora depois, com a tentativa de manutenção dessas relações no que diz respeito à conquista por terra, trabalho, moradia e demais direitos do liberto.

Ainda assim, as várias formas de resistência e protagonismo que aqui são estudadas nos mostram como esses sujeitos não abriram mão de conduzirem suas trajetórias diante dessas circunstâncias. Veremos a seguir que as transformações urbanas em Campinas mostravam-se mais visíveis nesta cidade urbanizada aos moldes eurocêntricos, sobrepondo-se materialmente à cidade delineada pelos povos afrodiáspóricos nos bairros centrais. Trabalhos como os de Maciel (1987), Martins (2002; 2009a; 2009b) e Martins (2016) têm presente colaboração no delineamento dos espaços constituídos pela própria população negra em cantos e brechas da região central. Tratavam-se, em sua maioria, de **pontos estratégicos** com proximidade a igrejas e largos centrais, concentrando lavadeiras, quitandas, mercados, comércios de ruas e irmandades. O sentimento de pertencimento, de identidade e de valor se faziam presentes ao passo que esses indivíduos conquistavam estes territórios: nos bairros negros, nos espaços de lazer e de encontro, nas praças públicas e ruas da cidade e, sobretudo, nos espaços de **morar**.

Tais perspectivas nos aproximam ainda mais da inquietação por investigações acerca da sobreposição de camadas — algumas esquecidas e outras em confluência ao que hoje materializa-se no território campineiro — e testemunhas de tempos diversos e de atuações de seleção e preservação de significâncias e de narrativas a serem mantidas e recontadas. Questiona-se, assim:

em que medida essas *outras* cidades que emergiram no pós-abolição se apresentam, em sua **presença** ou **ausência** na contemporaneidade?



No reconhecimento e mapeamento dos principais espaços de **atuação negra** em Campinas no pós-abolição até a contemporaneidade, se faz relevante compreender os feitos ocorridos no século XIX enquanto momento de sua consolidação e expansão. De acordo com Ghirello (2018), Campinas presencia dois momentos de grandes intervenções políticas e urbanas nesse período: o primeiro, associado à sequência de epidemias de febre amarela, resultando em um conjunto de investimentos públicos relacionados à salubridade e; o segundo, relacionado aos ensaios da industrialização e modernização na cidade, culminando na aprovação do Plano de Melhoramentos Urbanos com atuação principal no centro da cidade. Para além da infraestrutura urbana financiada pelos lucros da economia açucareira e cafeeira, em termos de comércio, transportes, comunicação, lazer e cultura, a mobilização dos recursos conjugados ao poder municipal vê-se voltada a atender ao crescente contingente populacional da cidade seguindo preceitos da modernização.

Segundo Lapa (2008, p. 53-104), Campinas têm seu crescimento urbano inerente à sua estrutura, desenvolvendo-se originalmente à volta dos **três principais** largos em 1790 — Matriz Velha, Rosário e Matriz Nova. O perímetro **central** do município recebeu os principais edifícios que compõem a paisagem urbana até os dias atuais em sua arquitetura eclética, como a Casa da Câmara, a Cadeira e a primeira Igreja matriz, acompanhados de praças e espaços de passeio público. Nesse perímetro histórico esboçam-se os primeiros bairros — Guanabara, Botafogo, Bosque dos Jequitibás, Taquaral, Ponte Preta, Bonfim e Fundão (atual Vila Marieta) —, dentre os quais os três últimos são reconhecidos como **bairros com expressivo número de famílias afrodescendentes**. Esses bairros, ao abrigarem suas práticas culturais e possibilitem a manutenção de suas tradições, emergem como

*lócus* de **resistência** da cultura negra e de pertença desses indivíduos. Também se insere nessa análise o **Cambuí**, bairro que em sua formação histórica contava com grande contingente de negros que, às custas da consagrada expansão urbana, é eleito pela classe de barões e burguesia para concentração de sua moradia, e desde então carrega expressiva concentração de renda e de população branca na cidade.

Como resultado, Campinas assiste à multiplicação dos **cortiços** na região central enquanto alternativa àquelas que não tinham condições financeiras para investir em moradias individuais. Os becos do Rodovalho e do Inferno e às Ruas Sete de Setembro, do Góis e da Boa Morte ganham destaque pela concentração de famílias negras em cortiços (MARTINS, 2002), popularizados negativamente nos meios de comunicação locais enquanto focos da insalubridade da cidade — por sua vez, mais relacionada às demais ações institucionais e à falta de políticas de controle do despejo de dejetos em rios e praças alagadiças. Antes com os Códigos de Posturas enquanto meios disciplinadores da dinâmica urbana e, depois, a partir das ações de saneamento, a atuação do poder público na fiscalização

**Figura 18**

*Cortiço demolido para o alargamento da Avenida Doutor Moraes Salles (entre 1957-1962).*

Em: Acervo do Centro de Memória da Unicamp (2023)



lizar em pequenas festas nos terreiros das fazendas; a princípio eram levadas a cabo somente nos dias santificados, mas com o correr do tempo, aquelas passaram a ser realizadas nas tardes dos sábados e domingos, o que muito agradava aos fazendeiros. E não tardou que, mediante as ordens dos senhores de engenhos e das próprias autoridades, essas festas se transformassem em congadas e batuques, as quais passaram a servir de divertimento do povo daquela época, 1837, sendo palco desses festejos populares o Largo da Matriz Nova (Praça José Bonifácio), Largo da Matriz Velha (Praça Bento Quirino), (Largo do Rosário (Praça Visconde de Indaiatuba), Largo de S. Benedito (Praça D. Pedro II), Largo da Santa Cruz (Praça 15 de Novembro) e em outros vários pontos da pequenina Campinas de outrora. Essas festas geralmente terminavam em pancadaria. Certa feita

grafia desses espaços a sua concentração no consequente território de intervenção, que serão melhor aprofundados no capítulo seguinte.

da construção e habitabilidade dos cortiços com intimações de reformas e demolições se estruturaram como estratégias de expulsão das famílias negras das regiões centrais para as franjas e brechas da cidade.

Em termos de convivência social, lazer e cultura, a movimentação e ocupação dos espaços da cidade seguem também a estratificação social de classes que avançava. Para o presente trabalho, nos interessa resgatar as narrativas das atuações dos afrodescendentes às custas desse sistema. Diferentemente das demais classes associadas ao poder público, por dificilmente disporem de amplas sedes e dependências para a realização de seus sambas, batuques e bailes, esses eventos eram constantemente realizados sob a vigilância e perseguição local nas ruas, em frente às casas e cortiços, ou nos quintais e terreiros. Tendo como referência os trabalhos de Maciel (1987), Lapa (2008), Martins (2016) e Ghirello (2018), observou-se a partir da cartografia desses espaços a sua concentração no consequente território de intervenção, que serão melhor aprofundados no capítulo seguinte.

A prática do **samba** aos poucos ganha a característica do samba campineiro enquanto manobra de levar a dança das áreas rurais, longe dos olhares do poder local, para os espaços urbanos. Segundo Simson e Souza (2013), a *umbigada* aqui é substituída por uma reverência ao bumbo, dando origem ao *samba de bumbo* enquanto marca identitária do samba campineiro. Além deste, batuques de outras naturezas como o **jongo** do Sudeste eram tocados em Campinas, sendo reconhecidos como patrimônio imaterial. Arraigados na articulação estratégica dos escravizados contra o sistema escravista e as relações de poder, essas manifestações culturais e simbólicas iniciam-se a partir do arcabouço cultural trazido na diáspora africana e em sua prática no trabalho rural nas fazendas e, pouco a pouco, nos terreiros urbanos, quintais e espaços públicos à suas maneiras. Associadas a essas sociabilidades também estão as **irmãndades negras religiosas**, das quais destacam-se a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Campinas e a Irmandade São Benedito, que abrigaram em suas escadarias batuques e congadas.

A importância desses eventos consolida-se não somente como momento de congaçamento e ruptura com o cotidiano como também, e principalmente, por permitirem ao negro uma posição de **protagonismo** e de comando de espaços que não lhe são habitualmente familiares por conta de proibições e mecanismos discriminatórios raciais, comumente, disfarçados. Esses territórios, por possibilitarem as ressignificações e recriações de práticas e culturas afro-brasileiras, são importantes instrumentos de reflexão das relações e ordens raciais, uma vez que, assim como os cortiços enquanto unidades de habitação coletiva de maioria afrodescendente, os locais amplamente frequentados por esses indivíduos também são alvos de intervenção, remanejamento e controle local com a gradual valorização do centro.

**Figura 19** (à esquerda)  
Recorte de manchete de jornal de Campinas sobre batuques nos largos centrais (s/d).

Em: Acervo do Centro de Memória da Unicamp (2023)

Figura 20 (à direita)

*Recorte de manchete de jornal de Campinas sobre a mudança oficial do nome da Rua São José para Rua 13 de Maio (s/d).*

Em: Acervo do Centro de Memória da Unicamp (2023)

<sup>5</sup> Sobre o embranquecimento das personagens citadas, indica-se a leitura do excerto “O racismo nosso de cada dia, e o apagamento dos resquícios da Igreja do Rosário na cidade de Campinas”, por Christian Ribeiro (2023). Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-racismo-nosso-de-cada-dia-e-o-apagamento-dos-resquícios-da-igreja-do-rosário-na-cidade-de-campinas/>>

Sobre esse processo, nos atentemos a alguns exemplos. De acordo com Martins (2002, 2007, 2009a), os largos Carlos Gomes e Jurumbeval e seus arredores concentravam, desde os indícios anteriores à abolição, expressivo contingente de negros, configurando-se espaços de trabalho e sociabilidade desses indivíduos.

Tratavam-se de largos igualmente rodeados por biombo, cortiços e botequins, evidenciando serem territórios de atuação negra, em suas tradições e valores. Ghirello (2018) levanta a hipótese de que tanto a instalação do Desinfetório Central de Campinas no antigo edifício do Mercado Grande, e os projetos de drenagem e remodelação desses largos possivelmente acompanharam a expulsão desses residentes.

*[...] Entre uma e outra tarefa na cidade ou em momentos de descanso, os escravos paravam em algum de seus pontos de encontro, vários deles vizinhos ao Mercadinho. Eram verdadeiros territórios negros sob a forma de botequins, cortiços ou quitandas, conhecidas na Campinas daquele tempo como tanguás. [...] Durante aqueles breves intervalos de liberdade, as vozes tantas vezes contidas, ecoavam estridentes pelo ar, em meio ao ruído de copos, louças, balanças e, quem sabe, cantigas alegres ou tristes da velha África. (MARTINS, 2007, p. 2)*

Importante destacar que as nomenclaturas de ruas e largos originárias e atuais dizem respeito a um processo de rebatização dessas legendas e a tomada de um caráter cívico e patriótico, diretamente relacionado ao prestígio da via abolicionista em sua vitória frente ao grupo conservador. Como exemplo, a mudança do eixo da Rua São José para Rua Treze de Maio, ou então do Largo do Rosário para Praça Visconde de Indaiatuba, trazem discussões

diversas mascaradas por motivações políticas. Também, no momento em que cria-se esse arsenal de figuras de relevância política na cidade, as raras referências à personagens negros<sup>5</sup> são imageticamente embranquecidas em bustos e divulgações e indevidamente reverenciadas, como no caso do musicista negro **Carlos Gomes** e do político negro **Francisco Glicério**, sendo reconhecidos enquanto negros apenas institucionalmente, mas não na narrativa popular e cívica.



A região central passa por uma série de transformações associadas à aprovação do **Plano de Melhoramentos Urbanos** em 1938, desenvolvido pelo engenheiro Prestes Maia em parceria com a Câmara Municipal. Os anos iniciais são marcados por pequenas obras na região central da cidade, tais como a construção dos primeiros edifícios em altura da cidade e os primeiros bairros periféricos construídos com recursos particulares. As atuações do Plano ganham força na década de 1950, verificando a cidade enquanto grande instrumento do setor imobiliário em expansão. De acordo com Martins (2016), ainda que poucas famílias negras tenham arduamente conquistado habitações unifamiliares na

## RUA 13 DE MAIO

Essa data rememora um dos mais relevantes episódios de nossa história. A promulgação pela Princesa Isabel da chamada “Lei Aurea”, de texto curto, porém, de enorme significado social.

Segundo Benedito Otávio, às quinze horas daquele dia, um domingo, quando o presidente da Câmara Municipal recebeu a notícia, por telegrama, da extinção da escravatura, iniciaram-se os festejos em homenagem ao magno acontecimento.

E “para comemorar a glória data da redenção, que encheu de júbilo a população desta cidade e seu Município”, o vereador republicano dr. Salvador Leite de Camargo Penteado, propôs na sessão ordinária de 28 daquele mês e ano a mudança do nome da “rua São José” para rua 13 de Maio que foi aprovada com o voto contrário do edil dr. Ricardo G. Dauni que assim se justificou: “que tal mudança simbolizando a vitória é um partido sobre outro importa grave ofensa aos adherentes da causa vencida, e contando-se entre estes além de outros muitos cidadãos, a máxima parte de indivíduos pertencentes as famílias territoriais, cuja influência social é por necessidade grande e a quem o Município deve em máxima parte o seu estado de prosperidade, e as instituições de que legitimamente se orgulha”, etc..

Essa justificativa foi combatida pelo camarista José de França Camargo, que não concordou com o seu conteúdo.

A primitiva legenda “rua São José”, oficializada em 1848, deveu ao acendrado sentimento religioso do povo.

Por ela correram os primeiros bondes que circularam na cidade, puxados por muares, substituídos pelos elétricos que trafegaram de 24 de junho de 1912 até 31 de março de 1968, tendo a população deles se despedido com grandes festejos e enorme número de pessoas neles viajando pela última vez. Foram, em seguida, trocados pelos ônibus, definitivamente, após esta última data.

Hoje a rua 13 de Maio está transformada em elegante Convívio, com variado e sempre crescente número de casas comerciais, porém, conservando aquela sua tradição no ramo de calçados.



**Figuras 21 à 40** (esquerda para direita)  
Alargamentos e obras (1957-1962).

Em: Acervo do Centro de Memória da Unicamp

**21** Alargamento da Avenida Senador Saraiva

**22** Abertura da estrada do Aeroporto Viracopos

**23/38** Rua Moraes Salles

**24** Construção do Viaduto Cury na região central

**25** Demolição de cortiços  
**26/27** Processo de demolição da Igreja Nossa Sra. do Rosário

**28** Monumento-túmulo à Carlos Gomes

**29** Rua Conceição

**30/40** Catedral Metropolitana de Campinas

**31/39** Avenida Francisco Glicério

**32/36** Alargamento da Rua Irmã Serafina

**33/37** Vista parcial da região central

**34** Jockey Clube Campineiro, Pça. Bento Quirino

**35** Largo das Andorinhas

região central, menos ainda foram as que mantiveram-se na região, dadas as ofertas gerenciadas pela especulação imobiliária. Na contramão desse processo, referenciamos resistências como a Casa da Dinda, a ser tratada adiante.

Ao nosso ver, esses feitos ilustram as dinâmicas de estruturação da cidade a partir da questão racial, e mostram como a urbanização em curso não era ofertada para o usufruto dessas famílias. Não somente, as dificuldades encontradas no acesso e fruição de direitos básicos, nas condições de trabalho e na frequentaçāo de espaços de lazer promovidos pela sociedade civil são alguns dos enfrentamentos encontrados na permanência nessas áreas. Em concordância, a continuidade da concentração das **famílias negras** em bairros periféricos da cidade, ou sua resistência na região central em bairros tradicionalmente por eles ocupados, comprovando como as dinâmicas urbanas encontradas no pós-abolição se mantêm até hoje.

A partir dos anos 50 o crescimento urbano em Campinas tem predominância na abertura de novos loteamentos e na expansão em direção à periferia. Como consequência, Martins (2016, p. 29) pontua a existência de uma mancha urbana desconexa e permeada por **vazios urbanos**, prejudicando a articulação viária dessas áreas, como representado no mapa. Desde a implementação dos planos urbanísticos em Campinas, o remanejamento das camadas mais pobres toma destinos na **periferia** dos núcleos urbanos, como os bairros Vila Castelo Branco e São Bernardo formados em meados de 1960, dada a existência de terrenos de baixo custo e, em decorrência disso, a presença de grandes adensamentos populacionais de baixa renda. A partir do Plano Diretor Municipal de 1996, evidencia-se a continuidade do caráter da região central enquanto área de maior adensamento e, consequentemente, maior disponibilidade de infraestrutura urbana

e de programas específicos de revitalização buscando a preservação do patrimônio histórico-cultural que contará a história da cidade por sua paisagem construída.

À medida que a Região Metropolitana de Campinas<sup>6</sup> avança para novas localidades, as formas de vivência e atuações dos movimentos negros campineiros gerem características inerentes a esses processos — a confluência entre os movimentos negros remanescentes das lutas político-raciais que ganharam força nos séculos anteriores, e a ebullição da juventude negra campineira que orientou-se das bases e referências de atuação ali já existentes e foram construindo seus territórios em conjunto à expansão periférica da cidade. Como resultado, evidencia-se a distribuição das instituições negras no município nessas áreas de concentração negra de baixa renda, resultantes do processo urbanístico em voga. Em contrapartida, os equipamentos culturais reconhecidos institucionalmente aglomeram-se na região central, onde **atuações negras** promovidas por essas instituições ganham espaço e protagonizam eventualidades e retomadas das camadas de apropriação negra.

Ainda no sentido de palmilhar a cidade resgatando camadas de memórias afrodispóricas frente às disputas da população negra na região central de Campinas, dois projetos<sup>7</sup> idealizados e promovidos pela Casa de Cultura Fazenda Roseira, importante instituição negra atuante na cidade, são de relevância no processo investigativo deste trabalho. Trata-se, o primeiro, do **Projeto Ruas de Histórias Negras**, que em 43 placas de biografias de personalidades negras espalhadas pela cidade, busca evidenciar a presença da matriz africana na cidade e instigar a reterritorialização desses espaços. O segundo, o **Roteiro Afro Campineiro**, interconectando pontos de presenças negras ao longo da história da cidade. A seguir, o cruzamento das cartografias que ilustram nossas leituras.

## Mapas 1 a 7

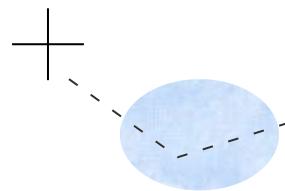
Mapas desenvolvidos pela autora (2023) a partir de:

Base cartográfica em:  
Prefeitura Municipal de Campinas (2023)

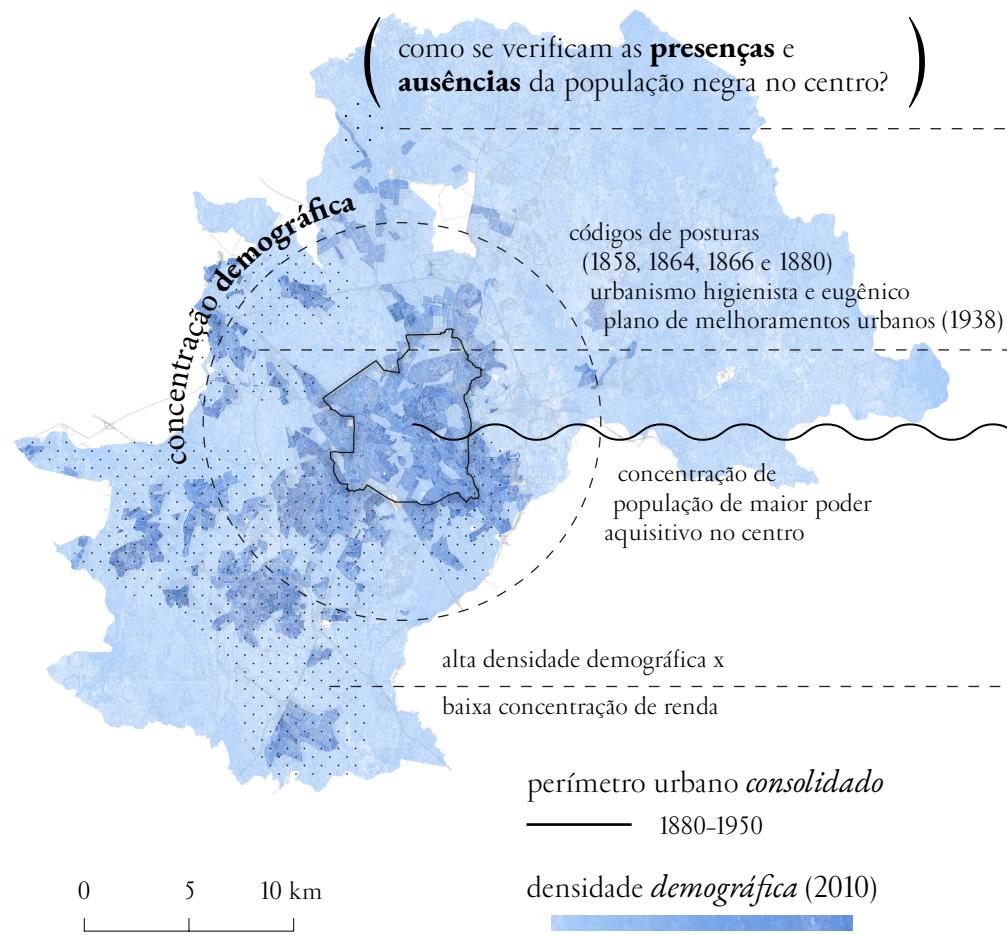
<sup>9</sup> Dados do Censo 2010 disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

<sup>10</sup> Prefeitura Municipal de Campinas (2023)

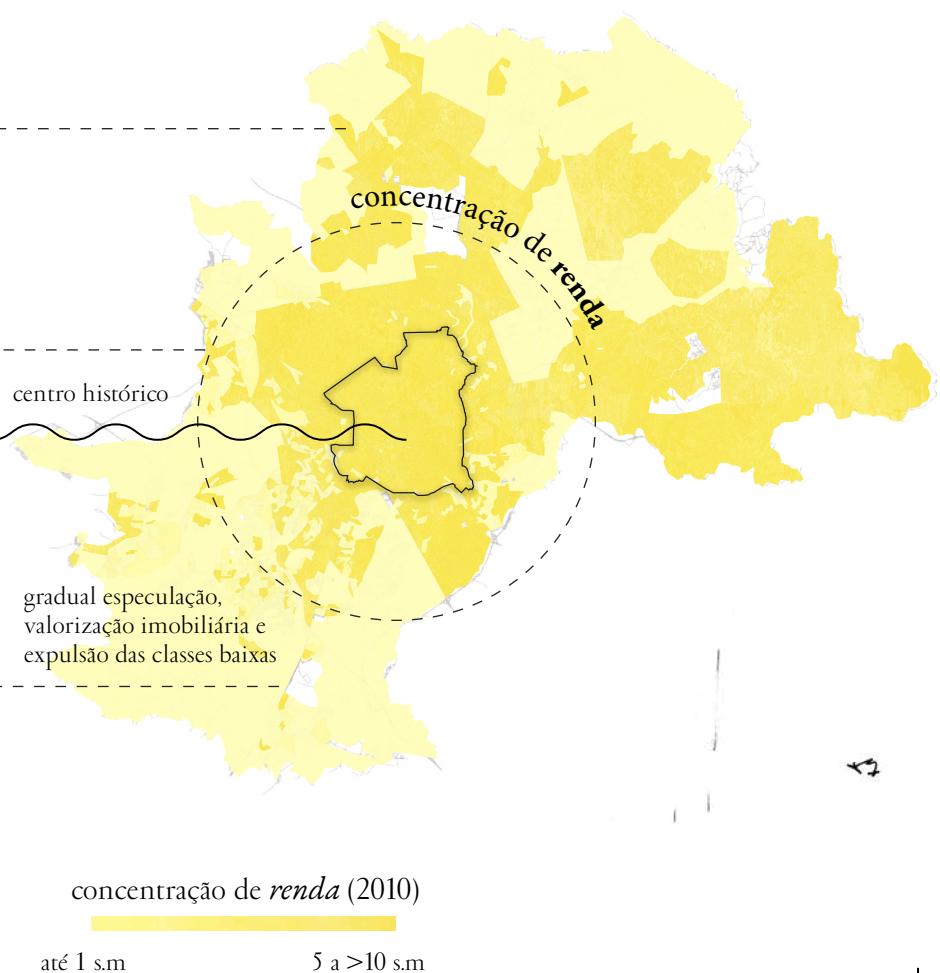
<sup>11</sup> MARTINS, 2016

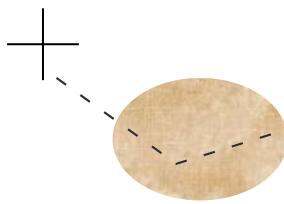


**MAPA 1**  
densidade *demográfica*  
*perímetro urbano consolidado*

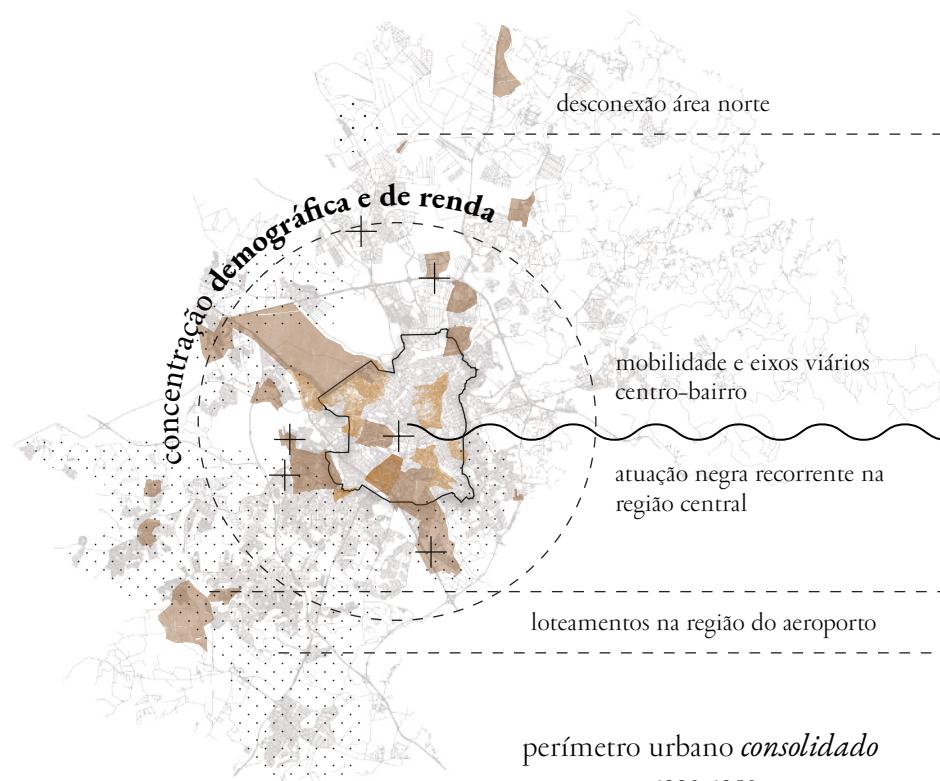


**MAPA 2**  
concentração de *renda*  
*perímetro urbano consolidado*





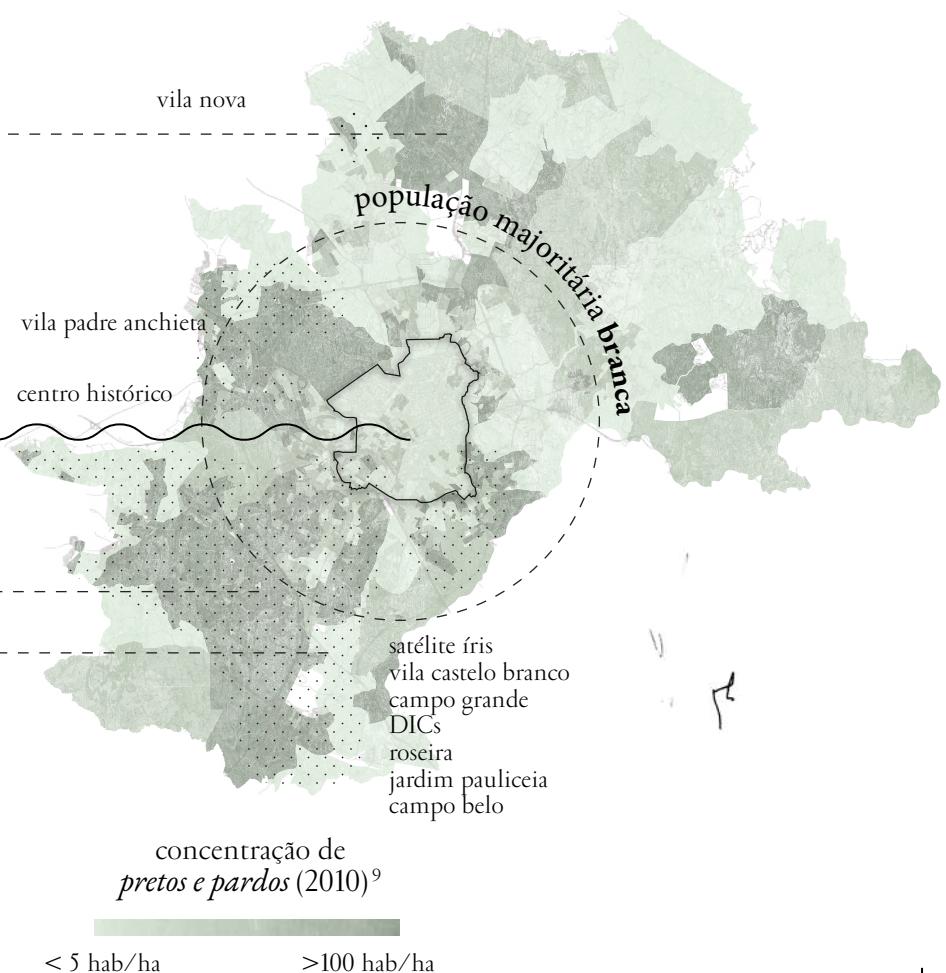
**MAPA 3**  
bairros negros  
perímetro urbano consolidado

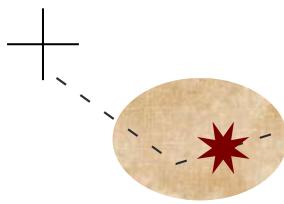


0 5 10 km



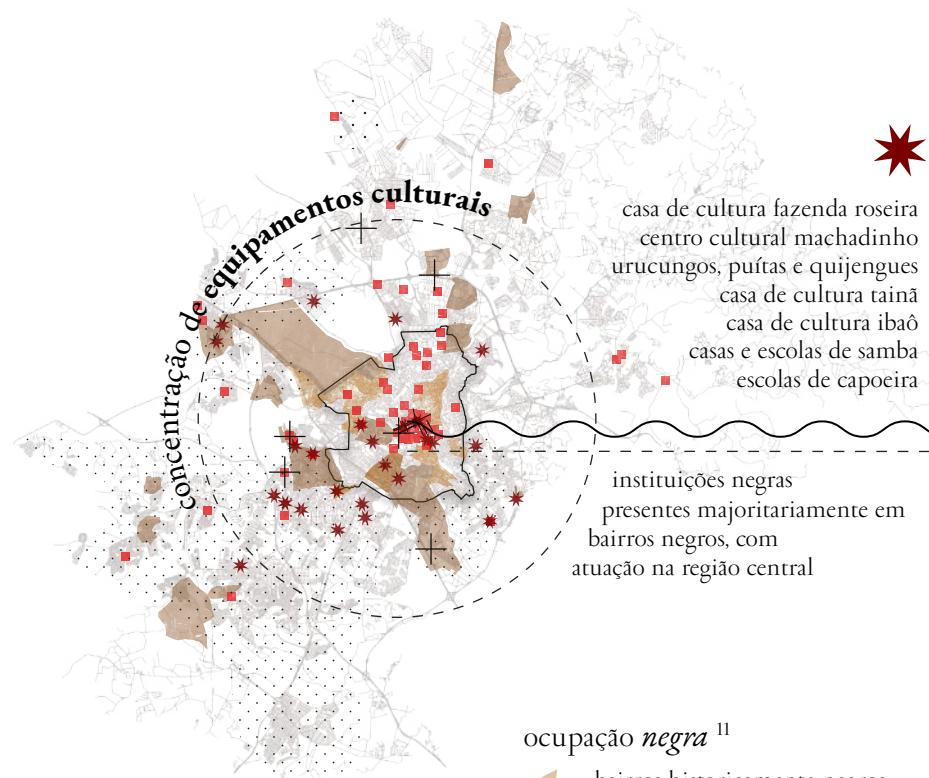
**MAPA 4**  
mapa racial  
perímetro urbano consolidado





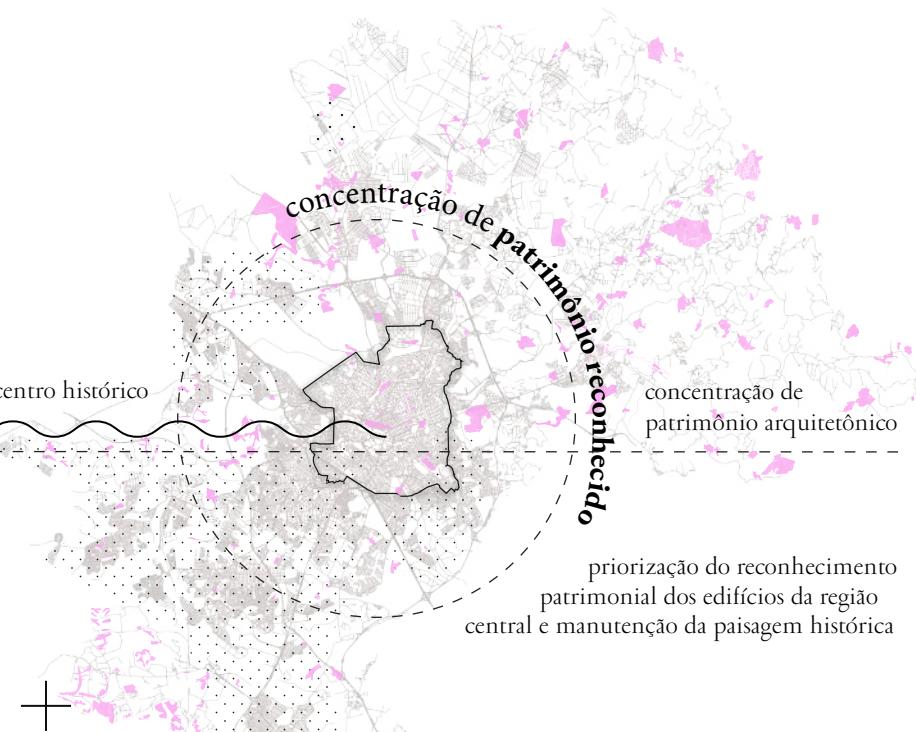
## MAPA 5

equipamentos *culturais*  
instituições *negras*  
perímetro urbano consolidado



## MAPA 6

patrimônio reconhecido  
perímetro urbano consolidado



## recorte pela memória

Os estudos estabelecidos até o momento, ancorados sobre a relação entre raça e as remodelações espaciais e intervenções urbanísticas realizadas por instâncias políticas e sociais, subsidiam **questionamentos** no que diz respeito à perspectiva ideológica potencializada pela modernidade. Em Campinas, deparamo-nos com um conjunto de estratégias e ferramentas de segregação espacial rumadas pelo racismo estrutural e científico, onde a sobreposição de camadas temporais e materiais deixam testemunhos e **rastros** que evidenciam a ausência às custas do apagamento. No centro histórico de Campinas, esse aspecto não evidencia-se à olho nu ao transeunte que cotidianamente habita esses pontos: trata-se de manifestações afrodispóricas que se reterritorializam a partir da atuação dos movimentos negros locais e por seus agentes, onde a ancestralidade, a oralidade e a convivibilidade resgatam e preservam essas memórias.

Nesse sentido, a região central aqui emerge enquanto **território de interesse** para atuação, na oportunidade de salvaguarda, referência e reivindicação dessas camadas a partir da materialização e da intervenção. Como verificado em Krämer (2007), o rastro testemunha a ausência do que o formou, a interrupção da ordem hegemônica que sobrepuja e coexistiu com essa camada, enunciando deduções e questionamentos para além da mera apreensão da paisagem construída. Trata-se, nesse sentido, de compreender o que foi preservado, o que exigiu esforço para ser preservado e o que foi sobreposto ao longo da história da cidade, e em que medida algumas narrativas são evidenciadas às custas de outras. Para compreender os **lugares** a serem assinalados nesse contexto, suas relações com as heranças e atuações negras da cidade, e qual o posicionamento das estruturas de poder e da sociedade civil com relação a esses espaços, aproximarmo-nos desse território.

Figura 41

Recortes autorais do Mapa de Campinas (1900).

Em: Acervo do Centro de Memória da Unicamp (2023)

A existência de formas de ocupação do espaço semipúblicas, bem como as profissões e atuações exercidas permitiam o estabelecimento de contatos, de troca de informações e garantia de sobrevivência desses **quilombos urbanos**, que iam na contramão da legislação urbanística que estava sendo criada em Campinas e tinha como alvo o controle desses agentes. Partindo dos direcionamentos elencados pelos estudos de Maciel (1987), Lapa (2008), Martins (2016), Martins (2007) e Ghirello (2018), bem como a atuação da Casa de Cultura Fazenda Roseira nos projetos Roteiro Afro e Ruas de Histórias Negras, o recorte aqui trabalhado compreende uma gama de territórios e atuações negras, em cortiços, espaços de irmandades e botequins de encontro do samba e do batuque, que gradualmente foram desmantelados para conferir à cidade a imagética metropolitana.

Como anteriormente verificado, o centro histórico de Campinas é resultado espacial de um conjunto de tramas urbanas vinculadas aos principais **períodos** de desenvolvimento econômico identificados na cidade. Das primeiras expansões da freguesia em fins de 1790 estruturadas a partir do marco zero da cidade, o loteamento do entorno e o surgimento dos cortiços de concentração de indivíduos negros e de baixa renda, os largos e praças públicas associados às principais edificações tornam-se espaços de **disputas**: por um lado, aqueles que são beneficiados diretamente por esse processo ao deterem os meios de produção e, consequentemente, o poder econômico e político; por outro, amplos contingentes da população impedidos de usufruir de seus direitos e conquistas. Sobre estes, nos debruçaremos a seguir.

Da região do marco zero da cidade, nos interessa aqui os feitos realizados por volta de 1872, na inauguração do primeiro Mercado das Hortaliças no Largo



Bairro da Ponte Preta

Bairro do Taquaral

Bairro do Guanabara

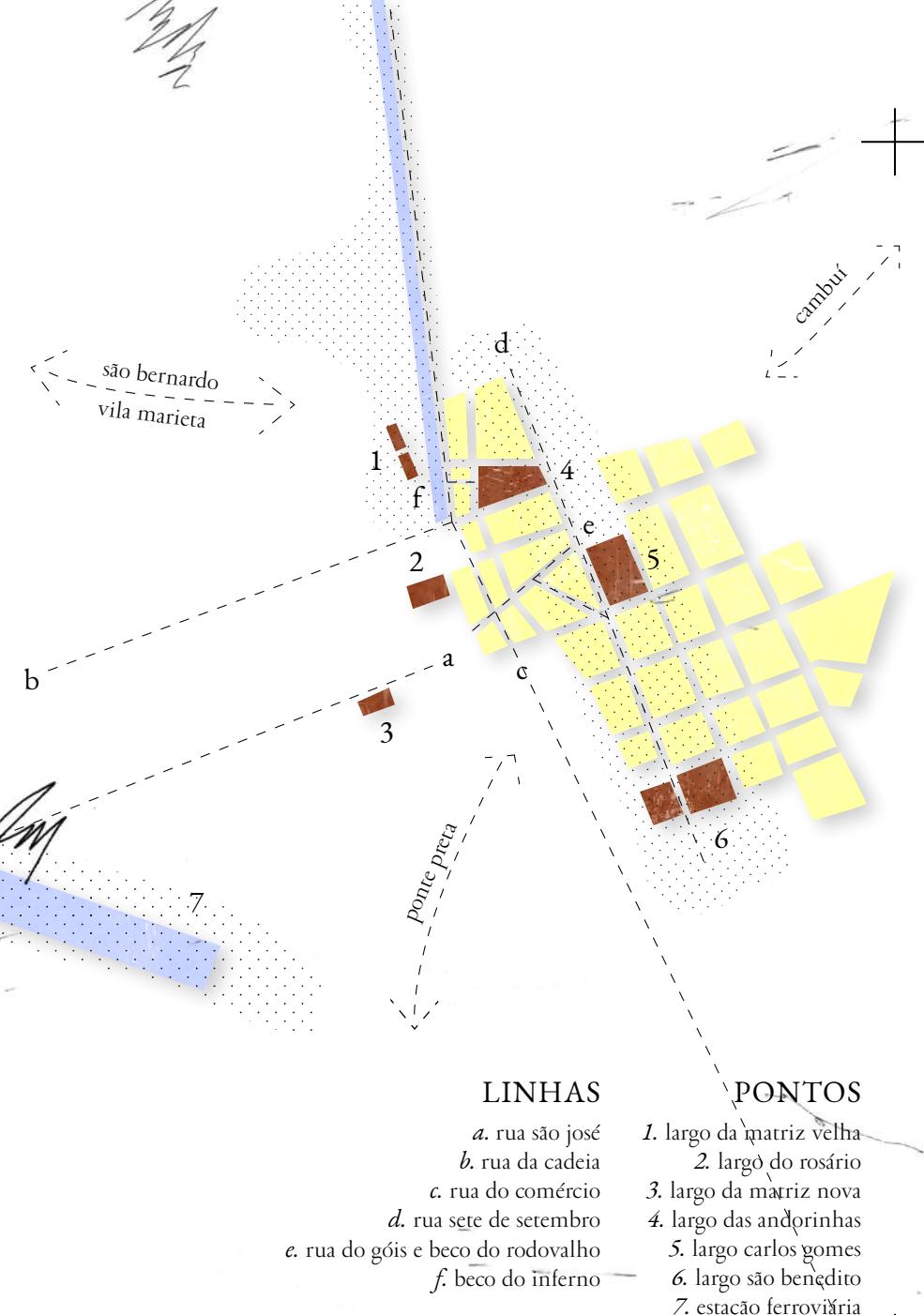
Bairro do Bora Fim

Rua Fratric Glycerio

do Pelourinho — cuja a nomenclatura anterior fazia menção ao tronco para castigo de escravizados localizado a 200 metros do local —, construído enquanto estratégia de controle e **expulsão** dos comerciantes ambulantes. Por sua proximidade com a cadeia e diversos botequins, cortiços e quitandas frequentados pela população pobre e majoritariamente negra, as autoridades e classes mais conservadoras mobilizaram-se em razão de sua demolição, em 1886. o antigo Largo do Pelourinho foi nomeado Largo das Andorinhas, enquanto a nomenclatura anterior fazia menção ao tronco para castigo de escravizados também localizado a 200 metros do local.

De acordo com Ghirello (2018, p. 71) e Martins (2009), frente às restrições e hierarquias na comercialização nesses espaços, os *tanguás* surgem em segundo plano enquanto comércio de rua negro e ponto de sociabilidades. A viela que conectava o largo à Rua Dr. Quirino, popularmente conhecida como Beco do Inferno<sup>11</sup>, era vastamente frequentado por grupos de baixa renda que adotaram o espaço como refúgio para divertimentos e festeos.

Outros **largos principais** localizados nesse perímetro também abrigavam, em fins de 1800, festejos populares e outros divertimentos entre as classes ali concentradas, como o Largo Carlos Gomes, o Largo da Matriz Nova (atual Praça José Bonifácio), Largo do Rosário (atual Praça Visconde de Indaiatuba), Largo de São Benedito (atual Praça Silvia Simões Magro) e em outros vários pontos. O racismo explicitado na **intendência e controle** público de áreas já era, em Campinas, uma prática desde as operações dos Códigos de Postura e



<sup>11</sup> O antigo Beco do Inferno, como popularmente conhecido, foi denominado em 1906 pela Câmara Municipal como Travessa São Vicente de Paulo, homenageando serviços da entidade filantrópica.

<sup>12</sup> Conhecido inicialmente como Largo do Lixo e, após as intervenções e remodelação, como Largo do Passeio, a homenagem à Carlos Gomes é institucionalizada em 1880. Carlos Gomes foi musicista negro campineiro, primeiro artista da música clássica brasileiro a ter carreira internacional. Nas referências, poucos encontram-se citação sobre suas origens e descendências africanas.

Figura 42 (à direita)

Largo do Rosário com localização da antiga Igreja do Rosário (s/d)

Em: Acervo do Centro de Memória da Unicamp (2023)

empreendimentos urbanísticos. O Largo Carlos Gomes<sup>12</sup>, por localizar-se nos entornos da Rua Irmã Serafina — ponto de concentração de cortiços e de camadas pobres da população — reunia famílias negras que ali residiam e comercializavam seus produtos nos mercados e quitandas. Segundo Martins (2009), aos domingos costumavam reunir-se ali depois de vender o produto de suas roças para batucar e dançar. Dada a prática frequente de despejo de lixo pelos residentes na área alagadiça, as intervenções de saneamento, remodelação e drenagem iniciadas em 1848 acompanharam a gradual **expulsão** dessas famílias, sobretudo com a instalação do Desinfetório Central de Campinas nos arredores. Do redesenho dos canteiros, o plantio das palmeiras imperiais nos limites da praça estabelecia, sob conhecimento das autoridades e dos grupos populares, a **proibição** do passeio e estadia de pretos no interior do jardim da praça. Aos poucos, as intervenções urbanísticas que transformavam o espaço no principal largo de passeio da cidade na época também estabeleceram indícios do bairro **Cambuí** tal como é hoje.

Os demais largos citados carregam em si equivalência no que diz respeito à atuação de negros nas irmandades religiosas campineiras. A Igreja do Rosário, inaugurada em 1817 com a intenção de **reunir** a população negra da cidade — impedida de frequentar a instituição do Largo da Matriz Velha —, abrigou duas vezes a Igreja Matriz durante a construção da Catedral Metropolitana de Campinas. Nesses períodos, ainda que as famílias negras fossem proibidas de permanecer na irmandade, esse fato não os impediu de frequentar o largo fronteiriço e as escadarias, onde promoviam festas pautadas no sincrétismo religioso e manifestações culturais africanas como os batuques e congadas. Inserida nos diversos planos de melhoramentos urbanísticos em finais de 1870, a praça foi se configurando separada da igreja, culminando em

sua demolição em 1956. Ainda que justificadas por razões de precariedade, identificamos a demolição da instituição enquanto uma estratégia de manutenção e controle das ordens de poder locais do público a ser beneficiado pelas reformas urbanas na região, os quais não incluíam a população negra. Em 1887, o logradouro passa a chamar-se Praça Visconde de Indaiatuba, nome que até hoje o conhecimento popular e os emplacamentos locais não assimilaram.

Da região da Igreja e o Largo São Benedito, onde anteriormente estavam o Cemitério dos Cativos e a antiga forca, também destacamos a instituição cultural ONG Casa da Dinda<sup>13</sup>, remanescente da compra, labuta e **resistência** de uma família negra descendente de escravizados e que promoveram ao longo de suas gerações, até os anos

<sup>13</sup> De acordo com Martins (2007), a residência foi ocupada inicialmente por um casal de ex-escravizados chamados Barnabé e Liberata, depois adquirida por uma de suas filhas, Gregória, e em seguida herdada pelo seu único filho Luiz Benedito Pompeu, que casou com Isaura Baltazar Pompeu (a Dinda), sendo seus filhos atuais herdeiros da residência.





da pandemia, atividades culturais e pedagógicas no espaço construído em tijolo baiano e taipa de pilão, que resistiu frente às especulações imobiliárias locais.

Findada a construção da nova Igreja Matriz, iniciada em 1807 e inaugurada oitenta anos depois, a região do homônimo Largo da Matriz Nova<sup>14</sup> insere-se no eixo de expansão da cidade a partir da atual Rua Treze de Maio, que se consolidou enquanto centro **comercial** na década de 1940. Dada sua conexão direta com a Estação Ferroviária, principal ponto de **emprego** de negros e libertos trabalhadores nas estradas de ferro, revela-se a presença negra nesses espaços, bem como relações racistas estabelecidas na concentração desses indivíduos para comércio e divertimentos sob os olhares da vigilância policial. Em 1985, tanto a Estação Ferroviária, a Rua Treze de Maio e a Praça da Catedral Metropolitana abrigavam o cortejo e o festejo da **Lavagem das Escadarias Metropolitanas** em Campinas, tendo no sincretismo uma marca dessa atividade expressiva em território urbano, organizado por candomblecistas e com participação de umbandistas e outros segmentos no território negro campineiro. No ano de 1997, a Lavagem das Escadarias Metropolitanas de Campinas foi inserida no calendário oficial da cidade de

Campinas por meio da Lei 9515, de 02 de dezembro, e no calendário cultural turístico do Estado de São Paulo pela Lei 1163 de 13 de setembro de 2005.



Na proposição de intervenção enquanto **costura urbana** das camadas e testemunhos, evidenciados e descobertos, foi possível indicar uma constelação de lugares que carregam as disputas, discussões e resistências aqui elencadas no campo da experiência histórica das relações entre raça, política e poder nas sociedades colonizadas. Sobretudo, nos interessa aqui debruçar-se sobre a ordem hegemônica estabelecida nesse gradual e interrumpido processo político e urbanístico que tece seus resultados na malha territorial de cidades brasileiras, como em Campinas, e investigar os rastros materiais e imateriais que são, pouco a pouco, repelidos da paisagem urbana.

Desse sistema de pontos e linhas, emergem lugares que declaram relações entre o que já ali existiu e o que eventualmente é redescoberto pelas populações afrodescendentes em suas articulações com suas tradições ancestrais. Ao mesmo tempo, travam contatos diretos com aquilo que foi escolhido pela cidade para ser fisicamente protegido e constituinte da paisagem, às custas de apagamentos institucionais, cívicos e materiais — dos nomes de ruas e largos, edifícios erguidos pelo desejo comum de afrodescendentes, expulsões e remanejamentos da área central para suas franjas. Busca-se, assim, evidenciar a ausência a partir do questionamento, da materialização e da instigação da apreensão do desconhecido, em uma espécie de arqueologia afrodescendente do percurso e suas narrativas.

A partir da história oral e do referencial bibliográfico, foi possível revelar na cidade de Campinas a con-

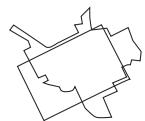
<sup>14</sup> Posteriormente, o Largo da Matriz Nova é renomeado como Praça José Bonifácio, em referência ao líder abolicionista.

#### Figuras 43 à 45

Largo e Igreja do Rosário em suas fases (s/d). Em: Acervo do Centro de Memória da Unicamp (2023)



perímetro urbano  
até 1950

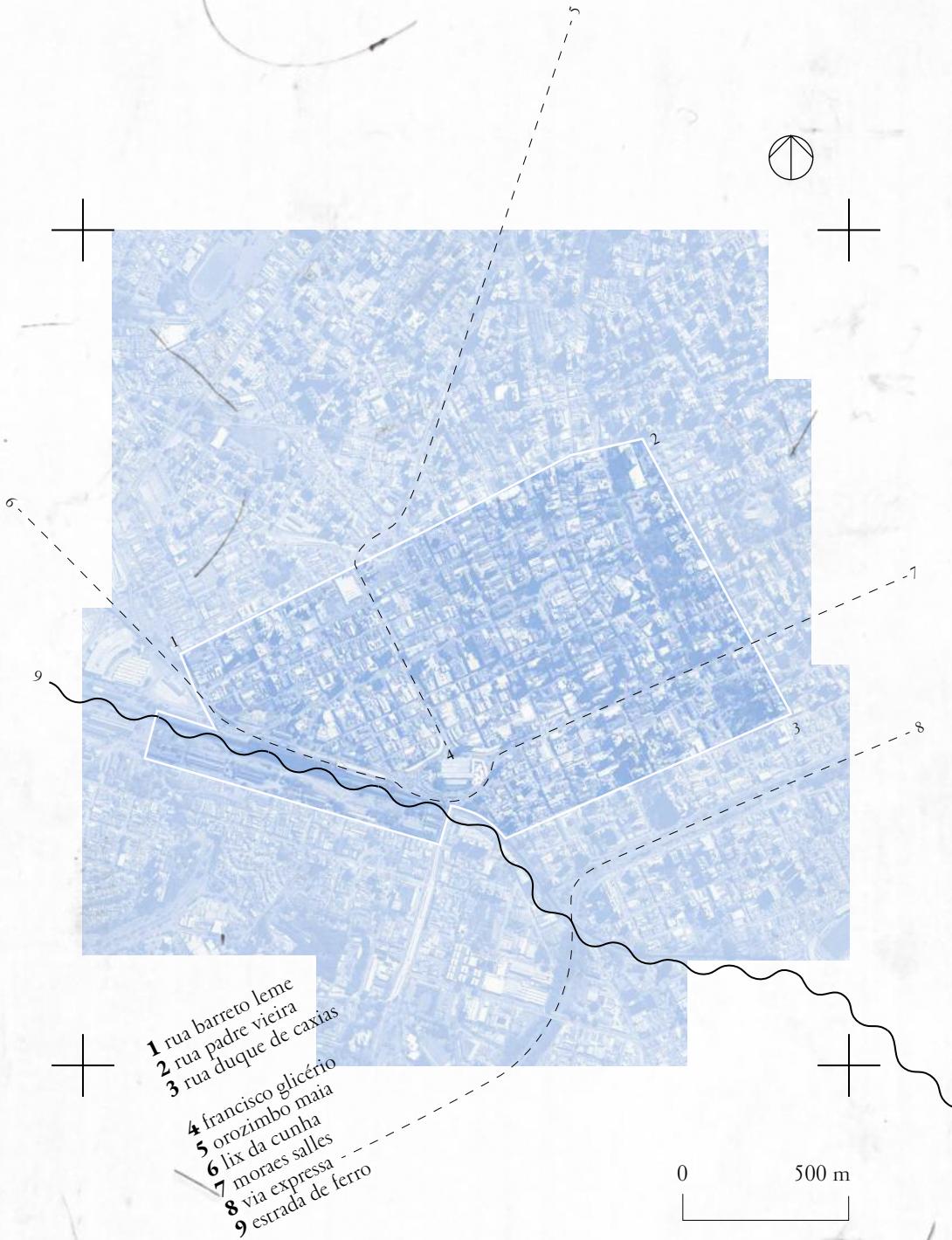


perímetro urbano  
até 1880

**área de intervenção**  
1,3 km<sup>2</sup> de área  
4,82 km de perímetro

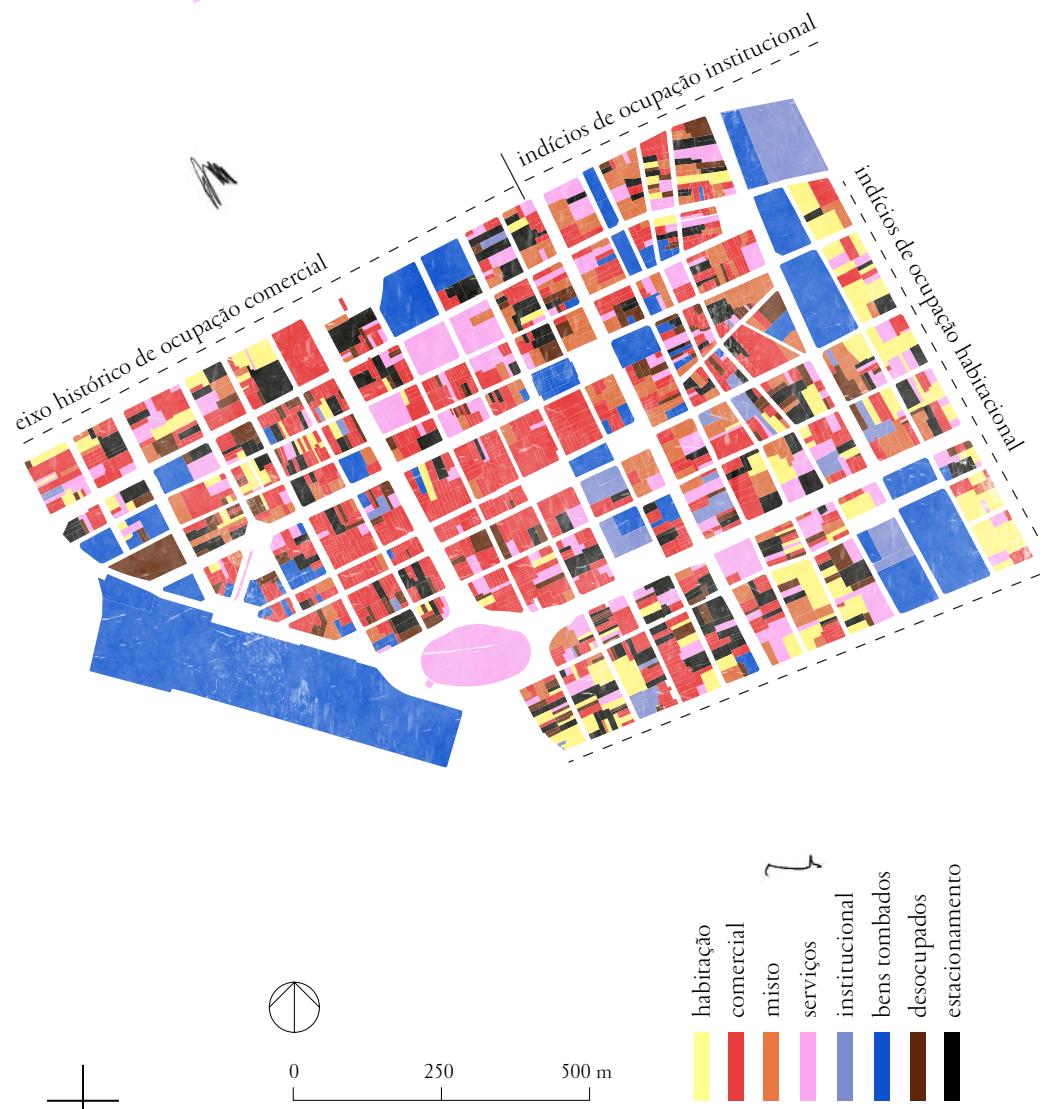
fluência entre os principais largos e edificações presentes no desenvolvimento e expansão da Vila de São Carlos, preservados e vangloriados sob a teatral narrativa cívica campineira, como também os espaços reconhecidos pelas comunidades negras locais enquanto territorialidades negras, também verificados no Roteiro Afro e no Projeto Ruas de Histórias Negras, promovidos institucionalmente pela Casa de Cultura Fazenda Roseira no esforço pela consagração e resgate das vivências e produções afrodispóricas na cidade que outrora conteve maior número de escravizados de São Paulo.

O perímetro de interesse é delineado pelas ruas Barreto Leme (1), Padre Vieira (2), Duque de Caxias (3) e os edifícios da Estação Ferroviária. As principais vias que cortam a área também interconectam os terminais, os limites da cidade e a região metropolitana, como a Avenida Lix da Cunha, Moraes Salles, Francisco Glicério e Orozimbo Maia, e a via expressa. Congregando múltiplas narrativas, a área carrega os resultados espaciais dos processos e disputas na região central, ilustrados nos mapas a seguir desenvolvidos pela autora.



## MAPA 7

---



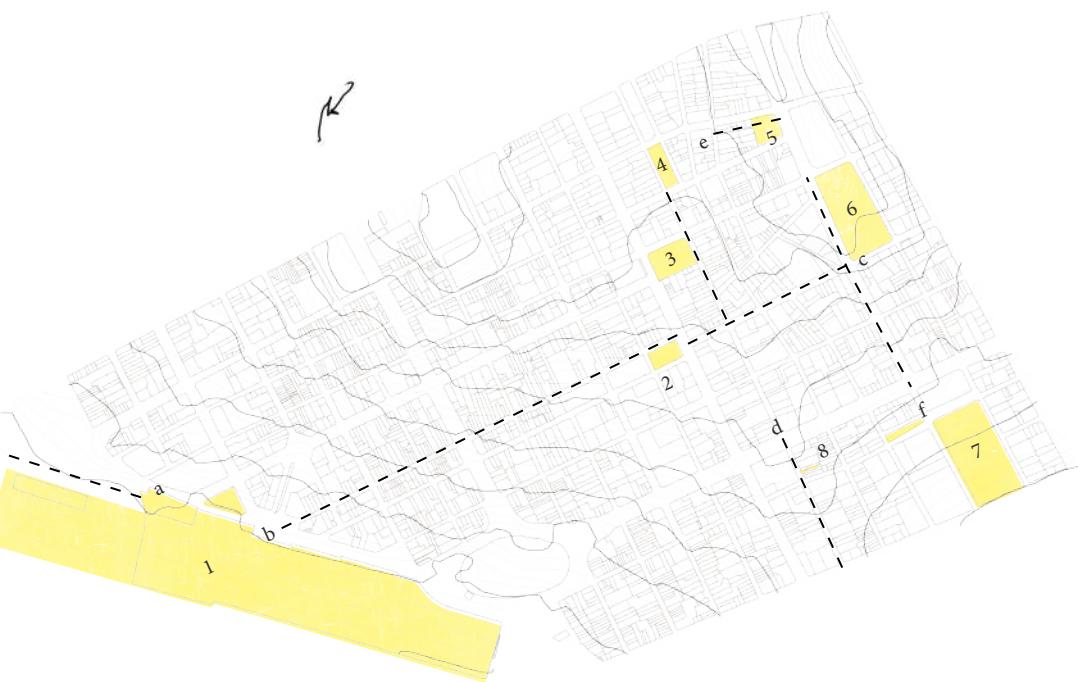
## MAPA 8

mapa de *cheios e vazios*  
densidade ocupacional por lote



## MAPA 9

mapa de *sites* e *ruas* de interesse  
e mapa topográfico



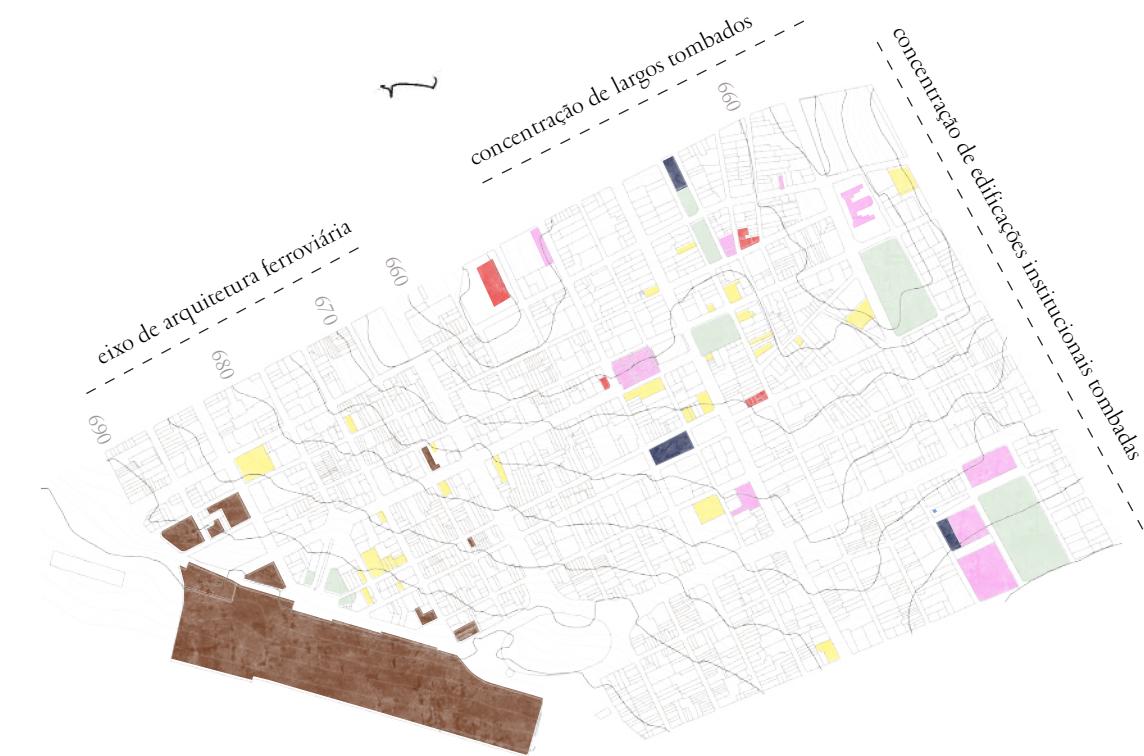
- a acesso terminal-centro
- b rua 13 de maio
- c rua conceição
- d rua barão de jaguara
- e travessa s. vicente de paula
- f rua irmã serafina



0 250 500 m

## MAPA 10

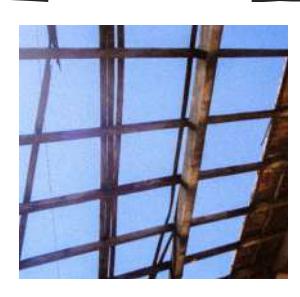
mapa de *patrimônio*  
e mapa topográfico



- 1 estação cultura
- 2 praça josé bonifácio
- 3 largo do rosário
- 4 praça bento quirino
- 5 largo das andorinhas
- 6 largo carlos gomes
- 7 largo são benedito
- 8 casa da dinda



0 250 500 m



**Figuras 46 à 65** (esquerda para direita)

Imagens autorais (2023).

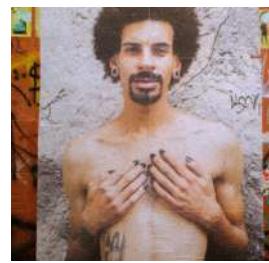
Imagens da Lavagem das Escadarias em: <<https://novo.campinas.sp.gov.br/noticia/36142>>. Acesso em: 07 nov 2023.

**46-52** Aproximação e chegada ao galpão da Estação Ferroviária.

**53-55** Largo José Bonifácio e Catedral Metropolitana de Campinas.

**56-57** Cortejo e Lavagem das Escadarias na Catedral Metropolitana, com destaque à roda.

**58-65** Largo do Rosário e área da localização da antiga Igreja do Rosário.



**Figuras 66 à 85** (esquerda para direita)

Imagens autorais (2023).  
Imagens da ONG Casa da Dinda em: <[https://www.facebook.com/OngCasaDaDinda/photos\\_of](https://www.facebook.com/OngCasaDaDinda/photos_of)>. Acesso em: 07 nov 2023.

**66-75** Beco do Inferno

**76-79** Largo Carlos Gomes

**80-81** Monumento à Mãe Preta nos entornos do Largo São Benedito

**82-85** ONG Casa da Dinda e atividades desenvolvidas

*iii.*

**PROJETO,**  
*narrativa e  
representação*

Estabelece diálogos acerca dos lugares grafados e as estratégias de intervenção. A partir do partido projetual e suas diretrizes, apresenta as narrativas e nível de espacialidade das intervenções sob a linguagem projetual do trabalho.

## PROJETO, *narrativa e representação*

*“Ninguém forma roda sozinho, e nela, com o coração e a face voltados para o centro, encontros se dão. Presencia-se e acontece carnal e espiritualmente o círculo, que é imagem primordial da humanidade e integra o esquema da volta, na estrutura dramática do imaginário. Do xirê ao jogo de pernada, do côco de zambé sergipano à reunião partideira, do jongo madrugueiro à ciranda, a roda é elementar no jogo, na reversibilidade, em muito pelo que traz de aparência. Como todas as imagens circulares, reflete a psique humana, relacionando a geometria da totalidade à estruturação espiritual do ser, à percepção da harmonia e completude cósmica. Circundando e limitando, é entre-lugar. É espaço pleno, sem gota de carência, mas isso é controlado com rigor e devoção pelos mestres.”*

*(ROSA, 2019, p. 84)*

Intervir em **pré-existências** localizadas em um território consolidado reverbera em inúmeras escalas da cidade. Da provocação da discussão ao produzir espaços inéditos em meio ao estreito reticulado central campineiro, saltará aos olhos a coexistência de elementos testemunhos do desenvolvimento da cidade e das condicionantes de sua urbanização. A temática do trabalho parte do entendimento da cidade enquanto sobreposição de **camadas**, aproximando à realidade cotidiana através de uma mirada antropológica e afrodispórica. Nesse sentido, constatam-se **densidades e vazios** no centro histórico de Campinas e investiga-se, a partir da narrativa historicamente consolidada, o que é selecionado para ser mantido, o que exige esforço para ser mantido e **ressignificações** materiais e imateriais sob o construído.

Das manifestações culturais que repercutem na história de Campinas, Martins (2021) nos apresenta o **jongo** enquanto manifestação cultural afrodescendente difundida pelos seus a partir da oralidade e da ancestralidade. Inserida no Brasil pelos africanos da região de Congo-Angola, do tronco linguístico bantu, o jongo antes praticado por escravizados e libertos em roda, continua a integrar o canto, a dança e o toque do tambu nas festividades e territorialidades negras. Reconhecido enquanto patrimônio cultural imaterial pela lei 3.551 de 4 de agosto de 2000, os **pontos**, a **dança** e o **tambu** na roda de jongo dialogam entre si na salvaguarda de suas instuições simbólicas e culturais, e o uso do tempo, do corpo e da materialidade se articulam nessa prática. A dança e a perpetuação do saber imaterial mantêm relação com o sagrado e ancestral, e melhor representa a continuidade desses elementos e heranças africanas, em suas manutenções, ressignificações e apropriações pelas comunidades e movimentos negros ao longo dos anos.

Considerando o jongo, o batuque e as manifestações culturais importantes práticas não apenas nas trajetórias afrodispóricas na cidade, como também enquanto formas de apropriação e tomada dos espaços públicos com seus corpos, a camada da cultura popular afrodispórica insere-se no partido do presente projeto. Os **pontos** da constelação de lugares grafados, assim como os **pontos** da roda do jongo, nos apresentam os **testemunhos** das camadas de memória sobrepostas compreendendo os saberes, práticas e manifestações ali por eles promovidos, em uma contínua comunicação e expressão entre passado, presente e futuro. A **dança** enquanto o desafio do corpo no território aproxima-se da interação **corpo-objeto**, da investigação da cidade sob novos olhares para além do cotidianamente capturado. Por fim, os **tambores**, de onde o som irrompe com a ordem e instaura o incio à prática,

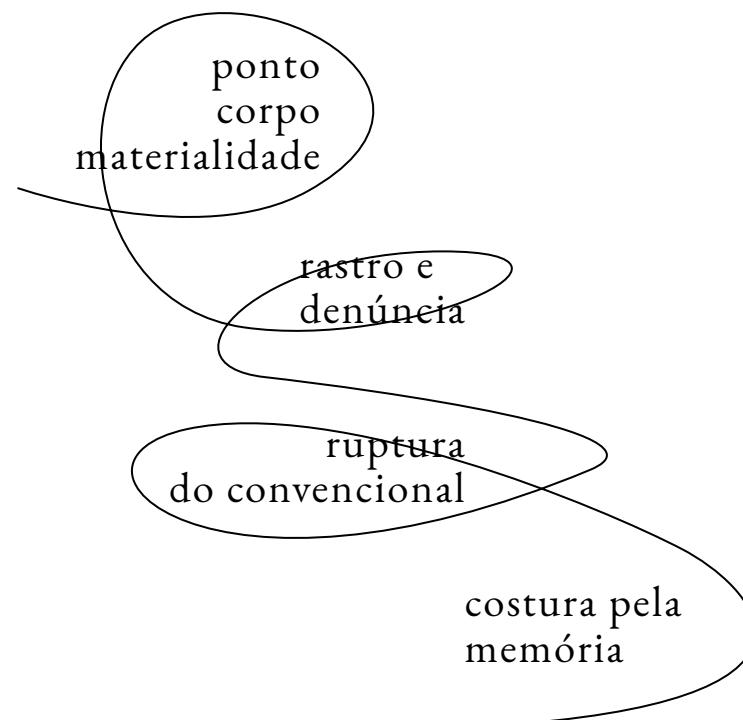
carregam uma gama de significados a partir da **materialidade**, que também é trabalhada em sua potencialidade no projeto.

O projeto articula as camadas histórico-institucional e afrodispóricas no centro histórico de Campinas, com **intervenções urbanas** em **lugares grafados** a partir das camadas a serem resgatadas e as heranças imateriais associadas a esses espaços pela população negra, constituindo uma manifestação urbana. Enquanto **partido projetual**, atenta-se não apenas aos usos outrora fundamentados por negros nesses espaços anterior e posteriormente à abolição, como também as manifestações culturais mapeadas pelas instituições afrodispóricas campineiras — a Lavagem das Escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas, o samba de bumbo e o jongo campineiros —, que compõem narrativas que verificam as camadas reminiscentes nesses espaços e a importância de incorporar a herança imaterial ao projeto urbano, no resgate de camadas invisíveis projetadas sobre a paisagem. Tratam-se de intervenções de visibilização e valorização das **heranças negras em Campinas**, testemunhando e evidenciando a atuação dos movimentos negros campineiros ao longo da história.

No contexto de permanências seletivas, a revelação dos rastros no espaço público como **espaço poético e testemunho**: ao passo que a materialização é realizada pelas intervenções urbanas, evidencia-se o vazio enquanto espaço não-nulo e carregado de **significado**. Pela **arqueologia** dos lugares grafados a partir das atuações afrodispóricas, o tratamento da cidade pelas suas camadas evoca a escavação da superfície ao encontro do **chão**, do terreiro. A instigação, potência e tensionamento nos atos **projetuais** se desencadeiam sob a forma das **africanidades** incorporadas do gesto à matéria.

À seguir, faz-se necessário o aprofundamento

sensível<sup>15</sup> nos lugares grafados, com a definição dos elementos projetuais e das diretrizes para cada intervenção, para então adentramos nos projetos de intervenção. A representação gráfica do trabalho também elenca-se aos objetivos propostos ao fazer ver o invisível e rebaixar a visualidade do que é cotidianamente exaltado.



<sup>15</sup> Os produtos a seguir foram desenvolvidos pela autora (2023), tendo como base arquivos da Prefeitura Municipal de Campinas (2023) e mfdia autoral.

## leitura sensível

1

## ESTAÇÃO

região de fluxo contínuo de pedestres terminal-centro, ou para ocasionais eventos culturais na Estação Cultura, com visualidades para os galpões ferroviários desativados.

2

## TREZE DE MAIO

alto fluxo de pedestres voltado ao eixo comercial central e viário. Concentração de pessoas na praça da Catedral Metropolitana e na região do largo do Rosário, de caráter cívico e de passagem. Ocasionalmente há eventos culturais e feiras de rua.

3

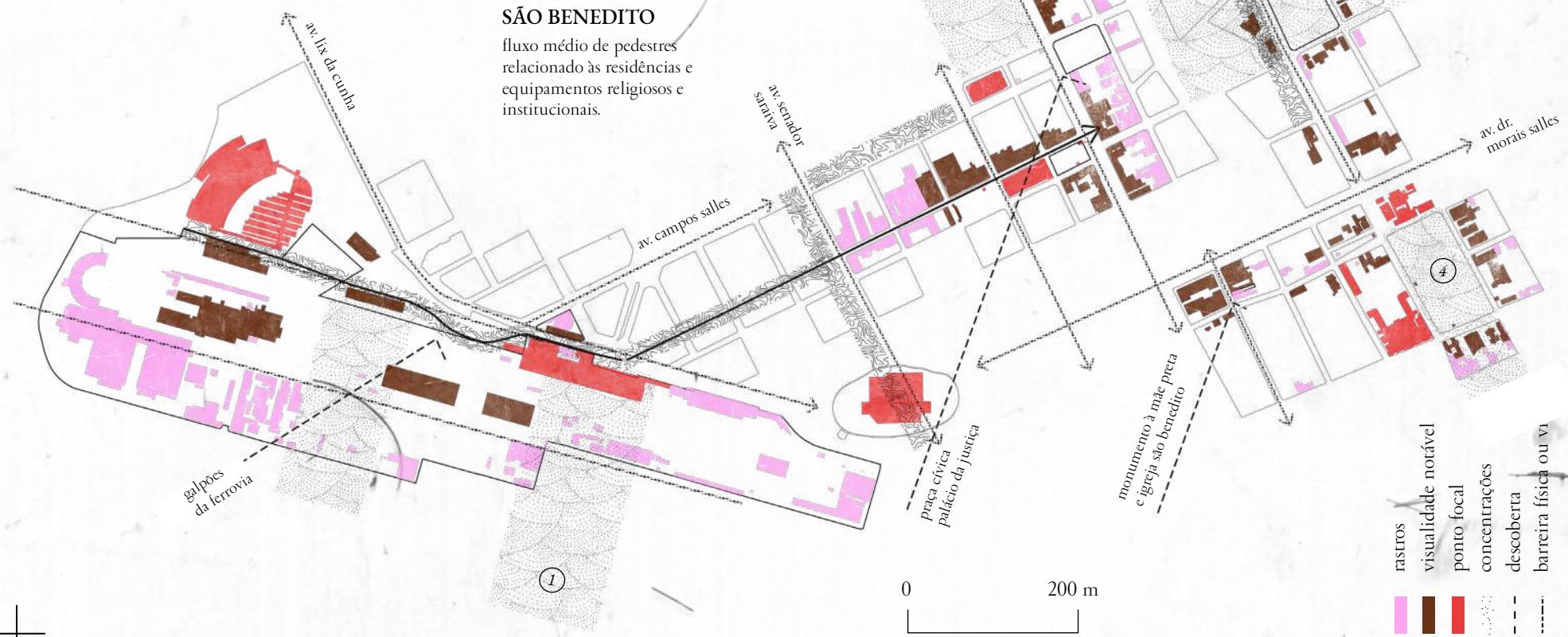
## LARGOS

alto fluxo viário, com permanência e passagem nos principais largos, e ocasionais feiras de rua e eventos culturais. Na travessa São Vicente de Paula, visualidades artísticas e manifestações políticas nas fachadas.

4

## SÃO BENEDITO

fluxo médio de pedestres relacionado às residências e equipamentos religiosos e institucionais.



- rastros
- visualidade notável
- ponto focal
- concentrações
- descoberta
- barreira física ou vi

# poéticas projetuais

①

## TENSIONAR

das edificações da Estação Ferroviária que abrigavam a antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, inerente à logística econômica da escravidão por 16 anos, a representação espacial da dilatação desse número para além de dois dígitos, evidenciando como grandes marcos arquitetônicos materializam "progressos" sob narrativas escravocratas.

②

## RODAR

do evento da Lavagem das Escadarias, a força-potência do gesto simbólico da roda, representação do tempo cílico, é materializado no piso do largo e irrompe com o gradil diagramado.

③

## REBORDAR

a implantação da antiga Igreja Nossa Sra do Rosário, importante ponto de reunião e sociabilidades de negros campineiros, demolida em 1956 às custas das reformas higienistas e da expulsão desses indivíduos.

④

## ESPIRALAR

do Beco do Inferno e remanescentes das práticas dos *tanguás*, a concentração de negros para o lazer, moradia e congregação, referenciar as rodas de batuque e samba enquanto ato político a partir da referência ao círculo, epicentro e ressonância desses e outros pontos de manifestos.

⑤

## IRROMPER

da remodelação do Largo Carlos Gomes e proibições da circulação de negros em uma praça que margeia o Cambuí, antigo bairro negro com concentração de cortiços e moradias unifamiliares, rasgar o traçado europeu trazendo verticalidades que emergem do chão de terra e incorporam o contato com o solo que acreditamos conhecer demasiado, o emparedamento, a arqueologia do chão.

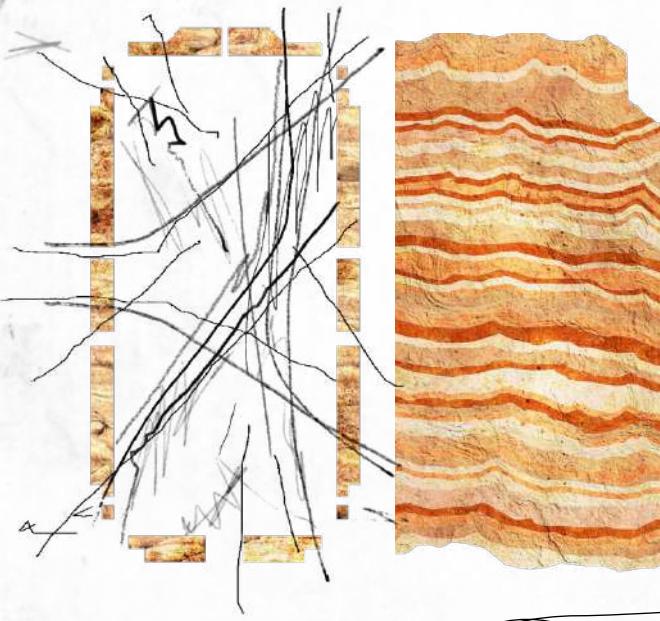
⑥

## COSTURAR

da Casa da Dinda enquanto força centrípeta que une as intervenções e, por si só se coloca enquanto potência na permanência e herança do quintal e da morada de ex-escravizados e suas gerações.



## elementos do projeto



aço cortén

Enquanto linha, diz respeito à **delimitação** do ato, à marcações dos gestos, caminhos e usos referentes às aruações afrodescendentes. Enquanto plano, se apresenta como marco informativo textual e poético.

Solo, território, motivo fundante, concretização da sobrevivência material e simbólica. Irrompe dos traçados europeizados da urbe, da arqueologia do chão e do **resgate** ao terreiro e materializa as heranças africanas.

Ao fazer visível o invisível, desencadeia-se sob três *atos*:

*empilhar*  
*espalhar*  
*tensionar*



terra

forma

piso

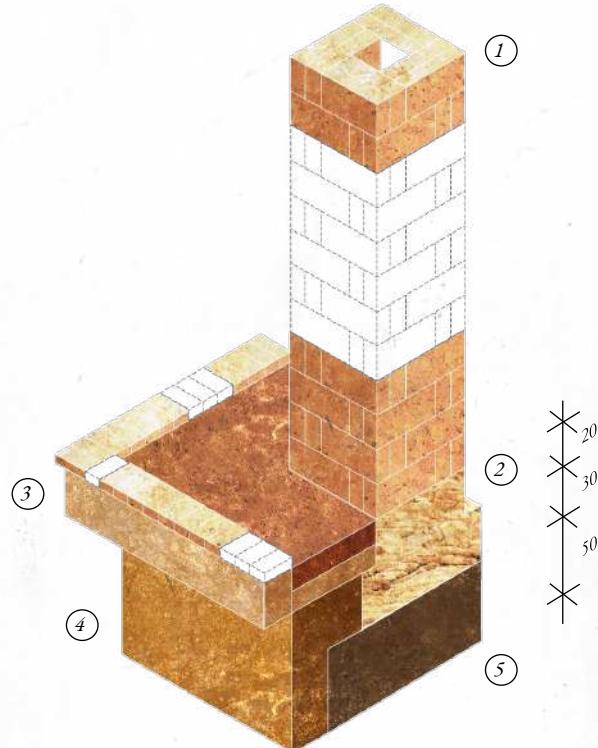
andanças

Ao **empilhar** a terra, o **adobe** constrói de forma modular retóricas do ordinário em alvenaria, fundação de arquivos de práticas e memórias como obra. Utiliza-se aqui de estratégias de multiplicação, subtração e adição para assimilar espaços de memória nos quais a dimensão afrossimbólica se faz evidente.

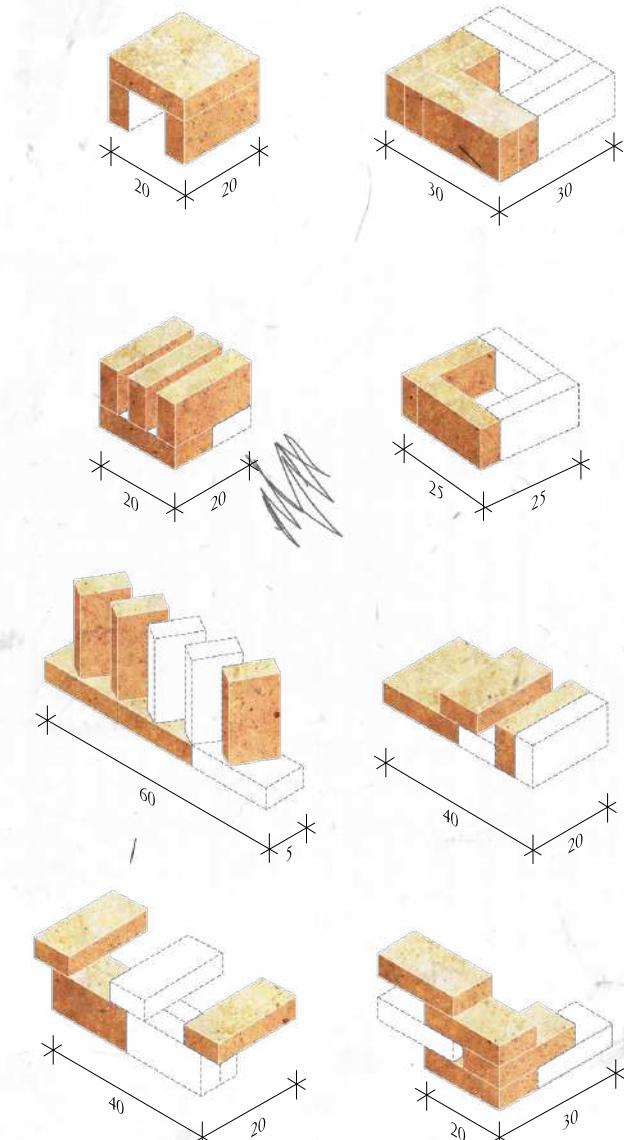
Ao **espalhar** a terra sob a superfície, o piso em **pedra britada** com camada impermeabilizante instiga a revisão às narrativas afros-simbólicas, como continuidade poética da materialidade, retardamento e assentamento da passagem, arqueologia e transformação do espaço em terreiro, devolução da terra à superfície.

Ao **tensionar** os lugares grafados, os **rastros** se apropriam do entorno da intervenção de forma inusitada, destituindo a ordem e vinculando momentos de estranheza no caminhar do transeunte. Potencial de transcendência de limites nas formas de vestígios de adobe, dos módulos, das formas, e rasgos no chão resgatando o terreiro.

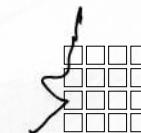
diagramas de modulação



Para as modulações dos blocos de adobe, serão utilizados duas formas para a manufatura dos tijolos (1), nos tamanhos de 20x10x5cm e de 40x20x10cm, a partir da especificação de cada intervenção. Ao passo que a bioconstrução e produção em **terra** é intencionalmente prevista no projeto em razão do antagonismo da alvenaria e resoluções técnicas recorrentes, a fundação é concebida em pedra revestida com barro (2) sob taipa estabilizada (5), com contrapiso de terra com camada impermeabilizante (3) sob preenchimento em terra (4).







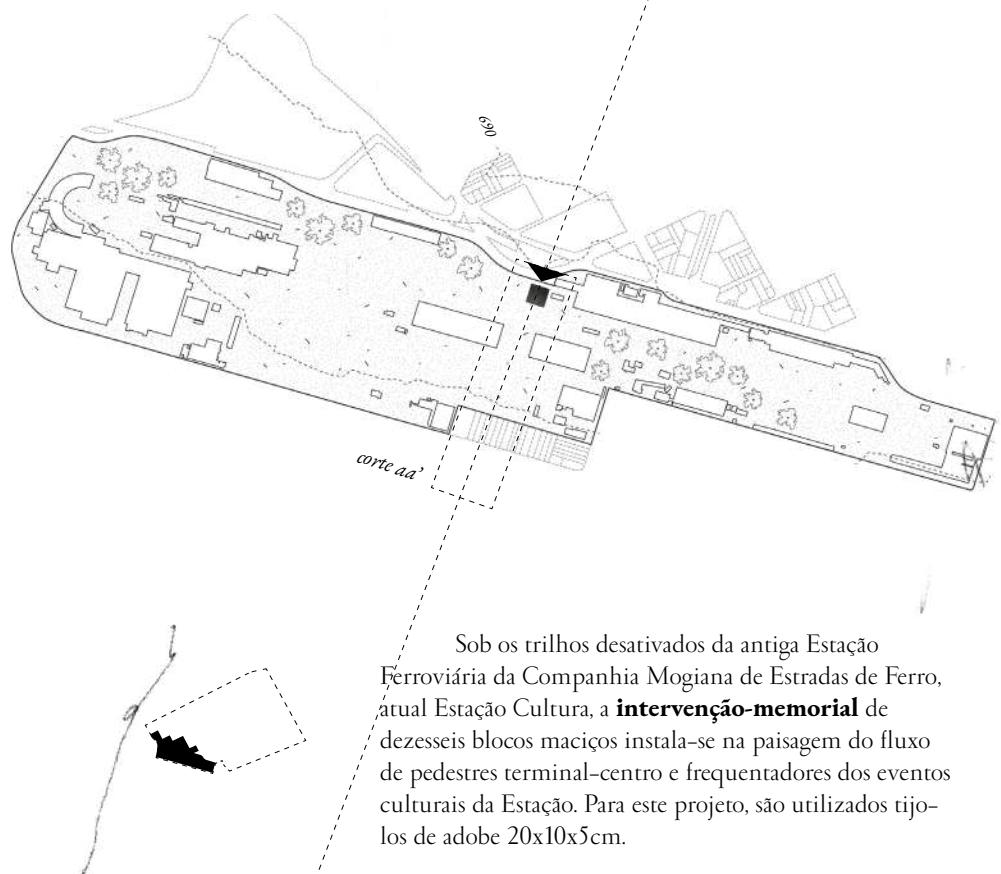
### 1. tensionar

Dos galpões que inauguraram a antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro na cidade de Campinas em 1872, marco prestigiado e anunciado como progresso econômico e urbano campineiro, a Estação Ferroviária operou por no mínimo 16 anos inerente à logística econômica abrigada no sistema escravista. Dos anunciamos “fins do sistema”, da exaltação dos abolicionistas e das perspectivas progressistas urbanísticas promovidas, como tensionar a representar espacial de um espaço de tempo para além de dois dígitos?

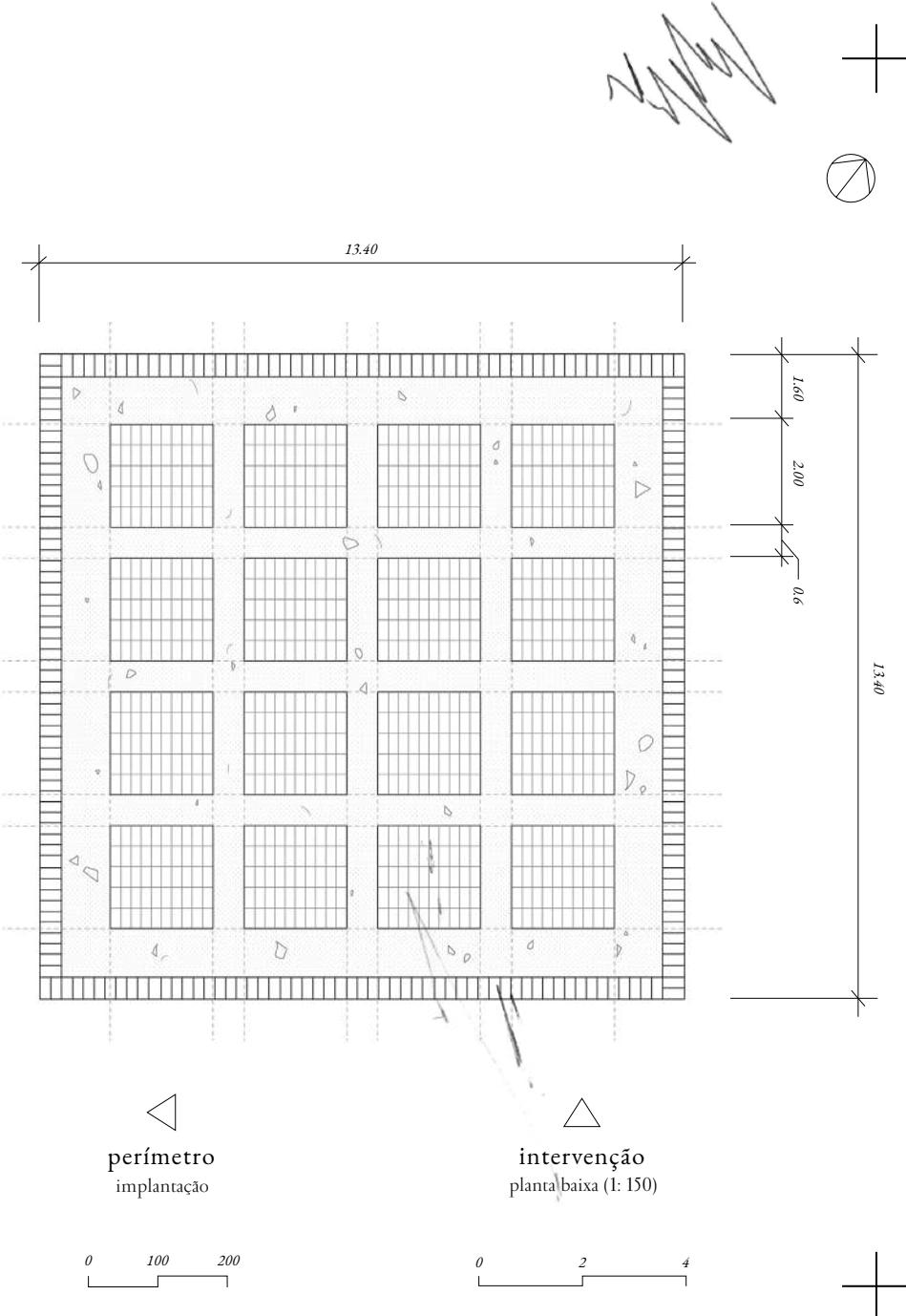
A instalação é feita de imponentes blocos que sufocam, emparedam e tensionam o chão dos antigos trilhos da ferrovia, e que **exponenciam** a relação da ferrovia com as narrativas escravocratas no maior número de dígitos possível: de **138.096** horas contidas em quase 16 anos. Cada um dos dezesseis blocos é feito de 8.640 tijolos de adobe, e denunciam expressivamente a dimensão e fardo do “progresso”.

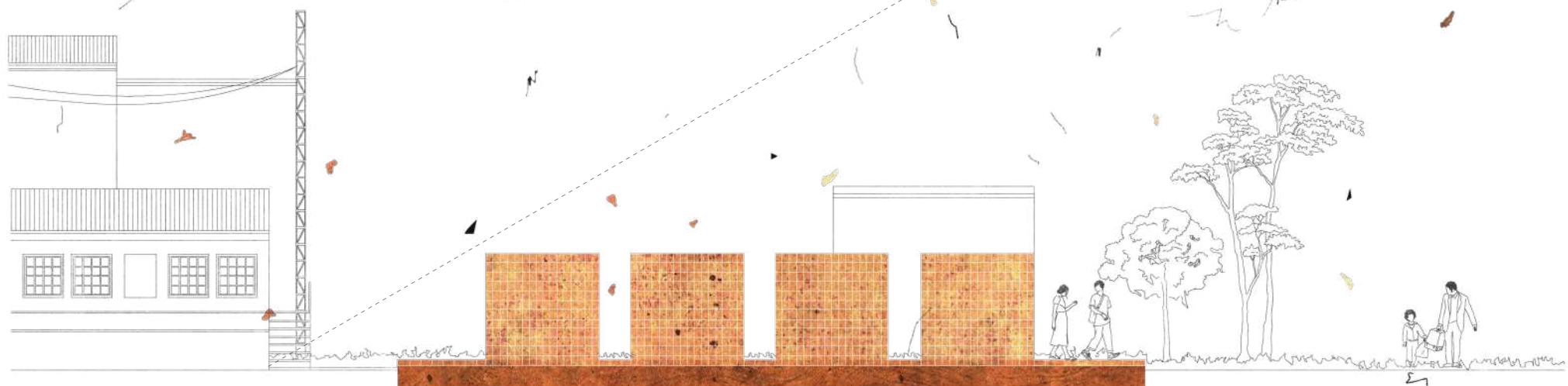
Nas paredes do perímetro externo da intervenção, a manifestação em **memória aos trabalhadores negros** das estradas de ferro campineiras empregados durante os anos de funcionamento da Companhia.

-22.908284; -47.068662;

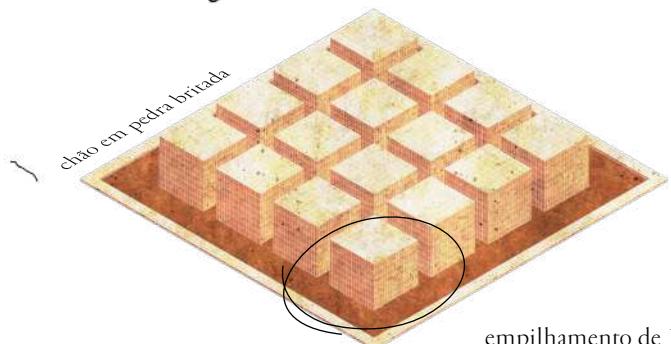


Sob os trilhos desativados da antiga Estação Ferroviária da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, atual Estação Cultura, a **intervenção-memorial** de dezesseis blocos maciços instala-se na paisagem do fluxo de pedestres terminal-centro e frequentadores dos eventos culturais da Estação. Para este projeto, são utilizados tijolos de adobe 20x10x5cm.

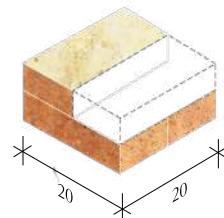




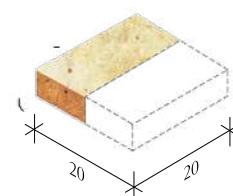
**visualidades**  
corte aa' (1: 100)



empilhamento de 15  
anos e 276 dias



empilhamento de  
blocos maciços



delimitação da  
intervenção

0 2



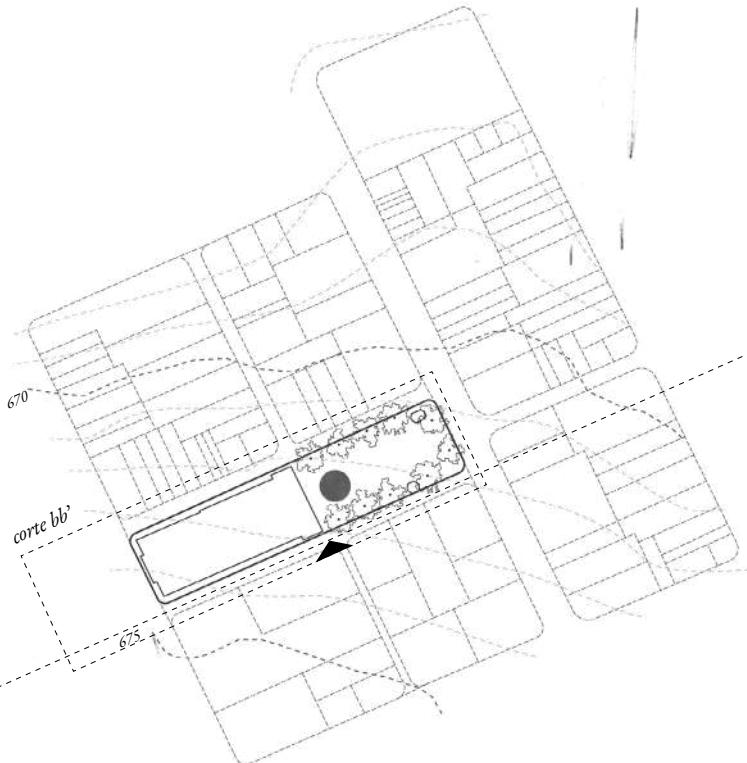
## 2. rodar

Do evento da Lavagem das Escadarias, a representação da força-potência dos círculos, espirais e rodas que habitam o imaginário, as produções culturais e religiosidades de matriz africana. Das diversas expressões transculturais negras, a visão cosmológica e representação do tempo cílico, da reorientação, de sankofa, roda signo-epistemológica que pode ser vista como a reconexão e revisitação às matrizes.

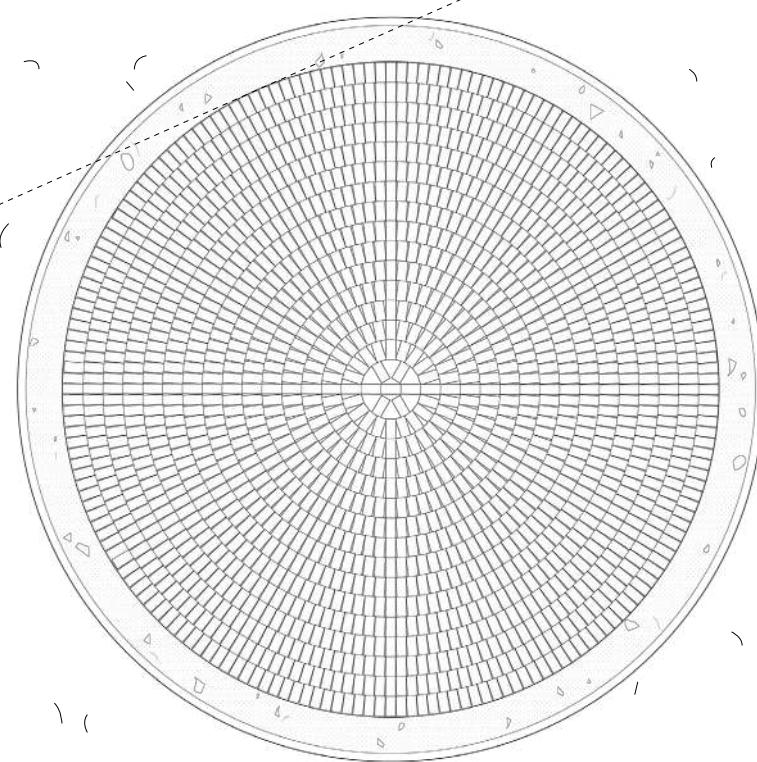
Da arqueologia do gradil que reproduz as práticas urbanas eurocéntricas, a roda **irrompe** do extenso piso frente à Catedral Metropolitana de Campinas, materializando a prática reconhecida no calendário da cidade e homenageando as tantas outras instituições negras campineiras que atuaram na salvaguarda e retomada do pátio central da cidade enquanto espaço de congregação religiosa afrodescendente.

A roda de quinze metros de diâmetro circunda um tablado de tijolos de adobe, delimitados por uma fina faixa em aço circunscrita pelo **memorial** textual à Lavagem das Escadarias.

-22.905785; -47.059902;

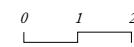
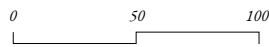


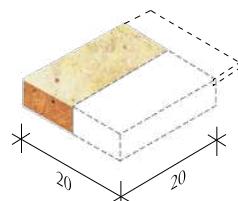
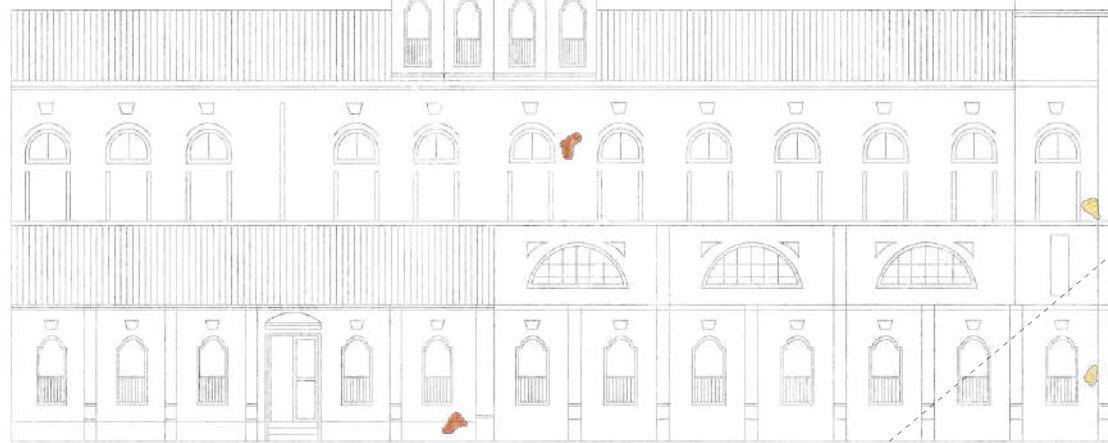
O piso circular em lajotas de adobe e terra batida localiza-se ao centro da Praça José Bonifácio, no exato local onde o círculo principal é formado após o cortejo da Lavagem das Escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas. Com quinze metros de diâmetro, seu perímetro é grafado em aço pela **cantiga** cantada durante o ato. Para este projeto, são utilizados tijolos de adobe 20x10x5cm.



perímetro  
implantação

intervenção  
planta baixa (1: 150)





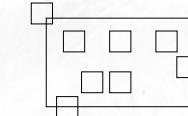
delimitação da intervenção  
com grafado em aço

*“Quando eu cheguei aqui nessa Cidade, eu avistei a torre da Igreja. Mas que beleza! Cheguei agora! Nossa Senhora seja a nossa Guia!”*

*Neste chão ocorre anualmente, aos sábados de aleluia, a Lavagem das Escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas, atuação e resistência dos povos de religião de matrizes africanas (lei nº 9515 de 02 de dezembro de 1997)*



visualidades  
corte bb' (1: 250)

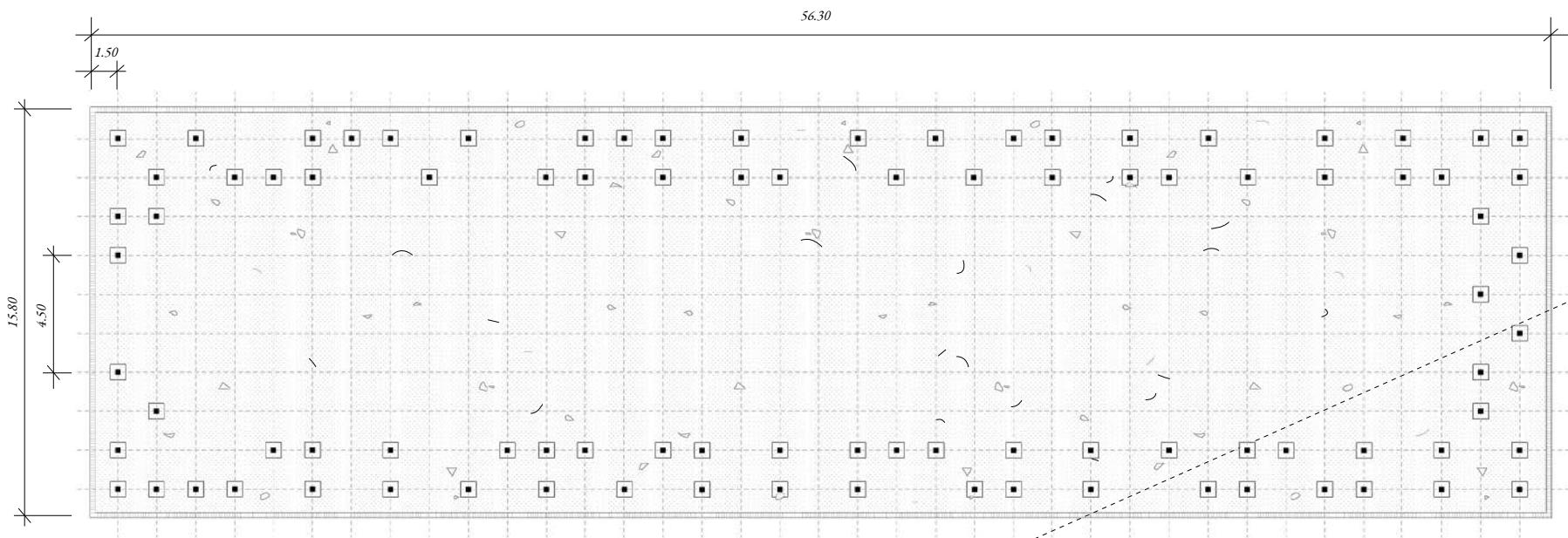


### 3. rebordar

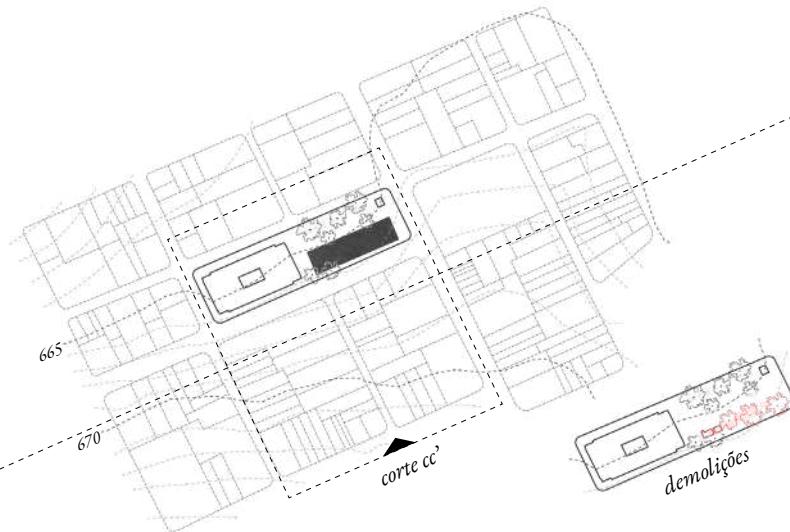
Do testemunho da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário em Campinas, importante ponto de reunião, **congregações religiosas**, batuques, congadas e sociabilidades de negros, demolida em 1956 às custas das reformas higienistas e da expulsão desses indivíduos do perímetro central. De hoje, o Largo do Rosário carregando em seu nome a perpetuação da memória da Igreja no imaginário coletivo, da utilização do espaço para manifestações culturais, cívicas e políticas da luta e atuação de grupos vulneráveis.

A intervenção contempla o invisível: na cidade enquanto *palimpsesto*, reescreve o perímetro da antiga Igreja e expõe a **ausência** a partir do rastro. Como ruínas das paredes e estruturas antes erguidas sob o atual pátio do Palácio da Justiça, blocos verticais rompem o chão do terreiro que assenta o projeto, num jogo de alturas variantes de 0,6 a 2,4 metros. À altura do olhar, um **manifesto** permanente sobre o rosário de memórias.

-22.904473; -47.060265;



Do perímetro da edificação da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário em Campinas, ponto de congregação de famílias negras, a arqueologia do chão e o resgate ao edificado, devolvendo a memória imaterial ao chão pelas delimitações com os blocos de tijolos empilhados nas alturas de 0,6m, 1,2m, 1,8m e 2,4m sob o chão de terra. Para este projeto, são utilizados tijolos de adobe 40x20x10cm.

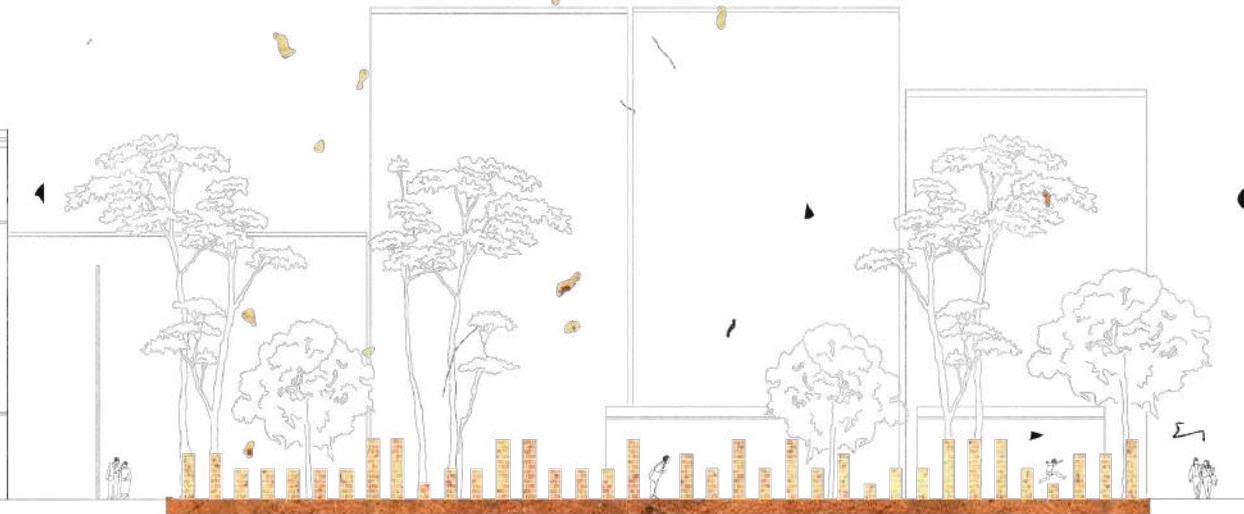
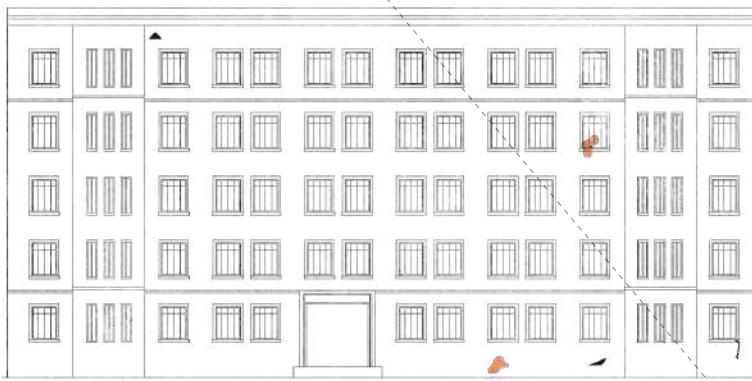


perímetro  
implantação

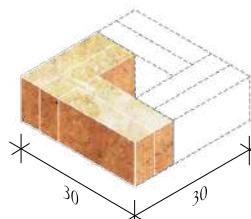
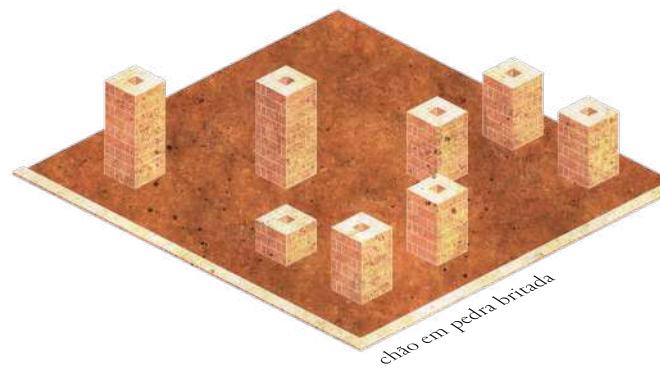
0 75 150

intervenção  
planta baixa

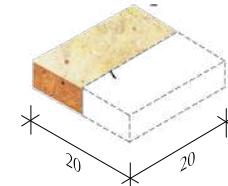
0 2 4



□ visualidades  
corte cc' (1:300)

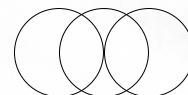


blocos de adobe  
empilhados



delimitação da  
intervenção

0 6

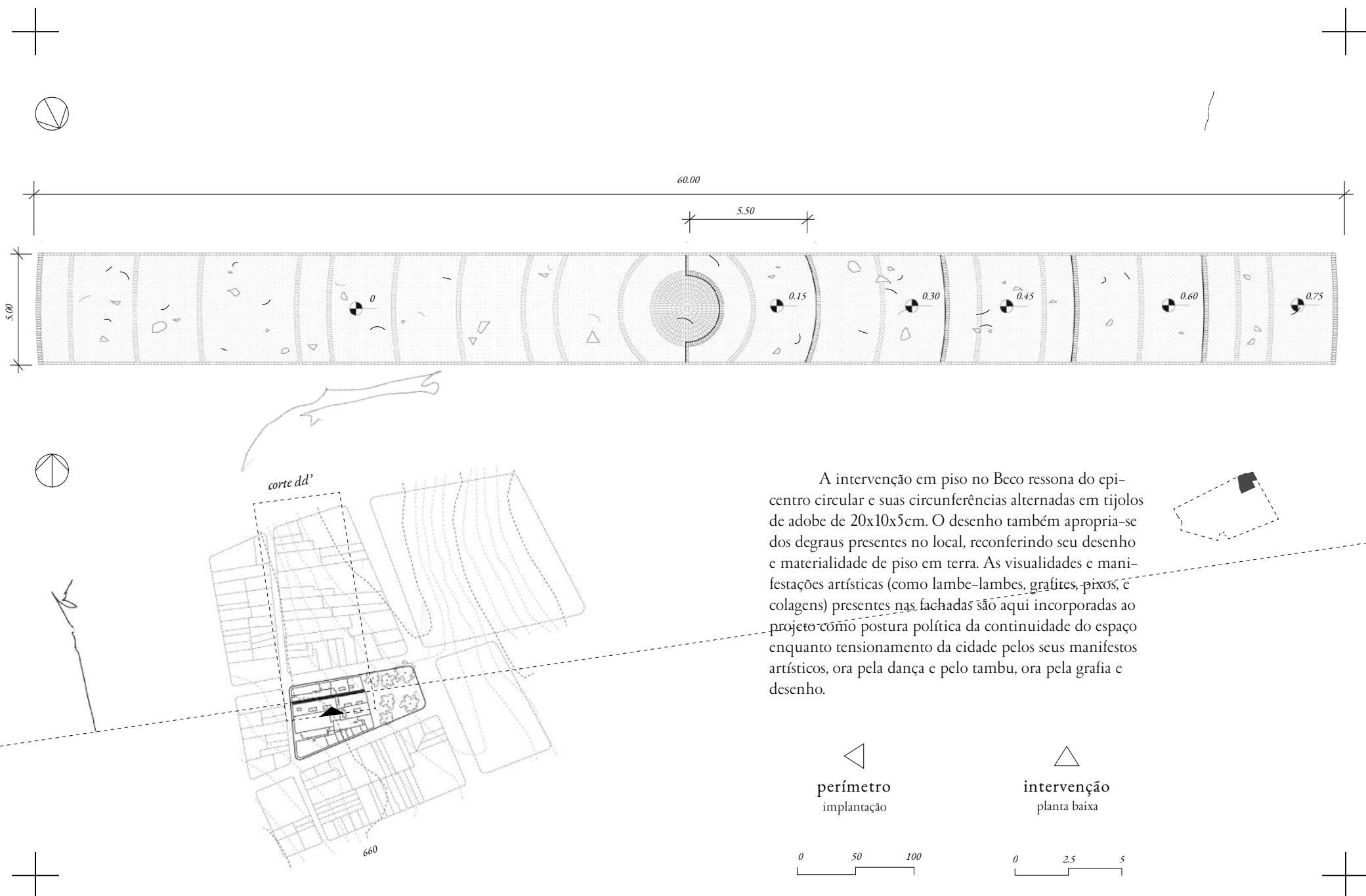


#### 4. espiralar

Dos remanescentes das práticas dos *tanguás*, comércio de rua negro que impulsiona nos entornos do Mercado das Hortalícias a concentração de escravizados e libertos, o Beco do Inferno recebe seu nome pela popularização de **batuques** nesse e demais becos e vielas localizados na região central. Ao renascer na diáspora, a roda de samba torna-se **encruzilhada**, onde se fundem os encontros de saberes veiculados sobretudo pela oralidade e gestualidade. Do fazer artístico e fé memorial, os mitos e provérbios compunham as letras e ressonavam pelos demais epicentros afrodiáspóricos.

Reconhecendo o Beco hoje enquanto espaço de passagem e vislumbre às manifestações artísticas e políticas de grupos vulneráveis nas fachadas do percurso, a intervenção reconfere ao local a materialização do **epicentro**: do retorno ao piso de terra, a referência ao círculo em ressonância que reconecta-se aos demais espaços de atuação negra na cidade. Junto às pulsões marcadas no chão pelos tijolos em adobe, linhas em aço marcadas por **pontos do jongo** campineiro expõem que conexões ancestrais e práticas de resistência permanecem na cidade.

-22.902088; -47.058403;



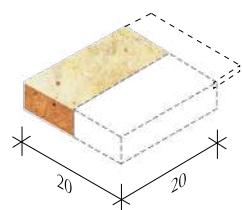
A intervenção em piso no Beco ressona do epicentro circular e suas circunferências alternadas em tijolos de adobe de 20x10x5cm. O desenho também apropria-se dos degraus presentes no local, reconferindo seu desenho e materialidade de piso em terra. As visualidades e manifestações artísticas (como lambe-lambes, grafites, pixos, e colagens) presentes nas fachadas são aqui incorporadas ao projeto como postura política da continuidade do espaço enquanto tensionamento da cidade pelos seus manifestos artísticos, ora pela dança e pelo tambu, ora pela grafia e desenho.



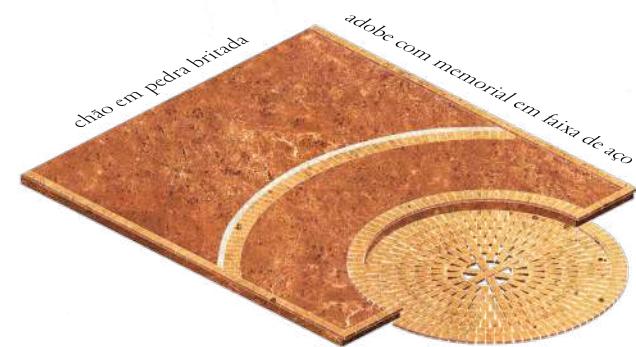
*“Quem foi que disse?; Quem te falou?; Que em Campinas; Não havia jongueiro?”*

*“A fumaça que sobe do meu quintal; é da paz e do amor; A certeza chorada dos ancestrais; Que nos traz mais valor”*

*“Um canto que ecoava; No tempo do cativeiro (pedia proteção); Nego cantava pra espantar seu sofrimento; O seu tambu ecoava o seu tormento;”*



delimitação da intervenção  
com grafado em aço



visualidades  
corte dd' (1: 250)

0 5

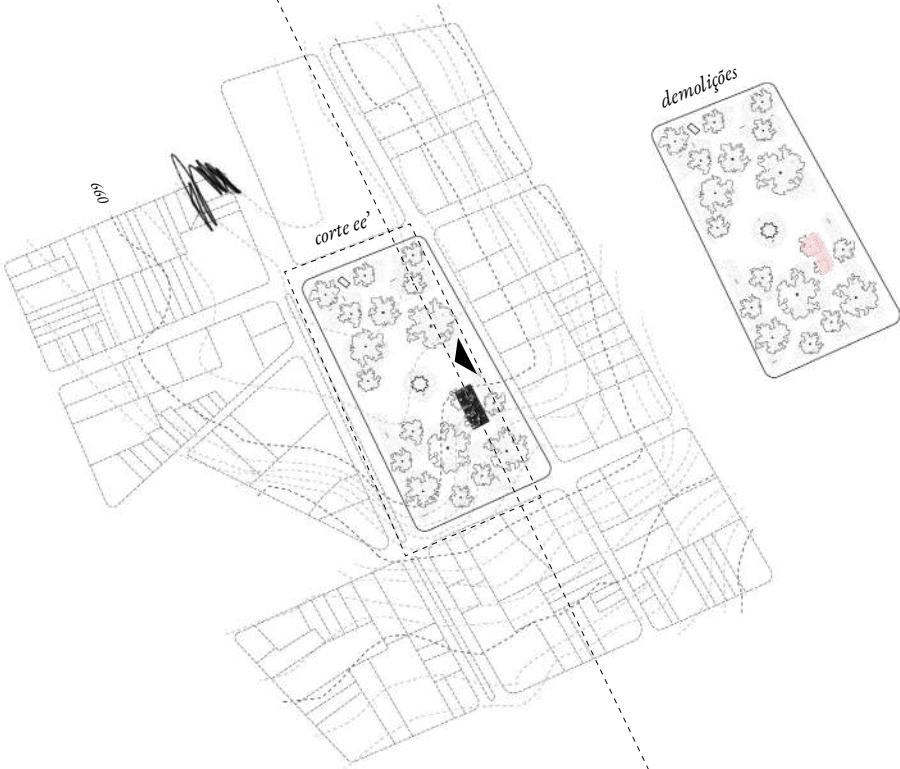


## 5. irromper

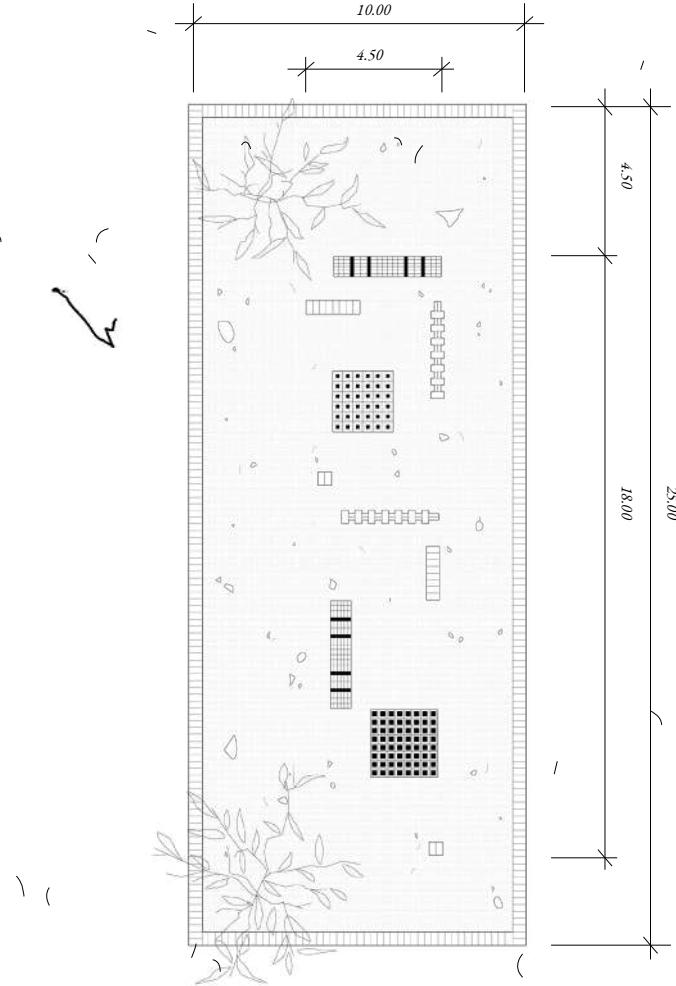
Da remodelação do Largo Carlos Gomes e proibição da presença e circulação de negros em uma praça que margeia o Cambuí, antigo bairro negro com concentração de cortiços e moradias unifamiliares com seus quintais e terreiros afrossimbólicos. Da salvaguarda patrimonial às custas dos apagamentos veiculados, trabalhar com a **arqueologia** do chão, com a devolução do terreiro à superfície e **ressignificar** o solo que acreditamos conhecer demasiado.

A intervenção rasga o traçado europeu do largo reassumindo o quintal, trazendo verticalidades que emergem do chão e instigam o contato do corpo com o solo. Na relação simbólica do desenho com o **morar**, as linhas, pontos e áreas em tijolo de adobe distribuem-se no chão semelhante à planta baixa do habitar. Nas andanças pelo largo, os pilares emergem da **escavação** da terra como retomada à sua forma originária.

-22.903496; -47.056186;



Da devolução do terreno à superfície, a intervenção renega o traçado de referências europeias da Praça Carlos Gomes e referencia a relação simbólica do desenho com o **morar**: as linhas, pontos e áreas em tijolo de adobe de 40x20x10cm e 20x10x5cm distribuem-se no chão semelhante à planta baixa do habitat. A disposição labiríntica dos elementos, por suas brechas, interdita o cruzamento da intervenção em linha reta.



perímetro  
implantação

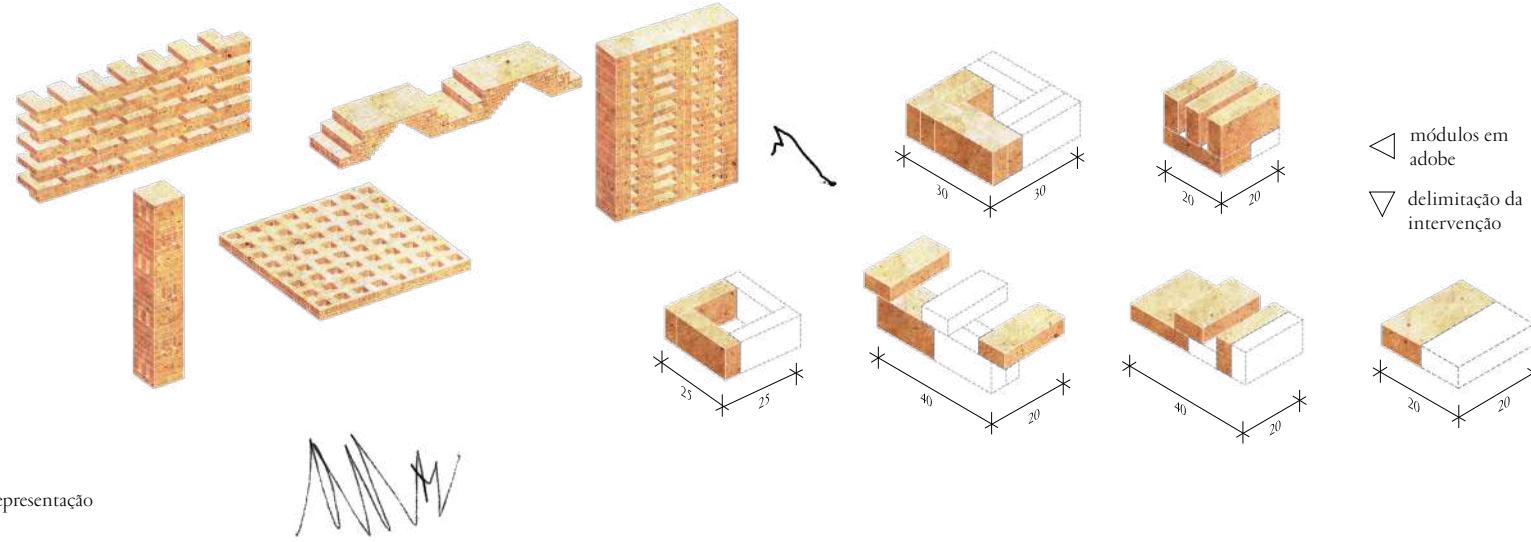
0 75 150

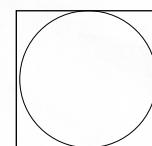
intervenção  
planta baixa

0 2 4



□ visualidades  
corte ee' (1: 250)



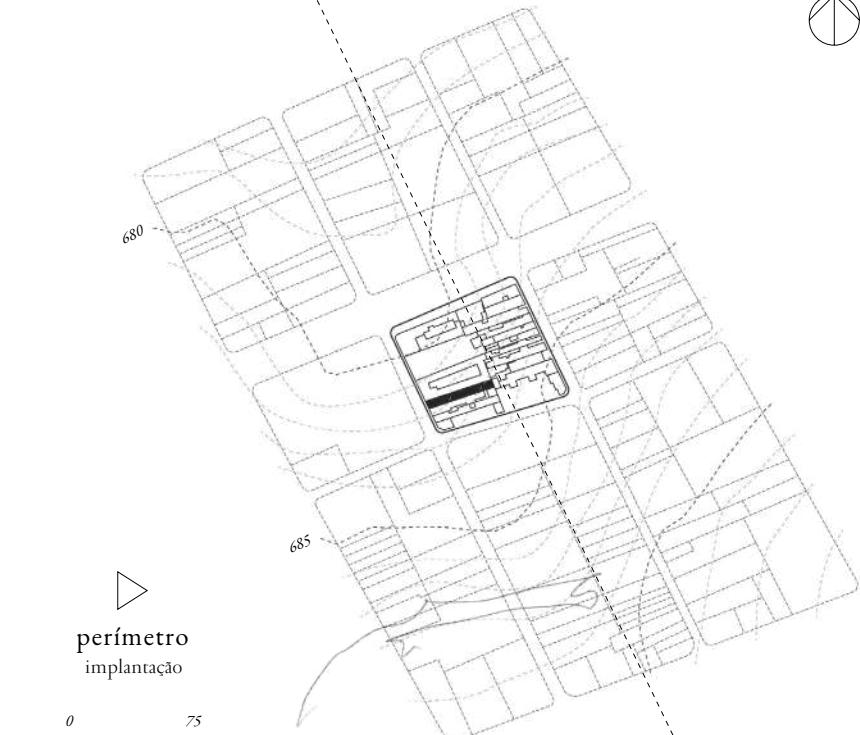


## 6. costurar

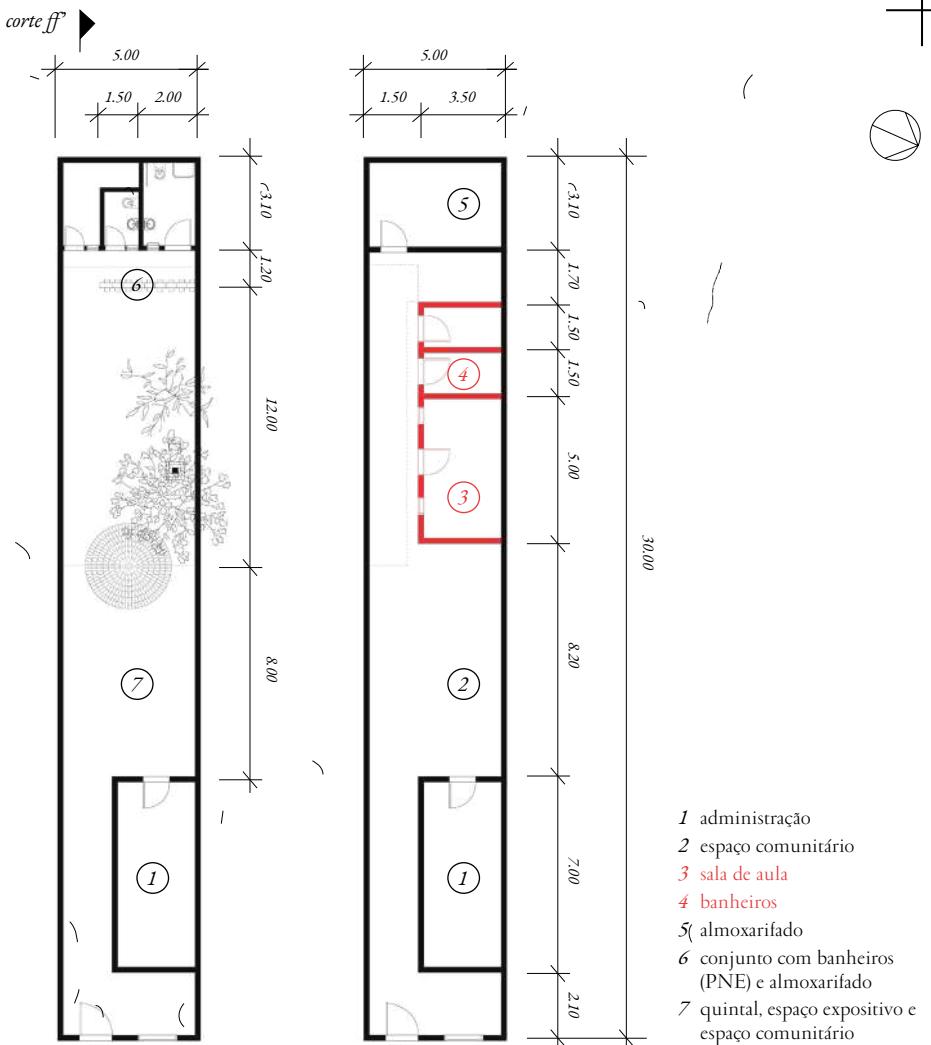
Da Casa da Dinda enquanto força centrípeta que une as intervenções e, por si só se coloca enquanto **força-potência** na permanência e herança do quintal e da moradia de ex-escravizados e suas gerações.

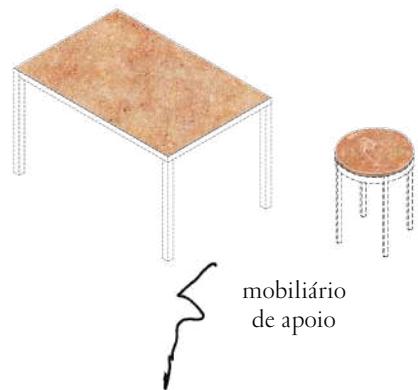
A intervenção reconhece a casa enquanto manifesto material da labuta e resistência dessa e outras famílias na região central de Campinas, e promove a reabertura de suas portas retomando sua atuação cultural e educacional, bem como a arquitetura da casa abrigando **espaço expositivo** a respeito dos demais lugares grafados. Trata-se de um epicentro que mira para os demais territórios, e abriga em si seus rastros e testemunhos. Da casa de tijolo de adobe e chão de terra batida, reassumimos o **quintal** no fortalecimento do espaço para a congregação, coletividade e aprendizado.

-22.907613; -47.057431;

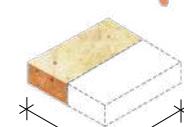


A intervenção reconhece e incorpora a Casa da Dinda enquanto força-potência em sua existência e atuação na promoção de cursos e eventos culturais na região central. Do seu hiato de atividades desde 2020, à projeto busca a reativação do espaço como parte do conjunto de intervenções, uma casa-exposição, que em si só carrega elementos do projeto e informações sobre os demais lugares grafados. Para o espaço comunitário, a retomada do espaço em sua planta original com o quintal em terra batida, a partir da realocação dos banheiros. Também foram desenhados mobiliários de apoio a serem utilizados nos eventos promovidos.

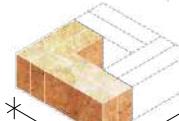




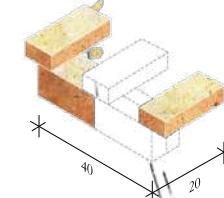
mobiliário  
de apoio



delimitação  
de piso



empilhamento de  
blocos de adobe

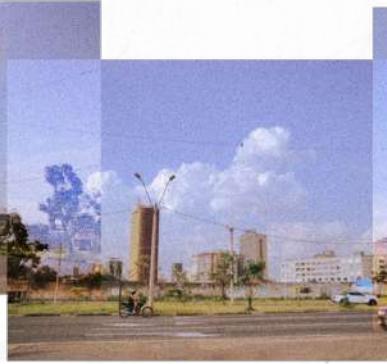


visualidades  
corte ff (1: 125)





1. tensionar  
estaçao ferroviária



trilhos desativados da ferrovia e área de intervenção

2. cirandar  
catedral metropolitana



praça josé bonifácio e área de intervenção

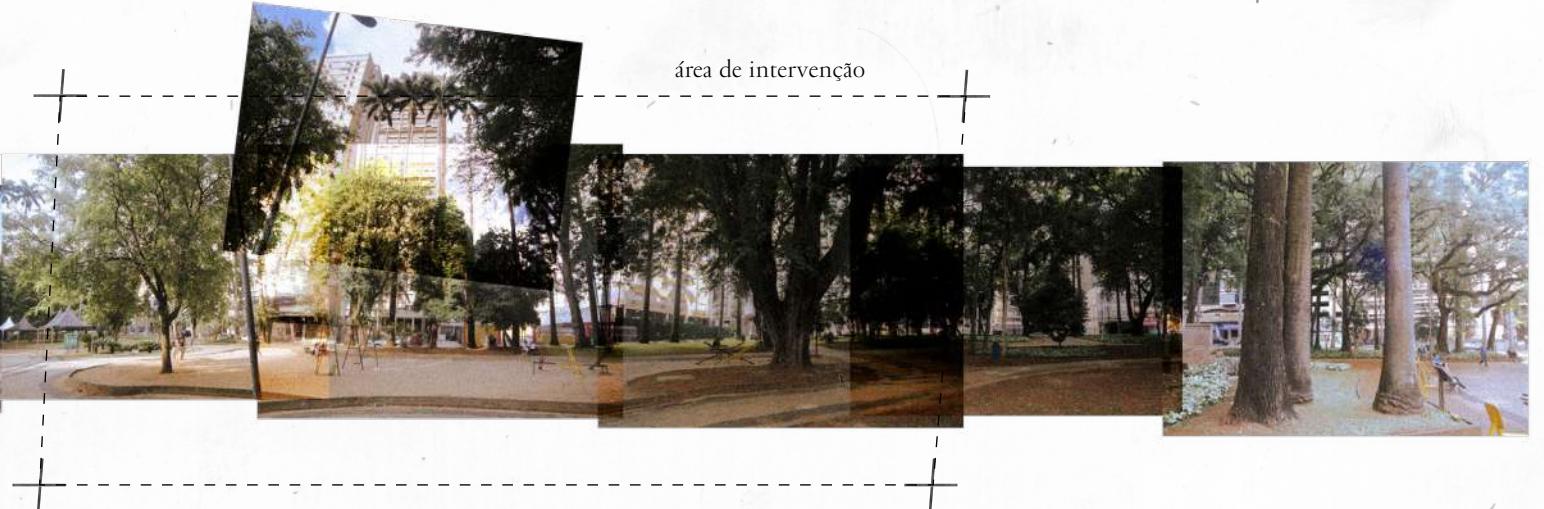


3. rebordar  
largo do rosário

antiga igreja do rosário e área de intervenção

5. irromper  
praça carlos gomes

área de intervenção





4. ressonar  
beco do inferno

beco do inferno  
e visualidades



## considerações

O trabalho apresentado é início de uma reflexão e discussão crítica a respeito do arquiteto e práticas para visibilização de rastros, apagamentos e coexistências, as quais revelam processos de expropriação e colonialidade. Entendendo os sujeitos e discursos como conformadores desse espaço tanto quanto o desenho urbano, volto meu olhar para o centro de Campinas: rememoro espaços que me instigaram a questionar e propor, sob as lentes construídas ao longo da graduação e da iniciação científica, dos eventos que se expressam nesse chão, convertido em arquivo. Em meio a um conjunto de tensionamentos e coexistências, certos rastros se apresentam indicando outras cidades e vivências, nesta encruzilhada onde as desigualdades herdadas da violência colonial se espacializam.

Enquanto geradoras de formas urbanas, as culturas negras estiveram invisibilizadas nos estudos urbanísticos. Reconhecendo a importância do chão enquanto territorialização de suas heranças culturais e reformulação de sua organização, revelam-se latências imprescindíveis para novas leituras sobre o espaço urbano, locus da memória coletiva e sede desse patrimônio cultural dinâmico, passível de ser desvendado ao longo das camadas e rastros, na alteridade de suas microescalas e do corpo enquanto agente político. Mais que indicar elementos de outros passados, essas latências indicam a necessidade de um debate sobre o presente e o futuro dessas coexistências, sobretudo quando associados às culturas afrodescendentes.

Apresento aqui não um trabalho finito, mas uma finalização que guarda em si futuros possíveis. Do ideo-gramma **sankofa**, imagem e provérbio circular do conjunto *adinkra* dos povos akan:

“*Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás, trazer para o presente e construir o futuro.*”

## REFERÊNCIAS *bibliográficas e audiovisuais*

- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CUNHA JUNIOR, Henrique; BIÉ, Estanislau Ferreira; et al (Org.). **Bairros negros, cidades negras**. Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2019
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução por Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRAMPTON, Kenneth. Rappel à l'ordre: argumentos em favor da tectónica. In: **Architectural Design** 60 3-4, Singapura, 1990.
- GHIRELLO, Bárbara Campidelli. **Negros e brancos: identidade e território em Campinas (1888-1956)**. Tese de mestrado: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Pós-graduação em Urbanismo. Campinas: 2018.
- GUEDES, Simoni Lahud. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. **Caderno CRH**, n°29, p. 189-208, 1998. (p. 197)
- HAMPATE BÂ, Amadou. A palavra, memória viva da África. **O correio da Unesco**, n. 10-11, 1979.
- KÉRÉ, Diébêdo Francis. Contrastes Africanos, Perspectivas Críticas. Entrevista. **Revista Arqa**. Disponível em: <<http://www.revarqa.com/content/1/1134/diebedo-francis-kere/>> Acesso em: 29 dez. 2022.
- KRÄMER, Sybille. **Spur: Spurenlesen als Orientierungstechnik und Wissenskunst**. Suhrkamp, 2007
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. 1a reimpressão — São Paulo, SP: Editora da USP; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- LIRA, José Tavares Correia de. O Urbanismo e o Seu Outro: Raça, Cultura e Cidade no Brasil (1920-1945). In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais/ANPUR**. Número 1, maio de 1999.
- LUCINDO, Willian Robson Soares. **Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 1984.
- MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações raciais: negros em Campinas (1888 – 1926)** 1<sup>a</sup>ed. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1987.
- MARTINS, Alessandra. **Matriz africana em Campinas: territórios, memória e representação**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2016.
- MARTINS, Alessandra Ribeiro; SANTOS, Wilson Ribeiro dos. O Projeto Ruas de Histórias Negras e a representação da matriz africana em Campinas: a disputa do território urbano – um estudo de caso. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 32-49, 2017.
- MARTINS, Valter. Comida, diversão e liberdade. Os tanguás de Campinas no final da escravidão. **Revista Urbana**; ano 2; n° 2. Irati, 2007.
- MARTINS, Valter. Nos arredores do Mercado Grande: mudança urbana e agitação social em Campinas na segunda metade do século XIX. **Oculum Ensaios**; Revista de Arquitetura e Urbanismo. Campinas, 2002.
- MARTINS, Valter. O mercado das hortaliças e a cadeia. A intensa vida social em um pequeno espaço da cidade. Campinas, século XIX. **ANPUH – XXV Simpósio**

**Nacional de História.** Fortaleza, 2009a.

MARTINS, Valter. Pelas ruas, de porta em porta. Verdu-  
reiros, quitandeiras e o comércio ambulante de alimentos  
em Campinas na passagem do Império à República. **Re-  
vista de História Regional.** 14(2). Ponta Grossa, 2009b.

MARTINS, Valter. Policiais e populares: educadores,  
educandos e a higiene social. **Cad. Cedes;** vol. 23; nº 59.  
Campinas, 2003.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa:  
Editora Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo  
e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora:** Revista do  
mundo negro, ano 3, nº 6 e 7. Ipeafro, 1985.

OLIVEIRA, Joana D'Arc. **Da senzala para onde:** ne-  
gros e negras no pós-abolição em São Carlos (1880-1910).  
São Carlos, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a  
cidade como palimpsesto. **Esboços:** revista do Programa  
de Pós-Graduação em História, Departamento de His-  
tória, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Univer-  
sidade Federal de Santa Catarina. Vol. 11, n. 11 (2004), p.  
25-30, 2004.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros negros: uma la-  
cuna nos estudos urbanísticos um estudo empírico  
conceitual no bairro do Engenho Velho da Fede-  
ração, Salvador (Bahia).** Orientador: Prof. Dr. Angelo  
Szaniecki Perret Serpa. Doutorado (tese) — Universidade  
Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,  
2013.

REDINHA, José. **A habitação tradicional angolana:  
aspectos da sua evolução.** Luanda: Fundo de Turismo e

Publicidade, 1964.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasi-  
leiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro.

**Revista de Estudos Afro-Asiáticos** 17 — CEAA,  
Universidade Cândido Mendes, 1989.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política  
urbana e territórios na cidade de São Paulo.** Studio  
Nobel, 1997.

ROSA, Allan Santos da. **Pedagoginga, autonomia e  
mocambagem.** São Paulo: Pôlen, 2019.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade.** 1<sup>a</sup> ed. São  
Paulo: Martins Fontes, 1995.

SIMSON, Olga Rodrigues de M. Von e SOUZA, Carlos  
Roberto Pereira de. O samba em Campinas: sua evolução  
e diversificação ao longo do século XX. **X Encontro  
Regional Sudeste de História Oral** — Educação  
das Sensibilidades: Violência, desafios contemporâneos.  
Campinas, 2013.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social  
negro-brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad, 2019.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **A formação das famílias  
livres: Campinas, 1774-1850.** Editora Unesp, 2011.

WEIMER, Günter. **Inter-relações afro-brasileiras na  
arquitetura.** EDIPUCRS, 2014.

## audiovisual

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Orí (documentário)**.  
Direção e produção: Raquel Gerber. Brasil, 1989.

BRANDÃO, Leci. **Me perdoa poeta** (canção). Dignidade, 1987. Duração: 2:55 min

## entrevistas

SIMSON, Olga Rodrigues de M. Von e SOUZA, Carlos Roberto Pereira de. O samba em Campinas: sua evolução e diversificação ao longo do século XX. X **Encontro Regional Sudeste de História Oral** — Educação das Sensibilidades: Violência, desafios contemporâneos. Campinas, 2013. As entrevistas citadas no trabalho foram concedidas pelo Centro de Memória da Unicamp (CMU) para análise.

MARTINS, Alessandra Ribeiro. **Entrevista** concedida a Fabiana Oliveira Palmeira. Campinas, 2023.

2023